

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XLI

BRASIL — RIO DE JANEIRO, MAIO DE 1954

N. 478

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial.....	3

CULTURA PROFISSIONAL

O problema da Remonta — Gen. Euclides de Figueiredo.....	11
O Desembarque de Arnheim — Ten.-Cel. Floriano Möller.....	21
Uma Força Estadual — A Brigada Militar do R.G. do Sul — Major Saul Guterres Dias.....	29
Informações de Engenharia — Maj. Ivan de Souza Mendes.....	31
A Retirada — Major A.V. Paiva.....	37
A Infantaria e seu Combate — Maj. Fernando Allah Moreira Barbosa.....	45
O Caminho para perder uma Guerra — Maj. Luiz F. Silva Wiedemann....	53
Seleção do Contingente-tipo a incorporar — Maj. Newton C. Andrade Mello	57
Emprêgo das Forças Terrestres — Maj. Rui A. Nogueira.....	65
A Artilharia do Colégio Militar — Cap. Jonas Correia Netto.....	67
Bases Técnicas de Treinamento Físico Militar — Cap. Estevam Mairalles...	83
O R/4 — Comentários e sugestões — 1º Ten. Italo A. Aypio Vieira.....	91

CULTURA GERAL

Para onde vai a América Latina?.....	93
Onde ficaria o célebre Puerto de los Reyes, no Rio Paraguai — Gen. Silveira Mello.....	97
Geografia Regional do Rio Grande do Sul: A Região do Alto Uruguai — Ten.-Cel. Amyr Borges Fortes.....	101
O Depoimento do Gen. Klinger sobre a campanha militar da Revolução Constitucionalista — Castilhos Goycochea.....	109

DIVERSOS

Ordem do Dia alusiva à transferência para a Reserva do Marechal Milton de Freitas Almeida.....	111
O Memorial dos Coronéis — Gen. Miguel de Castro Ayres.....	113
Explicação dos Estatutos da Petrobrás — Carlos Medeiros Silva.....	117
O 1º Centenário das Estradas de Ferro Brasileiras.....	121
NOTÍCIAS DIVERSAS (Redação).....	129
NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR.....	143
ATOS OFICIAIS.....	145



24 DE MAIO DE 1866

Finda o dia 23 de maio de 1866.

O Exército aliado escalona-se em profundidade no limitado campo de Tuiuti, com Sampaio e Vitorino à frente, os argentinos à direita, Argollo e Guilherme de Sousa no centro e a cavalaria de Mena Barreto, Tristão Pinto e Neto à retaguarda. Os orientais fazem a vanguarda, à frente de Sampaio, apoiando o flanco direito na artilharia de Mallet.

Osório e Mitre, éste à direita, estabelecem os seus Quartéis-Generais a coberto do centro.

São 31.400 homens, assim distribuídos: brasileiros, 18.000; argentinos, 12.000 e uruguaios, 1.400.

Ao norte do Estero Rojas estão os paraguaios.

São 25.000 homens, mas levam a vantagem de conhecer bem o terreno que pisam e defendem.

As ordens estão dadas. Far-se-á um reconhecimento a 24 e, a 25, dia da independência da Argentina, atacar-se-á.

Ouve-se o toque de recolher. Formam os corpos na frente da bandeira e, após o tórço, o soldado brasileiro invoca, ao som das bandas de 40 batalhões, a proteção da padroeira do Exército brasileiro:

"Oh! Virgem da Conceição
Maria Imaculada
Vós sois advogada
Dos pecadores."

Prossegue a velha canção :

"A todos encheis de graça,
com a vossa feliz grandeza ;
Vós sois do Céu princesa
E do Espírito Santo espôsa."

Faz-se profundo silêncio e, ao toque de "ajoelhar corpos",
todos invocam a proteção divina :

"Misericórdia, Senhor Deus ;
Senhor Deus, Misericórdia !"

Belos tempos de fé e unção religiosa !

Do outro lado do Estero Rojas, como que irmanados numa
religião comum, os paraguaios invocam a Virgem de Itaquá.

Mas lá, as ordens eram outras.

Cientes do plano aliado, os guaranis atacarão no dia imediato.

Raia o dia 24 de maio de 1866, destinado a ser testemunha
da maior batalha campal jamais travada na América do Sul.

Às 11 h 55 m sobe ao ar um foguete congreme.

São os paraguaios que iniciam o ataque.

Diaz, com seus esquadrões, leva de roldão os orientais.

Mallet abre fogo sobre o flanco do inimigo que avança.

Os atacantes recuam, mas voltam à carga, desta vez amea-
çando a posição de Sampaio.

São 10.000 homens contra a heróica 3ª Divisão, que resiste
galhardamente.

As perdas são tremendas. O próprio Sampaio é ferido gra-
vemente.

É a fase tumultuária da batalha, em que os chefes, sem um
plano de ação defensiva prévio, decidem por iniciativa própria.

Mas Osório, percebendo a gravidade da situação, ocorre
com uma Brigada da 1ª Divisão, seguida de outra da 4ª.

Tapa-se a brecha. O perigo estava conjurado por esse lado.

Salvando a situação na esquerda, Osório dá à luta o ca-
ráter de uma batalha de Comandante-Chefe.

Iniciada com uma surpresa, prosseguida com a bravura do
soldado e logo após conduzida, sucessivamente, pela iniciativa
dos chefes de Regimentos e Divisões, Tuiuti transforma-se agora.

HOMENAGEM DE "A DEFESA NACIONAL"



O herói da 3ª D.L., em 24-V-1866

com Osório, numa batalha em que "há uma vontade que a dirige, que a orienta, que prevê e provê, que sente e advinha, que repara, que corrige, que estimula, eletriza, conduz, em suma".

No centro, a Divisão Vitorino empenha tôdas as forças ante as vagas sucessivas de Marcó.

Mas a artilharia — revólver de Mallet fuzila-as e lança-as para atrás do Estero Rojas.

Enche-se de cadáveres o fosso que o bravo artilheiro, providentemente, mandara cavar à frente do seu glorioso 1º Regimento.

"Por aqui não entram", gritava Mallet, confiante.

Mas a despeito disso, Osório reforça-o com duas baterias.

Agora é o flanco sudoeste que corre perigo.

Das bôcas do Potrero Pires saem ondas de cavalariáos, às ordens de Barrios, tentando envolver a posição brasileira.

É a vez da Cavalaria patricia.

Osório lança contra elas os esquadrões de José Luiz Mena Barreto e trava-se sangrenta luta, cuja importância é medida pela presença constante do comandante-chefe brasileiro.

As colunas de Barrios, dizimadas, são rechaçadas, restabelecendo-se a situação.

Para completar o quadro, falta a descrição da luta à direita, a cargo dos argentinos.

Aí, Resquin, num largo movimento desbordante, consegue surpreender e levar de roldão os correntinos.

Mas Paunero, depois de perigosas oscilações, consegue detê-lo e afinal recambiá-lo para as matas de onde saíra.

Aí também Osório faz sentir a sua presença.

No mais aceso da luta, acontece à frente de alguns batalhões, os quais, contudo, não mais eram necessários.

Osório, apesar disso, é recebido entusiasticamente pelos argentinos.

Afinal, às 16 h 30 m da tarde, repellidos os valentes paraguaios, em tôdas as frentes, estava decidida a batalha de Tuiuti, com a vitória das armas aliadas.

Não foi em vão que os nossos soldados, ajoelhados e contritos, apertando com as mãos musculosas "os largos peitos valorosos", suplicaram à Virgem da Conceição a misericórdia divina.

**HOMENAGEM DE "A DEFESA NACIONAL" AO HERÓI
DA "ARTILHARIA-REVÓLVER"**



Emílio Luiz Mallet, então Coronel da Brigada de Artilharia, em companhia de
seus três filhos: Capitães João Nepomuceno, Pedro Felix e Antônio Júlio
Foto tirado na Guerra do Paraguai, Acampamento de Tuju-Cuê, 1868

As honras do dia, declaram os historiadores, no lado brasileiro, foram de Osório, da Divisão Sampaio e da artilharia de Mallet.

Sampaio, com a sua heróica 3ª Divisão, foi a muralha onde vieram se esboroar os 10.000 guerreiros de Diaz.

Sampaio, a cavalo, em seu belo uniforme bordado a ouro, era a bravura em pessoa à frente dos seus soldados.

Mallet, com seu "fogo de horror", a encher de mortos a bôca hiante da vala que mandara cavar, é a imagem viva do chefe valoroso, providente e eficiente.

Osório, o bravo, é o Comandante em chefe que transforma a batalha com a sua presença.

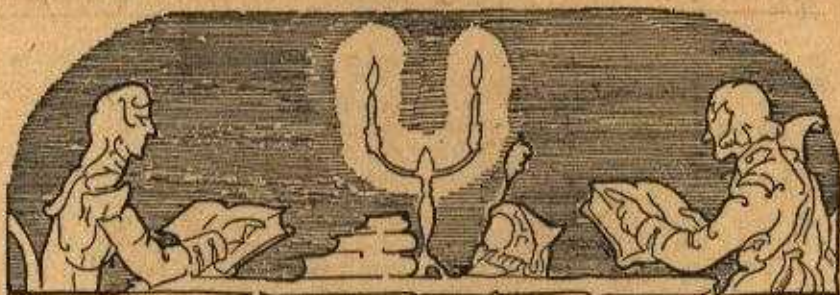
"Com êle vêm o comando superior, a visão clara, a previsão arguta, o contrôlê da ação, a conjugação dos elementos dispersos e a distribuição sábia das reservas."

Com êle, "as ligações antes existentes são rapidamente restabelecidas, se não pelos seus Ajudantes de Ordens, por êle próprio, presente em tôda a parte".

E onde os ânimos parecem fraquejar, lá está Osório, famatizando com o exemplo, eletrizando com a própria bravura, a todos mostrando o caminho da vitória.

Honra, pois, a todos os bravos que, sob o comando do legendário Marquês do Herval, naquele decisivo 24 de Maio de 1866, souberam cumprir o seu dever para com a Pátria.





CULTURA PROFISSIONAL

O PROBLEMA DA REMONTA

General EUCLYDES FIGUEIREDO



Em 1º de maio de 1918 — eu era ainda 1º Tenente — fui nomeado, com outros colegas instrutor de cavalaria da Escola Militar; e sendo o mais antigo dos oficiais do meu posto classificados em concurso feito perante uma comissão do Estado-Maior do Exército, tive, logo de começo, a incumbência de organizar o esquadrão de alunos, cujo comando me caberia.

Defrontei, de início, o problema capital da falta de cavalos, de solução descuidada de muito tempo, para todo o Exército, pelas autoridades militares superiores; falta com a qual lutara sempre como oficial subalterno, nos diferentes corpos de tropa em que anteriormente servira. Pode-se dizer, era um problema secular — o da Remonta —, que desafiava todas as administrações passadas da guerra. Parecia até insolúvel, e tanto mais

de admirar quanto é certo que, ainda naquele tempo, existia no país, principalmente no Rio Grande do Sul, em Goiás e em Minas Gerais, bastante apreciáveis criações de equídeos.

Bastava, pois, ir buscar nesses estados, por compras a criadores particulares, as quantidades de animais, necessários para manter em condições os efetivos imprescindíveis à instrução da tropa e aos serviços do Exército, fazendo-os renovar sistematicamente todos os anos. Não era preciso à administração da guerra incumbir-se da criação em grande escala; mesmo porque as quantidades reclamadas, embora ainda pequenas, não poderiam ser satisfeitas, em toda a sua plenitude, por conta exclusiva das coudelarias militares. A estas ficaria o encargo das aquisições e distribuições das remontas, mediante planos previamente organizados, fazendo introduzir no país, por outro lado, por

meio de importações diretas, os ganhanhos adequados, recomendados pela zootecnia, não só para cruzas com éguas nacionais nestas próprias coudelarias, como para empréstimos a criadores particulares idôneos, mediante responsabilidades pré-estabelecidas e compromissos de aquisição posterior dos produtos, por preços e condições *a priori* ajustados. Assim ficariam garantidos, de uma parte, as conveniências militares, e, de outra os interesses da indústria nacional de criação, que era, desse modo incentivada. Cada criador, ao receber um ganhão, sabia que os produtos obtidos com éguas próprias encontrariam colocação, a preço fixo, daí a tantos anos, e o Exército poderia contar, por estatísticas conscienciosamente feitas, e em boas condições, com os suprimentos de que havia mistér. Era um processo mais simples e menos dispendioso, mais seguro nos seus resultados, do que se tentar a criação pelo próprio Exército, fazendo concorrência à indústria civil. A pecuária desenvolver-se-ia em todas as zonas criadoras do país, à sombra da proteção e da orientação oficiais, e melhorava em qualidade pela dessimação de sangues de raças novas, escolhidas, conforme as previsões para as necessidades de cada arma e de cada serviço. O que se diz para as raças cavallares deve-se aplicar, *mutati-mutandis*, para os muares.

Postos de monta, onde os fazendeiros levassem as suas éguas, para a cobertura, quando as suas manadas, por pequenas, não compensassem a entrega a cada um deles de um ganhão, e os depósitos de remonta, para repouso dos animais assim obtidos, antes da sua distribuição, nos quais se fizesse uma sorte de adaptação ao serviço militar e uma seleção de acordo com os destinos ulteriores, completariam o sistema. As coudelarias militares teriam o encargo exclusivo de criar os tipos especiais, apropriados à montaria dos oficiais.

Foi deste ponto de vista que então tracei dois ou três artigos, publicados na *A Defesa Nacional*, os

quais não foram tomados em conta naquele tempo — como aliás era de prever — pelas autoridades militares, mas calharam fundamente no espírito de muitos camaradas das armas de cavalaria e artilharia, pois não foram poucas, nem desprezíveis, as manifestações favoráveis que recebi. Entretanto, a sensibilidade dos chefes superiores, responsáveis pelo Serviço de Remonta do Exército, arrepiou-se, e, também, em consequência, não foram poucas as censuras de que fui alvo, simplesmente porque eu concluía que a Remonta desservia ao Exército, que, daquela forma consumia as dotações orçamentárias sem programa, atabalhoadamente, deixando a tropa montada sempre em falta do elemento essencial. Quando se queria remontar uma unidade militar, nomeava-se uma comissão de compra de animais, a qual se dirigia, de preferência ao Rio Grande do Sul e lá fazia, com certas exigências de qualidades de espécimes, às vezes descabidas, em vista do atraso dos criadores, as aquisições imprescindíveis, e que sempre ficavam aquém das necessidades do Exército. Em época não muito anterior a essa, os corpos da guarnição da Capital Federal chegaram a ser remontados com cavalos platinos, recomendados por sua estampa mais vistosa que a dos nacionais, mas nem por isso melhores.

Ainda não estávamos diante do surto da motomecanização — mal terminara a primeira Grande Guerra — e a cavalaria, não se via, portanto ameaçada de ser suplantada pelo progresso industrial.

Esse surto deu-se em anos posteriores, deixando a impressão mal colhida, de que as unidades hipomóveis, em geral, seriam em breve, totalmente, substituídas, na organização dos exércitos modernos, pelo elemento motorizado.

A influência da novidade fez com que os estudiosos voltassem as suas vistas para a criação e o emprego da nova arma que surgia, cujos êxitos na Europa ecoaram fundamente no mundo inteiro, notoriamente na América. Os nossos

não atentaram fundamentalmente na escassez e condições das estradas nas regiões em que deveríamos operar, em caso de guerra externa, nem no atraso da nossa indústria pesada, a qual só bem desenvolvida poderá aparelhar e manter unidades motomecanizadas.

Esquadrões hipomóveis foram transformados em tropa conduzida em viaturas automóveis; criaram-se batalhões de carros de combate. E o espírito de arma dos cavaleirianos começou a esmaecer; e o lado esportivo da utilização do cavalo, que sempre foi um estímulo à prática da equitação, teria já desaparecido, não fôsse um pequeno grupo de denodados e teimosos que porfiam por manter as belas tradições da arma montada.

O resultado é esse: o Exército está a pé. Num efetivo orçamentário, precário, de 41.000 cavalos,

só para a cavalaria há uma existência irrisória de somente 24.000 animais em serviço. Existe, portanto, um claro de 17.000, que ficará aberto por muitos anos — se não aumentar — caso as autoridades militares não se resolverem a encarar, decisivamente, e já e já, o *Problema da Remonta*.

Louvo, por isso, o grupo de oficiais da arma, verdadeiros abnegados, que superiores à fadiga produzida por horas de exaustivo serviço, ainda têm ânimo de se reunir, como ora se reúnem, em torno do General Dantas Pimentel, para estudar, em todos os seus aspectos, a situação atual da cavalaria, de modo a oferecer soluções que evitem a arma sossobrar. Entre os problemas tomados em pauta nas suas sessões de trabalho, revela fazer sobressair esse, primordial, que há de ser, por muito tempo a questão vital da cavalaria.

D. FRANCISCO — O BISPO CEGO

Recebemos um exemplar da obra intitulada *D. Francisco — O Bispo Cego* —, de autoria do General Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo. Este trabalho elaborado pelo distinto professor, constitui a contribuição do Ministério da Educação à comemoração do 1º centenário do falecimento em Goiás, de D. Francisco Ferreira, O Bispo Cego.

O General Pedro Cordolino, foi representando o Instituto de Geografia e História Militar, no Primeiro Congresso de História da Bahia, comemorativo do 4º centenário da fundação da cidade do Salvador, e escreveu interessante biografia do Bispo D. Francisco. Trata-se de um trabalho digno do autor, honesto, seguro, esclarecido, valioso como contribuição à história da religião católica na Bahia.

Estudou, em quatro capítulos, tôdas as fases da vida do insigne Bispo de Goiás, onde, como pastor das almas, apesar de cego soube conduzir com invulgar sabedoria os destinos da igreja católica naquele Estado.

O General Cordolino estuda a figura do grande Bispo, de raras virtudes, fazendo retificação quanto ao lugar de seu nascimento. Aprecia a vida do ilustre padre não só na igreja, como Pregador Régio, ainda figura de projeção nacional nas lutas da Independência, no Movimento da "Balaçada" e na administração da província de Goiás.

E de justiça salientar nesta obra o vulto deste ilustre Bispo, que, embora cego soube elevar bem alto as letras e a religião no Brasil.

Foi um grande patriota, como atestam as suas magistrais pastorais, um grande pensador e político. Felicitamos e recomendamos a todos a leitura desta obra, que revela um grande brasileiro, até agora desconhecido — O BISPO D. FRANCISCO.

Agradecemos a oferta de tão útil trabalho.

CARACTERISE O INIMIGO

(Tradução "data venia", da Revue Militaire d'Information")

Cel. PAULO ENEAS F. DA SILVA



os exercícios sobre a carta efetuados na França antes da guerra de 39-45, o inimigo era muito pouco caracterizado. Desejo

de, em tempo de paz, não se indispor com o adversário, mesmo o mais certo no futuro?

Cuidado em não cristalizar os espíritos pelo estudo de uma guerra particular? Convicção de que não havia dois métodos para se utilizar dos meios modernos? Estas e outras razões se somavam às resultantes da vitória recente e um pouco à preguiça intelectual.

Lidava-se com um inimigo cuja constituição e, sobretudo, os processos de combate eram muito semelhantes aos nossos.

A experiência demonstrou a inconveniência de tais erros. As circunstâncias mudaram. Parece hoje indispensável, e possível, flexionar os quadros a respeito de um inimigo, agindo, tanto quanto possível, em trabalhos sobre as cartas de seu território.

Já se faz um esforço neste sentido. Entretanto, se, nos temas propostos, o inimigo é inicialmente bem caracterizado, suas particularidades se desvanecem no decorrer do exercício e cai-se facilmente nos erros anteriores.

Não parece pois inútil expor algumas noções que permitam destacar as diferenças que existem entre os dois adversários, ou mais geralmente, entre dois exércitos e explorar tais circunstâncias em todas suas consequências.

Toda ação de guerra é o resultado direto ou indireto da decisão de um Chefe, ou mais exatamente a série de decisões tomadas através da escala hierárquica de comando.

Resultado direto se a iniciativa nos cabe. Resulta então da escolha feita entre várias "Possibilidades".

A execução não é jamais integral. Elementos contrários entram em jogo; dificuldades do terreno e reações do inimigo, imprevistas, incompreensão ou quem sabe indisciplina dos executantes, falhas do pessoal e do material. De fato, as possibilidades têm sido mal apreciadas inicialmente. A escolha se faz entre possibilidades supostas. A ação se desenrola num quadro de possibilidades reais.

Resultado indireto se a iniciativa pertence ao inimigo. Este age em uma situação que foi desejada pelo comando amigo, mas realizada em parte somente, após a intervenção dos elementos de reação.

Ora, se no primeiro caso, as possibilidades decorrem da situação realizada pelo comando para criá-las, no segundo, a ação inimiga se exerce sobre a própria situação e conduz ao acionamento das possibilidades que ela contém.

Assim, os elementos de uma ação são sempre:

- as situações realizadas;
- as possibilidades reais;
- a escolha entre as possibilidades e, por consequência, as condições desta escolha.

Cada um destes elementos deve conter a feição nítida do exercício estudado.

As possibilidades reais, decorrentes de uma situação são função :

- do terreno sobre o qual a ação se desenrola ;
- do adversário ;
- da existência dos meios, e
- do valor destes meios.

Os dois primeiros fatores não se ligam diretamente ao exercício estudado. Mais adiante examinaremos o terceiro e começaremos a análise do quarto.

O valor total dos meios postos em ação depende :

- do seu número, que resulta em si da evolução anterior sobre a qual falaremos posteriormente ;
- de seu valor unitário. Este tem uma certa constância, pouco afetada pelas circunstâncias. É um potencial, uma capacidade, uma possibilidade geral que se encontra a qualquer momento e sempre. É o elemento base para diferenciação dos dois exercícios.

O valor unitário dos meios é, por sua vez, função :

- natural dos efeitos e das dotações em material realizadas, mas no quadro :

das possibilidades humanas.

Estas, geralmente, têm limites bastante reduzidos e facilmente calculáveis : duração do esforço que pode ser pedido ao homem, em particular a extensão das etapas, velocidade de marcha. A parte do esforço humano tende a diminuir na guerra moderna, sobretudo no que concerne à marcha a pé. Na luta na montanha, nas florestas e nos arrozais, é ainda uma questão primordial.

Ora, ainda que tais limites sejam baixos, são entretanto bastante elásticos para que se possa fazer distinção entre contingentes de origens diversas. A extraordinária resistência à marcha, bem como a velocidade de deslocamento a pé dos Marroquinos berberes, dão-lhes possibilidades espantosas de rápidas concentrações, de que nos

recordamos do mês de novembro de 1914 e que levou ao desastre de El Herri.

A instrução, o treinamento, uma seleção severa inicial, aumentam as possibilidades humanas de uma tropa : o "Afrika Korps" é o exemplo típico.

Mas condições materiais ou morais reduzem-nas, mas podem também intervir as qualidades peculiares ou deficiências da raça. A resistência nervosa dá possibilidades de durar sob o fogo. A calma nórdica pode ser contraposta ao temperamento emotivo do mediterrâneo.

A adaptação de certos povos a condições especiais de vida : na floresta, na montanha, nos campos de arroz, ao frio, ao calor, pode ter repercussões de ordem tática e mesmo, estratégica. Elas influem, com efeito, sobre a escolha das direções, sobre a época de desencadeamento das ações. A floresta não foi obstáculo ponderável à Wermatch e para nossas tropas norte africanas ; o inverno nada representou para as tropas russas.

Há verdadeiramente casos em que o terreno não oferece o mesmo valor para os dois adversários.

Possibilidades materiais.

São as características técnicas perfeitamente avaliáveis, as blindagens, o alcance dos projéteis, o raio de ação, a velocidade dos veículos ou dos aviões, etc. É de se notar que quanto mais "material" se torna um exército, mais fácil se torna apreciá-lo em números, logo, caracterizá-lo. As consequências são sempre bem sabidas e bem exploradas. Não há necessidade de as desenvolver.

A relação entre a parte humana e a material de dois exércitos é um elemento capital de diferenciação. Se as relações são equivalentes, as possibilidades e as servidões — também são análogas. Se elas diferem, a vantagem nem sempre estará do lado do mais moderno. Em particular, o aumento do fator material prende os meios as estradas, às bases, diminui sua autonomia, suprime esta fluidez que dá muitas

vêzes a superioridade aos exércitos primitivos.

Possibilidades do conjugado homem-material.

Em geral elas são pouco palpáveis, pelo menos a priori e podem ser muito diferentes de um povo para outro. Os orientais têm sido de há muito prejudicados pela mecânica.

É a experiência que nos mostra o que se pode obter do serviço de uma peça, do uso de um instrumento. Estas possibilidades são, em grande parte, função da instrução. Os regulamentos do exército em questão podem dar uma idéia, pois se baseiam na experiência.

Da aptidão do instrumento de guerra em se adaptar às circunstâncias fora do comum.

Ela é função das possibilidades de adaptação dos homens, mas também da organização, do equipamento, etc., e, enfim, do temperamento racial mais ou menos flexível. Um exército em boas condições, para certas formas de guerra, para certos terrenos, em determinados climas, pode ficar sem valor em outras circunstâncias. O ocidental parece hoje em dia um elemento mais "polivalente". Não se pode dizer que isto continuará para sempre.

De um modo geral, a diferenciação entre as possibilidades surge nos exercícios. As consequências da aptidão de certos exércitos em combater, em condições particulares não são entretanto exploradas a fundo. É por isso que aparecem as surpresas as mais graves. A Wermatch sofreu uma experiência amarga na primeira campanha de inverno na Rússia em 1941-42, ao passo que a O.K.W. esperava uma parada completa das operações.

* *

Passaremos agora em revista as condições de escolha entre as possibilidades, ou em outras palavras, as condições para o estabelecimento das decisões. A questão das possibilidades supostas, bem assim a caracterização das situações que a elas se ligam.

É inútil destacar que não há escolha entre possibilidades senão quando houver, pelo menos, uma alternativa. Se, pois, se deseja fazer surgir, na realização de um exercício, a caracterização dessa escolha, é preciso sempre imaginar do lado do inimigo, situações das quais decorram pelo menos duas possibilidades.

A escolha feita pelo chefe, entre várias possibilidades de manobra é função de fatores múltiplos:

— da missão que recebera. Esta mesmo é o resultado da decisão do escalão superior, portanto uma escolha feita por este escalão;

— de seu conhecimento da situação geral, da impressão que teve, em sua apreciação do inimigo. Há duas partes neste comportamento do chefe, em face da situação: uma doutrinária, sobre a qual voltaremos mais tarde e outra, pessoal, que dificilmente se pode apreciar num exercício. Esta depende, com efeito, de seu temperamento, de sua formação anterior, mas também de seu estado de espírito no momento. Tudo isto caracteriza um homem e pode influir na realidade, o exemplo do Marechal Montgomery contemplando o retrato de Rommel é típico, mas não caracteriza um inimigo e está portanto fora de cogitações neste estudo;

— mas, enfim, fatores tendo um caráter relativamente permanente e que podem influir grandemente em sua decisão.

O temperamento dominante no país, latino, anglo saxônico, eslavo oriental, cartesiano ou não, fatalista, sua situação geral, demográfica, geográfica (superpopulação japonesa, fraca natalidade francesa antes de 1939, mística de cêro alemão, etc.) suas tradições, suas tendências políticas (pacifismo, fobia de ser o agressor, espírito de vingança), seus compromissos internacionais, aos quais se deve acrescentar a história militar, levam a criação de tradições militares do momento, consubstanciadas nos regulamentos, nos métodos, na doutrina de guerra.

Os regulamentos, a doutrina, podem ter uma influência permanente sobre a escolha efetuada entre as possibilidades várias.

Entre muitas possibilidades ofensivas e defensivas, o exército francês de 1914 orientou-se para as primeiras; em 1939, para as segundas. O exército alemão procurava antes de mais nada outra solução, a infiltração que praticamos muito pouco, e o exército soviético aplicou de preferência o duplo envolvimento, ao invés da rutura frontal única. ... É pois possível e necessário, se se quer caracterizar um exército, determinar se nele se pratica uma escolha sistemática entre possibilidades que se oferecem.

Tal sistematização se exerce naturalmente no campo:

- dos objetivos estratégicos ou táticos;
- dos processos para a eles se chegar.

Em determinadas doutrinas aparece nitidamente o desejo dessa seleção.

Antes de 1940, era taxativo na doutrina francesa, o terreno, sua conquista ou conservação, do lado do inimigo a ser considerado hoje, a destruição do adversário é o objetivo fixado em qualquer caso. Resulta daí evidentemente utilizações muito diversas das possibilidades.

Para determinar a sistematização da escolha dos processos, impõe-se analisar com atenção a doutrina e os regulamentos a fim de descobrir se existem prescrições relativas às direções, aos objetivos, ao emprego dos meios, ao ritmo das ações. Quando se recorda a doutrina francesa processional de 1939: tomada de contacto, conquista de um objetivo acessível a pequenas unidades — o engajamento — depois o ataque principal, metódico a objetivos sucessivos, à qual se opunha a doutrina alemã, toda marcada de rapidez, de brutalidade, sem conformismo. Mas, quando se recorda também da aplicação destas doutrinas na realidade, pelo menos no início do conflito, cada um dos con-

tendores tinha diante de si a possibilidade de agir de uma ou outra maneira.

A doutrina exposta não tem, sempre, o mesmo peso, sobre as decisões.

É preciso primeiro, para que ela apareça, que seja nítida, imperativa, sem flutuações. Uma doutrina que dê margem ao "seja, seja," não conduz evidentemente à uma sistematização na escolha entre as soluções possíveis.

Sua eficácia depende da disciplina que reina no país e no exército, mas também do espírito de iniciativa ou, ao contrário, da passividade que aí se encontra. O temperamento nacional e o grau de evolução intelectual, bem como o ativismo militar e guerreiro representam outros elementos.

Sua aplicação depende enfim do tempo em que está em vigor. Mesmo em um país indisciplinado, individualista, uma doutrina ensinada desde muito tempo se enraiza: cria reflexos e hábitos. Em um exército disciplinado, de flexibilidade intelectual e material, confiante em seus chefes, uma mudança de doutrina terá efeito rápido, mas raramente imediato. Pode-se citar como exemplo as diretivas do General Joffre, em fins de agosto de 14 e as do General Weygand no começo de junho de 40, que modificavam seriamente, umas e outras, os erros em vigor nos começos das duas guerras.

Segundo tais condições sejam mais ou menos realizadas no exército inimigo em questão, a sistematização da escolha será mais ou menos assegurada. Cumpre pois estudá-las com atenção.

Mas pode acontecer que a doutrina incida mesmo sobre uma apreciação das possibilidades. Assim, em certo exército antes de 1939, capacidades duplas das admitidas para a França, foram atribuídas às unidades de infantaria de composição equivalente. A experiência da guerra mostrou a inexistência deste conceito. Entretanto, nos exercícios antes do conflito, devia-se ter levado em conta este fato e fazer desencadear por este

exército ações ofensivas, quando a densidade admitida para ele fôsse atingida. *Primeiro caso de possibilidades supostas.*

Pode-se chegar à uma solução contrária, de que o valor dos meios seja subestimado. Assim se deu na França com o binômio carros — avião. *Segundo caso de possibilidades supostas, ou quem sabe ignoradas.* Em todo caso, a doutrina jamais deu uma certeza quanto à escolha, mas somente uma probabilidade. É sempre interessante, em um exercício, reservar-se a margem de segurança de fazer jogar uma ou outra das possibilidades, seja representando a parte da doutrina adversa, seja agindo como se nós agíssemos de fato.

E mesmo, quando se faz jogar um inimigo cujo temperamento não é "carteziano", é conveniente executar freqüentemente ações enquadradas naturalmente no âmbito das possibilidades materiais, acontecimento de tal modo inesperado que, sem consequências diretas, produz entretanto surpresa total. Napoleão costumava apreciar certas hipóteses sobre o inimigo que estavam completamente fora do bom senso.

Os hábitos do inimigo, interessantes sobretudo nos pequenos escalões, somente são conhecidos após alguns meses depois da guerra lançada. Mas se o último conflito ainda está na memória e se o exército estudado compreende vários elementos que nele tenham participado, se não houver modificações capitais em sua organização e no equipamento das forças, pode-se admitir que os hábitos conhecidos terão certa remanescência. Parece interessante, quando eles são característicos, de os examinar nos exercícios.

No quadro das doutrinas se inscrevem os métodos, mais técnicos, mais concretos. Tanto mais justos sejam eles, mais permitirão se aproximar das possibilidades teóricas máximas dos meios; um exemplo histórico foi o partido tirado por Bonaparte dos exércitos do século 18, diante dos exércitos equivalentes, mas de métodos an-

tiguados. Mais recente, o método de emprêgo ou ligação do carro e do avião, caracterizava bem a Wer-mach de 1940 e a diferenciava dos outros exércitos.

Antes de fazer a escolha mais ou menos doutrinária entre as possibilidades, é preciso, nos exercícios, imaginar situações de onde elas podem decorrer. Ora, estas situações são por si mesmo o resultado de uma escolha ou de uma sucessão de escolhas anteriores entre possibilidades. Deve-se também levar em linha de conta a situação básica. É dela que decorrerá a possibilidade de por em cheque a doutrina inimiga na ação a realizar. Ela deve já ser imbuída desta doutrina.

O mesmo ocorre para demais situações sucessivas, que se quiser apresentar.

Seria ridículo propor em uma situação de base, forças armadas repartidas uniformemente sobre o terreno se se estuda um inimigo no qual a noção, de economia de forças se bastante esclarecida. Uma disposição do exército francês em 1940, repartida em massas importantes, coberta por uma rede de informações teria sido, ao contrário, um erro.

* *

Este estudo não é por certo restritivo; todos os aspectos das forças armadas, em sua constituição como na ação, dão margem a uma diferenciação. Ele dá unicamente uma idéia na qual se pode trabalhar.

A disposição de um "inimigo" em tais condições é bastante delicado. Se se procura somente despertar os espíritos fazendo movimentar um inimigo fora do comum, não importa o que possa advir. Mas, se se quer corresponder à realidade, não se pode confiar o trabalho senão a um especialista e a 2ª Secção encontrará logo uma tarefa que, se não é nova, poderá adquirir, em sua aplicação, um aspecto novo e interessante.

Ao contrário, os oficiais de 2ª Secção não poderão senão se beneficiar. Sua participação per-

manente em exercícios assim montados, abriga-los-á a conhecer bem o inimigo e a se manterem a par de sua evolução. Ele lhes mostrará as lacunas de seu conhecimento mas fará ressaltar a necessidade da busca de informações, negligenciadas em outros escalões.

Ele permitirá pois a estes oficiais, a cujo trabalho se prende, no interior, a uma compilação fastidiosa de documentos, de sair desta rotina, de participar da obra de conjunto da informação e se prepararem melhor para a sua função na guerra.

AOS COLABORADORES !

Como COOPERAÇÃO muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FOLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.
2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.
3. Coloquem, preferentemente, em fôlhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).
4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.
5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, cite essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.
6. **REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS** observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).
7. Assinem a última fôlha e **INDIQUEM O ENDEREÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

O DESEMBARQUE DE ARNHEIM

Coronel PIERRE PAQUIER

Traduzido, data vênia, da "Revue Militaire d'Information" de outubro de 1953, pelo Ten.-Cel. FLORIANO MÖLLER



GENERAL alemão Pic-
kert examinou recen-
tamente as lições ti-
radas do desembar-
que aéreo de Arnheim
em setembro de 1944.

Apresentamos a seguir
as suas conclusões essenciais.

* *

Nos primeiros dias de setembro de 1944, os aliados haviam atingido Bruxelas e Anvers com o Gr. Ex. inglês de Montgomery. Por sua vez, o Gr. Ex. americano de Bradley, retardado por um reabastecimento difícil, progredia mais ao Sul, numa extensa frente, desbordando as Ardennes. Atrás do Gr. Ex. Montgomery, o 1º Exército canadense havia feito uma inflexão na sua direção geral de marcha, para atacar o Havre e os portos da Mancha. Diante de Brest encontrava-se o 9º Exército yankee. O 7º Ex. americano, que desembarcara na costa francesa do Mediterrâneo, se aproximava de Dijon.

Sérias dificuldades de transporte (vias e meios) já haviam imobilizado elementos importantes dos dois Grupos de Exércitos. O abastecimento só podia ser efetuado pelas rodovias (ou via aérea), a partir das cabeças de ponte da Normandia. O porto de Cherbourg estava apenas restabelecido de suas feridas mais graves. As vias férreas não estavam ainda reparadas.

As forças alemãs que compreendiam o 15º Exército — quase in tacto — estavam concentradas ao

norte de Schelde e do canal Schelde-Meuse. O 1º Exército Aeroterrestre mantinha-se ainda, ao Sul do Canal Albert, enquanto que o "Westwall" (A Muralha do Ocidente) não era ocupado senão por tropas de todo insuficientes, quase esgotadas e concentradas à pressa. Fracos reforços, em marchas forçadas, procuravam se reunir a elas.

A impressão era de que, nos primórdios de setembro, uma formação de choque extremamente móvel, teria forçado rapidamente o "Westwall", transposto o Reno e, com uma profunda penetração em território alemão, pôsto fim à guerra já no outono de 1944.

Plenamente consciente dessa situação, Patton atacava impetuosamente na direção do Sul, reclamando prioridade de suprimentos para manter o ritmo de sua progressão. Montgomery, também consciente da situação, determinava que a ala norte se dirigisse para o Ruhr, depois de arremeter pela planície da Alemanha do Norte. Faltou-lhes reforços e sobretudo um abastecimento seguro.

Eisenhower, comandante em chefe das forças aliadas, dispunha ainda de uma reserva: — quatro divisões aeroterrestres, situadas na Inglaterra, e prontas para intervir na luta. Ele havia desde logo pensado em empregá-las na ala norte do Grupo de Exércitos Bradley para atacar a região de Maestricht-Aix-la-Chapelle, desbordar o "Westwall", transpor o Reno e se apoderar do Ruhr. O restante das forças devia progredir em uma ex-

tensa frente. Mas Bradley não acreditava em operações aeroterrestres e preferia ver os aviões de transporte utilizados no reaprovisionamento.

Montgomery pede que as forças aeroterrestres lhe sejam subordinadas, a fim de atacar na direção do Zuyder Zee, passando por Eindhoven e Arnheim. Ele estava bem inteirado de que era preciso andar depressa se se quizesse impedir o inimigo de se reagrupar e de ser reforçado. Por outro lado, as "V2" bombardeavam Londres desde 10 de setembro, e suas rampas de lançamento estavam instaladas na região de Haya. Um avanço rápido sobre o Zuyder Zee cortaria as linhas de suprimento desses locais e reduziria as "V2" à impotência.

Eisenhower não aprovou o plano de Montgomery senão com exitação: — este teria que progredir sempre em uma extensa frente. Todavia, o reabastecimento havia melhorado após a libertação do

Havre e a tomada de Anvers, cujo porto estava quase intacto. O ataque na direção do Zuyderzee (projetado por Montgomery) poderia então ser considerado com uma operação de cobertura da ala esquerda. Montgomery esperava, após ter atingido o Zuyderzee, infiltrar na direção Leste e entrar na Alemanha. Por outro lado, Montgomery devia receber de Bedell Smith, chefe do Estado-Maior de Eisenhower, a 12 de setembro, a promessa de que:

- O 3º Exército americano (Patton) se lançaria sobre o Sarre;
- O grosso dos suprimentos seria orientado para o 1º Exército americano que deveria agir em estreita colaboração com ele;
- Novas linhas de suprimentos seriam estabelecidas.

O General Montgomery fixou o início da operação projetada, para o dia 17 de setembro, a qual foi denominada "Market Garden" (*).

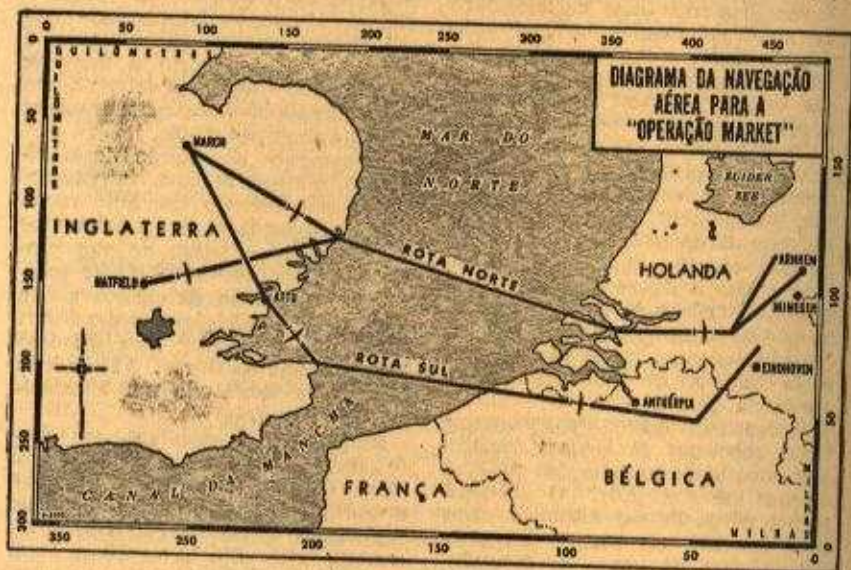


Fig. 1 — Croquis do "Military Review", Ago. 52

(*) O Major James A. Huston da Divisão de História Militar da Secretaria do Exército dos EE.UU., em seu artigo "A Invasão Aérea da Holanda" esclarece que se trata de duas operações conjugadas — "a operação aeroterrestre denominada Market... e a operação terrestre inter-aliada denominada Garden". ("Military Review, edição brasileira, números de agosto e setembro de 1952).

A operação Market Garden deveria se desenvolver como se segue:

O 1º C. Ex. Aeroterrestre (Browning) tinha a missão de estabelecer um estreito corredor na direção de Eindhoven, Nimègue e Arnheim com três divisões. O XXX C. Ex. receberia ordem de se dirigir por esse corredor para o Zuyder-Zee.

As três divisões aeroterrestres deveriam se apoderar das pontes do Meuse, do Waal, do Reno e de cinco outros cursos d'água, para abrir um corredor de cerca de 24 km onde passariam os blindados do XXX C. Ex.

Este plano extremamente audacioso implicava em grandes riscos. Com efeito, uma forte artilharia inimiga em torno dos objetivos de ataque, numerosos caças com base em aeródromos muito próximos desses objetivos, ameaçavam as zonas de lançamento das forças aeroterrestres. Por outro lado, a situação dos aliados poderia evoluir de maneira desfavorável, uma vez que já haviam aparecido os primeiros caças alemães "Me. 262" (à reação). Quanto às tropas terrestres, era preciso ter em vista a possibilidade de que o avanço do XXX C. Ex. fosse contido, notadamente pela destruição das pontes. Em consequência, a junção com forças aeroterrestres não poderia se efetuar senão com um certo retardo. Enfim, o estreito corredor, poderia ser cortado pelos alemães, a qualquer tempo. O maior perigo era que o sucesso da operação dependia bastante das condições meteorológicas. Na falta de aviões em número suficiente para engajar todas as tropas de uma só vez, o desembarque deveria ser subdividido em dois ou três dias. Montgomery sabia disso muito bem, mas, pensava que o primeiro golpe produzido por este desembarque massivo (a maior operação aeroterrestre jamais planejada até então) desorganizaria a tal ponto os alemães que o sucesso era pelo menos provável.

Além dos riscos inerentes à toda operação, o plano de operações da

1ª Divisão aeroterrestre inglesa implicava num risco particular: as operações aeroterrestres do início da campanha da Normândia haviam demonstrado que os desembarques aéreos, sobretudo quanto se tratava de se apoderar de pontes, deviam se efetuar sobre o próprio objetivo ou muito perto deste. Um exemplo excelente tinha sido o sucesso obtido com o desembarque aéreo inglês à Leste de Caen. As tropas aeroterrestres que deviam se apoderar das duas pontes do Orne haviam aterrado sobre estas pontes ou muito próximo das mesmas, se bem que à noite, mas com um belo luar e haviam obtido um sucesso decisivo. Era a prova que valia mais aterrar sobre o objetivo ou muito próximo dele, sujeito a sofrer algumas perdas no desembarque do que, após a aterragem lutar para atingir o objetivo. Esta lição não foi seguida em Arnheim porque, segundo um pretendido perito em desembarques aéreos, a potente artilharia antiaérea que os alemães aí dispunham, por certo infligiria perdas pesadas ao assaltante que aterrassse demasiado perto da ponte e, ao sul dessa ponte, o terreno não era bastante firme para receber os planadores pesados. Acrescentava-se a este argumento que a 1ª D.I. Aeroterrestre que devia participar da operação tinha sofrido perdas muito pesadas na Sicília em 1943 porque havia aterrado no meio das tropas inimigas. Esta divisão considerava preferível aterrar com segurança longe do objetivo, e a seguir, progredir combatendo. Por outro lado, o próprio comandante não tinha ainda nenhuma experiência de desembarques aéreos e era essa uma das razões para as quais ele previa a aterragem a cerca de dez quilômetros a Oeste de Arnheim e da ponte que era o objetivo essencial da operação. O risco era maior porque as tropas não seriam lançadas em uma só vez, mas em três vagas sucessivas. Isto quer dizer que durante a primeira tarde (o lançamento devia se efetuar após o meio-dia) apenas pára-

quedistas levemente armados e o Esquadrão de Reconhecimento poderiam investir em direção da ponte; os reforços não poderiam chegar senão vinte e quatro horas mais tarde. O plano de operações sacrificava as vantagens de um desembarque diretamente sobre o objetivo e, no primeiro dia, expunha formações fragmentárias ao risco de serem massacradas isoladamente.

A 17 de setembro de 1944, em Arnheim, um milhar de bombardeiros atacam os aeródromos da Holanda e as baterias antiaéreas alemães nos diversos pontos de desembarque. Cêrca do meio-dia, uma formidável esquadra de um milhar de aviões de transporte de tropas e quinhentos planadores, protegidos por mais de 1.200 aviões de caça, parte da Inglaterra. Uma quinzena de caças alemães FW-190 alçam vôo, mas os demais são imobilizados em suas bases pelos bombardeiros aliados. Nenhum dos aviões de transporte e dos planadores da 1ª D.I. Aerot. inglesa foi atingido pelo fogo inimigo.

Os alemães são completamente surpreendidos por esta verdadeira invasão aérea. Todavia, os dois comandantes alemães responsáveis, se encontram, por azar, em seus lugares: Marechal de Campo Model, Cmt. do Grupo de Exércitos "B" e o Coronel-General Student, Cmt. do 1º Exército Aeroterrestre. Eles reagem instantaneamente: Model se precipita para Arnheim, retoma momentaneamente o comando da praça (o Cmt. havia sido morto), reúne as unidades e alerta a 9ª Divisão Blindada que se encontra ao norte de Arnheim. Uma chance extraordinária faz com que Student tivesse conhecimento, no próprio dia, de todas as ordens da operação "Market Garden" encontradas em um avião inglês abatido; pôde assim tomar imediatamente todas as contra-medidas necessárias.

Os pára-quedistas e os planadores da 1ª D.I. Aeroterrestre atingem os campos de pouso previstos a Oeste de Arnheim e enfrentam, de início, uma fraca resistência. Dos

358 planadores de transporte que cruzam o Canal da Mancha, apenas 38 têm seu cabo reboque rompido e não atingem as áreas de aterragem. Mas, por desgraça, justamente esses planadores transportavam os Jeeps blindados do Esquadrão de Reconhecimento que devia se apoderar da ponte de Arnheim. A 1ª Brigada Aeroterrestre (Hicks) assegura a guarda dos campos de aterragem, enquanto que a 1ª Brigada de Pára-quedistas (Lathbury) se dirige para Arnheim. Uma Companhia é destacada para ocupar a ponte ferroviária à Oeste de Arnheim, mas ela chega alguns minutos mais tarde; a ponte salta pelos ares, à sua frente. As três outras companhias encaminhadas para a ponte rodoviária, encontram uma forte resistência e só progredem travando combates de rua.

Na região de Nimègue-Eindhoven, nesse mesmo dia (17 de setembro de 1944), os americanos tiveram um pouco mais de chance. A 82ª D.I. Aeroterrestre americana encontra apenas fracas resistências e, uma hora após a aterragem, a mesma se apodera da ponte do Meuse, perto de Grave, intacta; antes da noite ocupa outra ponte sobre o canal Meuse-Waal, chegando a ocupar com fracos elementos a crista que domina o Meuse e o Waal, próximo de Goesbeck. Em contraposição, encontra uma resistência muito forte tentando avançar em direção das pontes de Nimègue; Quinhentos metros antes do curso d'água, a 1ª D.I. Aeroterrestre americana perde 63 aviões de transporte e planadores sob o fogo da artilharia antiaérea, aterrando ao norte de Eindhoven. Essa D.I. chegou a se apoderar das quatro pontes de Wehgel, intactas, mas os alemães fizeram saltar pelos ares a ponte de Zon. Teria sido possível à 1ª D.I. Aerot. impedir essa destruição aterrando bem junto da ponte; lançados muito longe, os americanos chegaram demasiado tarde.

A 18 de setembro de 1944, a cerração sobre os aeródromos ingleses retardou de cinco horas a saída da segunda vaga de assalto.

Violentos contra-ataques comprimem de todos os lados as tropas aeroterrestre; o Cmt. da Divisão esteve a ponto de se envolver num combate de rua, e teve que se ocultar durante horas num celeiro. O rádio não funciona; é impossível pedir apoio aéreo da aviação contra a infantaria e os blindados inimigos. Um ataque de dois batalhões ao norte de Osterbeck lhes custa a metade do seu efetivo. A batalha permanece indecisa no decorrer do dia.

A jornada de 19 de setembro de 1944 não melhora a situação dos atacantes cercados; malogra um novo ataque à ponte. O Cmt. da Divisão, que pôde reunir suas tro-

alemanas que ocupavam o terreno onde foram lançados. Pela falta de ligações rádio, o ponto de lançamento não havia sido alterado. Nesse dia a caça alemã tem a supremacia do ar sobre Arnheim. Ela abate 112 planadores e 40 aviões de transporte, com a artilharia anti-aérea.

Logo após surgem os primeiros blindados da "Guarda Real" que se lançam para o Norte em direção de Arnheim, mas alguns quilômetros mais adiante eles são detidos por uma forte resistência alemã.

A 20 de setembro em Arnheim, 119 planadores de carga são enviados para reabastecer as tropas desembarcadas; 20 são abatidos. A

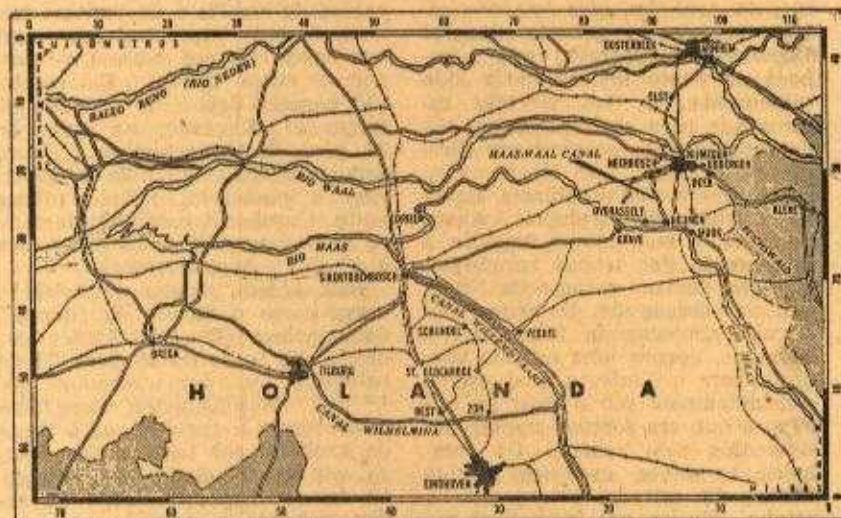


Fig. 2 — Croquis do "Military Review". Set. 52

pas, decide agora formar quadrado e aguardar a chegada do XXX C. Ex. inglês. Um espesso nevoeiro retarda ainda uma vez mais a partida dos reforços, entre os quais a brigada aeroterrestre polonesa que devia aterrar ao Sul da ponte de Arnheim. Um total de 650 aviões de transporte e 430 planadores, dos quais apenas 2/3 atingem o objetivo. Para cúmulo de azar, os suprimentos da 1ª D.I. Aeroterrestre — cerca de 390 ton de munição e de víveres — caem nas mãos dos

cabeça de ponte britânica é apenas mantida por quarenta homens que são aniquilados à tarde. A ponte de Arnheim cai outra vez nas mãos dos alemães. Três horas antes que os aliados pudessem se apoderar das pontes de Nimègue, os blindados alemães passam a ponte de Arnheim e se deslocam para o Sul.

Que fazia durante esse tempo o XXX C. E. inglês emassado junto ao canal Schelde-Meuse, e que devia juntar-se às tropas aeroterres-

tres? Após as primeiras notícias que anunciavam o desenvolvimento normal do desembarque aéreo, a 17 de setembro, o General Horrocks, Cmt. do XXX C. Ex., havia começado a fazer avançar seus blindados pela estrada para Eindhoven, não sem uma forte preparação de artilharia; mas ele não conseguiu livrar as tropas cercadas na cabeça de ponte de Arnheim.

Mal informado sobre a situação em Arnheim, o General Horrocks ainda na noite de 20 de setembro, esperava unir-se à 1ª D.I. aeroterrestre no dia seguinte. Este otimismo seria cedo desfeito. A 21 de setembro, cerca das 9 horas, o rádio da 1ª D.I. aeroterrestre notificava Horrocks da situação crítica de Arnheim, mas este não sabia (também o próprio General Urquhardt o ignorava) que a cabeça de ponte inglesa havia sido submergida. O Gen. Horrocks esforçava-se para abrir passagem tão depressa quanto possível em direção de Arnheim, mas ele não conseguiu romper a resistência alemã na estrada Elst-Arnheim. Ainda uma vez, o mau tempo impediu a intervenção das tropas aeroterrestres que deviam avançar de Nimègue na direção de Arnheim. No estreito corredor de Eindhoven à Nimègue, apenas uma estrada conduzia para o Norte, a qual estava constantemente sob o fogo do inimigo e que era forçoso manter desimpedida sem cessar. Os combates, as minas, os fossos cheios d'água, da estrada, retardavam a coluna. Enfim, era impossível pedir o apoio aéreo da R. A. F. pela falta de comunicações rádio.

A situação tornando-se inquietante, Horrocks desiste na noite de 21 de setembro, de abrir passagem para Arnheim na direção do Zuyderzee, mas insiste entretanto em querer estabelecer uma cabeça de ponte sobre o Reno, a Oeste de Arnheim; mas não dispõe de embarcações de assalto. No entanto, no decurso da noite, pequenos destacamentos descem os taludes abruptos e escorregadios do curso d'água e o atravessam com meios de fortuna. A operação é aliás faci-

litada pela intervenção da brigada aeroterrestre polonesa, há tanto tempo aguardada, a qual, na tarde de 22 desembarcara na margem esquerda do Reno, ao Sul de Heveadrop, sofrendo pesadas perdas sob o fogo nutrido da artilharia. A situação à Oeste de Arnheim torna-se menos crítica.

A 23 de setembro, o mau tempo interditava qualquer atividade da Aviação; nenhum reabastecimento foi recebido. A Oeste de Arnheim, alguns elementos de reforço, conseguem penosamente transpor o Reno sob o fogo do inimigo e sofrem perdas pesadas. Cento e cinquenta homens apenas (dos 250 empenhados) logram unir-se à 1ª D.I. Aeroterrestre. A falta de embarcações de assalto e de pontões tornava de todo impossível fazer com que novos reforços lograssem transpor o curso d'água. Entretanto, 250 homens depois de grandes esforços aí chegavam na noite de 24 para 25 de setembro. Pouco depois, as forças alemãs interditavam a passagem. Nessa última noite, Urquhardt recebia ordem de se retirar para trás do Reno com a 1ª D.I. Aeroterrestre.

Esta ordem, penosa de cumprir, soava como o "toque de funeral" da audaciosa "Operação Market Garden". Na noite de 25 para 26 de setembro, os remanescentes da 1ª D.I. Aeroterrestre conseguem reatravessar o curso d'água à Oeste de Arnheim, sob tempestade e chuva, sem serem notados pelo inimigo. Os feridos impossibilitados de andar, cobriam a retirada com seu fogo, e confundiam os alemães com toda sorte de mensagens rádio falsas. Dos 10.000 homens desembarcados ao Norte do Reno, retornaram apenas 2.160. Quase 6.000 homens, entre os quais numerosos feridos haviam sido feitos prisioneiros, e quase 2.000 haviam sido mortos.

Qual é a razão profunda do insucesso da operação Market Garden?

A operação estava fadada ao fracasso, porque a mesma espalhava as forças aeroterrestres em um es-

paço considerável. Qualquer que fôsse o potencial aeroterrestre dos aliados, o corredor previsto era demasiado estreito e demasiado extenso. As forças terrestres que aí deviam passar — uma única estrada — eram insuficientes; mesmo que a resistência alemã fôsse menos viva que a encontrada, lhes teria sido impossível chegar a Arnheim a tempo. E mesmo, a brecha aberta com êxito, a batalha não estava ganha. Com as forças engajadas, não teria sido possível alargar o corredor, demasiado estreito; a sua interceptação seria uma questão de dias. Este desequilíbrio de forças, de tempo e de espaço devia fatalmente fazer malograr a operação, qualquer que fôsse o valor das forças pára-quedistas.

* *

NOTA — Embora admitindo o fracasso da operação, o Major James A. Huston da Divisão de História Militar da Secretaria do Exército Americano ("Military Review", edição brasileira, números de agosto e setembro de 1952) considera que "sob muitos aspectos, a "Operação Market" constituiu um notável e espetacular sucesso" e, atribuindo o fracasso às forças terrestres acrescenta: "o fato de ter ela (a ope-

ração Market) quase chegado a um completo e indiscutível sucesso, tornou ainda mais desapontador o fracasso das forças terrestres em se ligarem com a 1ª Div. Aerot. em Arnheim".

Concluindo o seu excelente artigo, aliás extraído de um capítulo de um estudo sobre forças areroterrestres e a aparecer na série "O Exército Norte-Americano na 2ª Grande Guerra" o Major Huston assim se manifesta: "Apesar do fracasso em Arnheim ter contribuído para eclipsar o sucesso real das unidades aeroterrestres e de transporte de tropa, a "Operação Market" demonstrou a praticabilidade das operações diurnas em massa. A missão não foi da espécie que teria sido desejada pelos oficiais aeroterrestres (as unidades em terra espalhadas ao longo de um estreito corredor, tornando difícil a consolidação e manutenção do terreno)... no conjunto as divisões aeroterrestres alcançaram os objetivos designados e demonstraram algo da influência potencialmente decisiva que tais operações podiam exercer. A eficácia da operação inter-aliada, a parte do planejamento e coordenação que ofereceu, constituiu uma homenagem às unidades participantes". (N.T.).

mi

mi

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAUMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

Gerência, 23-0556 — Subgerência, 43-1112

Contadoria, 23-2329 — Cobranças, 43-9780

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 6)

UMA FÔRÇA ESTADUAL - A BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL

Maj. SAUL GUTERRES DIAS



A faz parte da tradição do povo gaúcho o respeito e a admiração por sua dedicada força estadual.

Sua existência remonta à última década do século passado quando estávamos às vésperas dos conflitos internos de 93.

Foi seu criador o Presidente do Estado Dr. Fernando Abott, que tomando como núcleo da futura força os elementos da extinta Guarda Cívica e designando para os primeiros comandos oficiais do Exército postos à sua disposição, criou a "Brigada Militar do Estado" por ato governamental de 15 de outubro de 1892.

Dessa data para cá a ação dessa Força fez-se sentir de uma maneira brilhante e heróica, caracterizada por uma lealdade a toda a prova ao governo. Participou de todas as lutas intestinas verificadas desde sua criação até os nossos dias onde os "históricos" de suas Unidades têm-se enchedo de páginas das mais brilhantes. Teve a seu cargo a construção de estradas de grande significação econômica para a coletividade. E hoje, além de preparar-se com entusiasmo para o seu eventual emprêgo como reserva do Exército, suporta o pesado encargo de arcar com a responsabilidade de manter a ordem em todo o território do RGS, de cujo policiamento civil é encarregada como também de equipar com seu denodado pessoal os Corpos de Bombeiros existentes.

No passado as suas Unidades foram empenhadas em operações militares quer no território Rio-grandense, quer em outros pontos do país (1893, 1923, 1924, 1926, 1930 e 1932).

Para dar uma idéia do que foi a ação dessa Força naqueles anos de violência e sacrifícios basta-nos

atentar para as brilhantes "fé de ofício" de algumas de suas Unidades de Cavalaria e Infantaria, pois não existem na Força Unidades de outras Armas.

O 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar (Regimento Coronel Pillar) foi fundado em 10 de novembro de 1892 e teve como seu primeiro comandante o Tenente-Coronel Fabricio Batista de Oliveira Pillar, Capitão do Exército comissionado naquêle posto.

Este oficial recebeu o comando dessa novel Unidade nos campos de Cacequi, 16 dias depois, e nunca mais retornou ao quartel pois quase dois anos após, a 6 de setembro de 1894, morria como um Cavalariano a frente de seu Regimento, em plena carga, no combate de Capão das Larangeiras.

A vida desse Regimento foi cheia de lutas e glórias destacando-se nos combates de Palmeiras, Carovi, São João Velho, Santa Maria Chica, Vau Feio e outros.

Sem dúvida, uma das situações mais duras viveu o pessoal desta Unidade de Cavalaria quando, perdendo todos os seus cavalos, foi obrigado a queimar o seu arreamento para que não fosse apreendido pelo adversário e prosseguir a pé, como infantés. Resistiu galhardamente a essa prova difícil para o "gaúcho" e não perdeu seu "elan", acrescentando à sua canção estes versos que bem dizem do seu alto valor moral:

Que importa a nós que o cavalo
na peleja
fique exhaúque e nos faça a pé
marchar

Somos do Primeiro Regimento
Que não sabe recuar.

Não menos glorioso foi o caminho percorrido pelo 2º BC/BM. Criado a 15 de fevereiro de 1893, teve seu batismo de fogo cinco dias depois.

Como o 1º RC, participou também e com o mesmo brilho de todas as ações militares em que foi empregada a Brigada Militar.

No combate das Trairas, em 8 de novembro de 1894, entre Caçapava e Bagé, formando quadrado com um efetivo de 230 homens resistiu às repetidas cargas de uma força de cavalaria adversária, sob o comando de Zeca, Tavares, três vezes maior, sagrando-se vencedor e registrando aí o mais brilhante feito do Batalhão.

Também combateu em 1923-1924 e 1925 quando era integrante da famosa Divisão do Norte. Em 1930 e 1932 foi novamente chamado à luta e percorreu numa senda gloriosa, as regiões de Morro Pelado, Córrego Fundo, Entre Montes e tantos outros.

Em 1934 tomou a seu cargo o preparo do leito da atual estrada de ferro de Alegrete e Quaraí, tendo sido destado em Severino Ribeiro e Quaraí-Chico, cooperando dessa forma no melhoramento da rede ferroviária gaúcha.

Hoje, as Unidades da "Brigada Militar do Estado" vivem desmembradas em "destacamentos Policiais" que se entregam à louvável e digna tarefa de garantir a ordem pública com tudo o que ela apresenta de digno, de sacrifício e de utilidade.

Não há um povoado no Estado, por pequeno que seja, que não conte com alguns "brigadianos" que pela acurada instrução recebida e pela conduta que mantém, grangearam o respeito e a estima geral sendo ao mesmo tempo que representantes da lei, enfermeiros, conselheiros dos patricios menos preparados e elementos destacados nas sociedades locais, quer sociais quer esportivas.

As sedes das Unidades dispõem dos oficiais dispensáveis aos destacamentos e necessários à administração. Estes oficiais prepararam-se com entusiasmo para sua provável missão de reserva do Exército, através de uma racional e ativa instrução de quadros, nos moldes da que é ministrada no Exército e proporcionam aos sol-

dados a instrução comum da arma acrescida da instrução própria à função de policial.

A instrução equestre é bastante cultivada. Seus oficiais classificam-se muito bem nas provas hípias em que tomam parte competindo como cavaleiros do Exército e civis.

Em Porto Alegre existe um Centro de Instrução destinado a formação de seus oficiais e graduados dirigidos por oficiais da própria Brigada, em geral com o curso da EAO do Exército, coadjuvados por oficiais do Exército, alguns com o curso de Estado-Maior.

Possui essa força bem aparelhados Serviços de Saúde e Intendência, dispondo de estabelecimentos muito bem montados, como o são o modelar Hospital de Santa Maria e a Fazenda Filipson, que permite invernar toda a cavalaria de um regimento, realizar exercícios no escalão de RC e maiores, sendo ainda apreciável fonte de renda pelo cultivo do trigo, criação de gado vacum e ovino, bem como de aves, constituindo um exemplo a ser imitado.

A assistência social a seus elementos e respectivas famílias é dada por meio de Armazéns Reembolsáveis, assistência médica e dentária fornecida em seus próprios hospitais ou nos hospitais civis cobertas as despesas pelo bem organizado "Instituto Beneficente Coronel Massot" e pela possibilidade de veraneio em fazenda do Estado.

Sem perder a sua característica de reserva do Exército, esta força, que também é encarregada do combate ao fogo nas cidades onde existem Corpos de Bombeiros, tende para uma organização semelhante a da famosa "Polícia Montada do Canadá", dependendo de recursos que seus dirigentes estão se esforçando por conseguir.

Prestando assinalados serviços no passado, impondo-se ao conceito público no presente, tudo indica que muito podemos esperar no futuro da ação eficiente da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, em prol do nosso País.

INFORMAÇÕES DE ENGENHARIA

Artigo condensado e comentado pelo Cap. don Victor Lizarraga G. do original do Cmt. don ANGEL RUIZ MARTIN, publicado na revista "Ejército" da Espanha.

Traduzido, "data vênia", do "Memorial del Ejército" — Chile — outubro de 1952, pelo Maj. IVAN DE SOUZA MENDES.

Todos conhecemos os magníficos serviços que a Engenharia, pelo seu ramo de Comunicações, presta à Informação, não só pela rápida transmissão dos informes, como pelas unidades de escuta, radiogoniometria, propaganda, interferência, etc. Captando despachos, localizando estações de rádio inimigas, deduzindo de suas irradiações o efetivo de suas tropas, influenciando em seu moral, como notícias tendenciosas (e também no moral das tropas amigas por uma adequada difusão de hábeis notícias), perturbando e interferindo em suas comunicações com fio e, principalmente, pelo rádio, proporcionam as Comunicações ao Comando notícias de sumo interesse, decisivas em certas ocasiões e, ao mesmo tempo, uma verdadeira arma de ataque moral (propaganda) ou material (interferência ou perturbações).

No entanto, quanto às tropas de Engenharia propriamente ditas, será que os "informes de Engenharia" podem pesar nas decisões do Comando? Serão eles necessários e, em caso sê-lo, deverá a Engenharia organizar um serviço para sua obtenção? Não bastam os órgãos de informações, que por serem de uso corrente e normal, estamos acostumados a considerar e são de todos conhecidos?

Vale a pena meditar sobre isto e a meditação nos conduzirá a três conclusões afirmativas:

- a de que *influi*, e em alguns casos, de forma transcendental;

- é sempre *necessária*;
- deve ser *organizada pela Engenharia*.

Os manuais de emprêgo das tropas de Engenharia, entre as missões que atribuem ao comandante de uma Unidade de Engenharia, como assessor técnico do Comando, incluem as seguintes:

- proporcionar a este todas as informações de ordem técnica que sejam suscetíveis de contribuir para fixar suas decisões;
- recolher e centralizar as notícias e dados referentes às vias de transporte e aos grandes obstáculos do terreno;
- realizar, pessoalmente ou por meio de oficiais qualificados, os reconhecimentos necessários para o cumprimento de suas missões;
- solicitar ao Comando os reconhecimentos que devam ser feitos pela Cavalaria ou Aviação.

Convém assinalar a diferença de ontem para hoje, para que não acreditem aqueles que, tendo vivido até agora ignorando a Informação de Engenharia e não sentiram sua falta, possam continuar a ignorá-la, nem creiam outros que é um assunto acabado de inventar.

As informações de Engenharia sempre foram necessárias. Os comandantes de Engenharia sempre necessitam saber se um rio é ou não vadeável e em que área de suas margens é mais fácil a construção

de uma ponte; onde há madeira aproveitável para a construção de uma ponte; onde há pedra e água para as construções, etc. Em tempos passados, devido à lentidão das guerras, suas características e os meios em uso, estas informações tinham uma importância considerável para os engenheiros, embora relativa para os demais combatentes, sem que os Comandantes tivessem que lhes fixar maior atenção. Eram, por assim dizer, de uso interno para as unidades da arma do trabalho, que as buscava à medida que eram necessárias e sem grandes pressas, devido à lentidão das operações.

Hoje o problema mudou completamente, em face das diferentes características da guerra. Quando os exércitos eram fundamentalmente hipomóveis não estavam tão ligados como hoje às vias de comunicações, nem o estado destas tinha tanta influência em seus movimentos. Uma tropa a pé marcha por uma boa estrada a 4 km por hora e através campo a 3 km por hora; há, pois, uma diferença de velocidades de marcha da ordem de 1 km por hora e uns 5 a 6 por jornada. Hoje, uma Divisão Blindada lançada na exploração do êxito de uma batalha, por uma boa estrada, pode atingir velocidades de 30 a 50 km por hora, ao passo que em maus caminhos a velocidade pode baixar a 10 ou mesmo 5 km por hora, e a jornada, que no primeiro caso seria de 100 a 200 km por hora se reduziria no segundo aos 30 ou 50 de antigamente. Compreende-se, por isto, a importância que hoje tem o conhecimento das estradas no planejamento de uma manobra em grande estilo.

O exemplo que acabamos de apresentar é bem expressivo da necessidade e transcendência atual das Informações de Engenharia. No entanto, quem duvida que medite acerca da preparação do desembarque anglo-saxão na Normandia; pense nos detalhados estudos sobre o regime das marés; os das características do fundo das praias mediante os de sua flora e fauna;

os estudos das estruturas dos portos e seu possível grau de destruição para prever o prazo de possível utilização e reconstrução que, se inaceitável, conduziria nada menos que à construção de um porto pré-fabricado; os estudos sobre o número e o cumprimento das pontes do compartimento Loire-Sena, para obter um valor médio que, multiplicado pelo número provável de pontes destruídas (75 %) desse o cumprimento do material de pontes que era preciso preparar, etc.

Não se pode lançar uma Divisão por uma estrada que aparece na carta como de primeira ordem, em bom estado, e onde se sabe que o inimigo não teve tempo de realizar destruições porque, além das que podem ser provocadas por sua aviação, pode haver uma ponte que não suporte todas as cargas da Divisão.

Imaginemos uma Divisão num desfiladeiro que tenha uma ponte com uma resistência inferior à necessária. O carro da testa provoca a ruptura da ponte...; os demais carros não podem manobrar para desviar-se nem inverter a marcha; as viaturas com o material de pontes, que vão coladas ao grosso da vanguarda, não podem adiantar-se. O que se passará quando aparecerem os bombardeiros inimigos? Um verdadeiro desastre, que fatalmente sobrevirá quando a informação de contacto do inimigo ou sua aviação de reconhecimento se derem conta da situação e a transmitirem ao seu Comando.

Outro exemplo palpável da influência nas decisões do Comando é o caso de uma barragem em cujo pé existe, como quase sempre, uma Central Hidrelétrica. A rede que parte dessa Central pode fornecer iluminação a zonas de pequeno interesse, mas pode ser também uma fonte de energia que alimente uma importante zona industrial e, neste caso, constitui motivo para uma operação de envergadura, com o único propósito de capturá-la; essa captura pode ter ou não influência, segundo possa ou não a zona abastecer-se em outras centrais gra-

ças a conexões existentes entre as rédes de distribuição. Pois bem; este estudo tão fundamental da importância da Central e de sua réde de conexões é missão atribuída à Engenharia e suas Informações.

A necessidade de que a Engenharia monte seu próprio Serviço de Informações tem origem em duas causas:

- a primeira, mais evidente, é que há dados que somente o pessoal da Arma pode obter, tais como as características de uma ponte, a situação, natureza, tipo e espécie das minas que constituem um campo de minas, etc.;
- a segunda é que, assim como há informes de Engenharia que a todos interessam de um modo contínuo e que, portanto, todos fornecem, como o estado das vias de transporte, há outros cuja necessidade só é sentida num dado momento, até o qual só interessam aos comandantes de Engenharia. Onde há jazidas de boas pedras ou areia? É preciso saber a tempo, porque o problema dos transportes para reparações de estradas é muito diferente se tivermos o material ao pé da obra ou distante. Qual é o nível e o volume d'água na barragem? Quais as características de seus muros de arrimo? Parece não ter interesse à primeira vista, mas essa água pode ser uma arma, em forma de inundação que pode ser usada por nossas tropas ou pelo inimigo, a qual influirá, sem dúvida, no curso das operações.

Com isto demonstramos nossa terceira assertiva, isto é, que a Engenharia deve montar seu próprio Serviço de Informações. Contudo devemos esclarecer que este fato não implica que esse Serviço funcione à margem do Serviço de Informações da Grande Unidade. Nada disso. O Serviço de Informações de Engenharia não é mais

que um ramo do conjunto, tal como sucede com as Informações de Infantaria, Artilharia, etc.

Em virtude dessa conexão, as Informações de Engenharia recebem da Informação Geral muitíssimos dados. Das outras coisas que é preciso saber do inimigo (o que é, o que faz, o que projeta, etc.) quase tudo referente ao que faz e ao que projeta é fornecido à Engenharia pela Informação Geral, sem que aquela tenha que se preocupar em obter informações diretas. Já quanto ao que faz, que obras faz e que características têm essas obras, a Engenharia tem um largo campo para investigar.

Como compensação as Informações de Engenharia dão à Informação Geral muitos dados importantes, seja num momento determinado, seja em caráter permanente.

Pode-se assim dizer que a Engenharia constitui uma das principais fontes de informação sobre um dos elementos básicos da decisão: o terreno. Não em suas linhas gerais, constantes das cartas, mas em seus detalhes, pois o constante caminhar pelo terreno dos oficiais da Arma e especialmente do comandante de Engenharia (o qual se quiser cumprir suas obrigações conscienciosamente deve estar em íntimo contacto com o Comando e viajar pela zona de ação de sua unidade observando-a pessoalmente), explorando, reparando ou obstruindo as vias de transporte, extraíndo materiais ou realizando as obras mais dispare, acabará por conhecê-lo nos mínimos detalhes e, chegado o momento, poderá prestar ao Comando uma ajuda preciosa.

CARACTERÍSTICAS

Dois princípios devemos assinalar. O primeiro é que as informações devem ser procuradas com muita antecipação.

As demais armas levam sempre consigo seus próprios meios de ação (armas, munições, viaturas) e com eles podem explorar informes com rapidez. A Engenharia, ao contrário, não pode levar consigo todo o material necessário pa-

ra quaisquer casos e sim as ferramentas que são comuns a todos os trabalhos e, nos parques das unidades menores, a quantidade de material imprescindível para iniciar qualquer trabalho que se apresente e mantê-lo pelo prazo de meia ou uma jornada. Por isso o Comandante da Engenharia tem que prever com muita antecipação e a previsão se baseia nas Informações.

A outra característica digna de ser assinalada é que, assim como as Informações das outras Armas são dirigidas principalmente para a frente, as de Engenharia, como as do Comando, são esféricas. Interessa-lhe o céu, por causa da influência dos fenômenos meteorológicos sobre o estado das vias de transporte e o rendimento dos trabalhos; interessa-lhe o subsolo porque se fôr o caso, leva a guerra até ele, além de extrair-lhe muitos materiais que necessita; interessa-lhe o inimigo e o terreno, como a todos, especialmente o terreno, pois é preciso cuidar das vias de transporte, verdadeira obsessão do Comandante da Engenharia e estudar a exploração dos recursos locais e obras darte, etc.

AS FONTES DE INFORMAÇÕES

As fontes de informações para a Engenharia são as seguintes:

- a observação;
- a escuta;
- as sondagens meteorológicas;
- os reconhecimentos;
- o combate;
- os agentes do Serviço Secreto;
- os interrogatórios;
- a captura de materiais e documentos.

A importância de cada uma dessas fontes é variável. Examinemo-las ligeiramente.

A observação — Só é utilizada ocasionalmente pela Engenharia, que de pronto não instala observatórios. Algumas vezes um oficial de Engenharia poderá se dirigir a um observatório para ver as características de uma obra a destruir com um golpe de mão, ou a melhor lo-

calização de um campo de minas, ou fazer uma observação de qualquer outra natureza. Em geral, a observação fica a cargo das outras armas, que fornecem à Engenharia as informações que lhe interessarem.

A escuta — Só é praticada pela Engenharia na guerra subterrânea, se bem que nesse caso sua importância aumente, por ser a que proporciona melhores e mais imediatas notícias.

A sondagem meteorológica — Embora forneça notícias interessantes, como já indicado, não é, também, utilizada especialmente pela Engenharia.

Os reconhecimentos — Constituem uma das mais importantes fontes de informações da Engenharia. São realizados pelas forças de Cavalaria, Infantaria ou Aviação, acompanhadas ou não de pessoal de Engenharia, e também com muita frequência pelo comandante de Engenharia e seus oficiais. São realizados em nosso próprio território ou no do inimigo; no primeiro caso são normalmente terrestres e no segundo podem ser aéreos ou terrestres, neste último caso feitos por intermédio de patrulhas.

A fotografia pode ser o procedimento principal a utilizar nos reconhecimentos da zona inimiga, pois é menor o tempo necessário para se tirar uma fotografia do que para tomar notas, medidas, etc., além de não ser preciso chegar ao pé da obra a examinar, o que facilita a obtenção da informação. Diminuem, pois, os riscos da patrulha ou avião encarregados de obter a informação, e, podendo a fotografia ser examinada detidamente pelo pessoal especializado, permite ver muitas coisas que a uma simples inspeção visual passariam desapercibidas, tornando ainda possível descobrir obras camufladas.

O combate — Se fizermos distinção entre o combate ordinário e o combate travado com puros fins informativos, podemos dizer que o primeiro proporciona pouquíssimas informações à Engenharia. Já o

mesmo não se dá no segundo caso, embora as tropas encarregadas de travar esse combate informativo, mesmo em benefício exclusivo da Engenharia não sejam em geral dessa Arma, em vista de seus soldados, sendo de difícil recrutamento não são empregados nessas missões. É claro que são acompanhados por elementos de Engenharia especializados no fim que se tem em vista. Nesse gênero de combate figuram, por exemplo, operações para capturar depósitos avançados de minas para estudá-las, para capturar prisioneiros que informem sobre a localização, composição, tipo, etc., de campos de minas, destruições preparadas, etc.

Agentes do Serviço Secreto — São de grande utilidade na captura de documentos, embora de pouco valor quanto aos informes que possam dar diretamente, a menos que se trate de especialistas na técnica correspondente às informações desejadas.

Os interrogatórios — Têm para a Engenharia uma importância muito relativa, já que somente os oficiais ou demais elementos da Engenharia inimiga podem dar detalhes interessantes. O restante do pessoal militar ou civil pode também prestar informações de interesse para o Comando, como a recente chegada de material de pontes, a intensificação de trabalhos nas estradas, que são indícios de ofensiva, ou a intensificação de trabalhos de fortificações, o preparo de grandes destruições, como indícios de passividade ou retirada.

Captura de documentos ou materiais — Esta é, com os reconhecimentos, a principal fonte de informações de Engenharia. Os arquivos de obras públicas municipais, escritórios particulares e firmas de construções e arquitetura, etc., contêm projetos e detalhes de obras de interesse para as operações. A legislação que regula as obras de engenharia dá também informações utilíssimas. As publicações de caráter técnico, memórias, estudos ecológicos, hidrográficos, florestais, de produção agrícola, pecuária, industrial, etc., contêm também da-

dos de muito valor. Até aqui vimos o que existia no terreno antes da guerra ter começado e que subsiste com todo o seu valor militar. Que diremos da importância da captura de documentos referentes a obras executadas ou em execução pelo inimigo? Planos e relatórios de destruições, campos minados, fortificações, instruções para execução de trabalhos, etc. Por outro lado, a captura de materiais permite formar uma idéia exata das possibilidades do inimigo quanto ao ritmo de seus trabalhos, o grau de aperfeiçoamento técnico do material e elementos que emprega e, para os escalões mais elevados da Engenharia, permite introduzir nos materiais e ferramentas os aperfeiçoamentos em que o inimigo nos tenha sobrepujado.

OS ÓRGÃOS DE INVESTIGAÇÃO

São órgãos de investigação para a Engenharia os seguintes:

- as secções de informações dos Estados-Maiores;
- as outras armas, mediante seus observatórios ou tropas em contacto, em especial as patrulhas e testas de vanguarda, acompanhadas ou não por pessoal de Engenharia;
- os órgãos de exploração das unidades de combate, especialmente Cavalaria e Blindados;
- a aviação;
- os comandantes de Engenharia dos escalões superiores ou subordinados;
- as pequenas unidades de Engenharia em geral;
- os reconhecimentos de engenharia em particular.

* *

A leitura do interessante trabalho do Comandante Ruiz Martin induziu-me a comentá-lo e condensá-lo, com o objetivo de trazer aos camaradas do Exército um assunto tão interessante como o de Informações de Engenharia e tirar al-

guns ensinamentos em benefício de nossa Arma.

.....
Cabem ainda outras reflexões que se referem não mais à regulamentação e sim à Instrução. Diz o autor do artigo que as Informações de Engenharia sempre foram necessárias. Sempre necessitaram os comandantes de Engenharia saber se um rio é ou não vadeável ou em que trecho de suas margens é mais favorável a construção de uma ponte. É uma questão que qualquer jovem de Engenharia está em condições de resolver.

Quando se trata, porém, de informar o Comando sobre o tempo provável de construção de uma estrada, não direi de 1ª classe, mas uma pista de certa extensão necessária para o desenvolvimento de uma determinada operação, creio que poderemos fazer teoricamente o cálculo do material e do tempo necessários, mas com resultados totalmente diversos na prática. E isto não se deve à falta de preparação do pessoal e, sim, exclusivamente à falta de experiência nessa classe de trabalhos.

Salvo uma ou duas unidades da Arma, não se realizaram trabalhos desta natureza. E a razão é óbvia. A construção de estradas está entregue a empresas civis, por motivos por demais conhecidos. E, não tendo experiência e prática, o oficial de Engenharia não pode estar em condições de informar sobre assunto. Devo expressar agora porque faço esta afirmação, aparentemente temerária. Nos grandes exercícios as unidades da Arma não recebem missões próprias da es-

pecialidade, salvo a construção de algumas pontes e de obras de fortificações. Falta-nos, na realidade uma prática maior dos trabalhos que nos são próprios, sendo necessário que nas grandes manobras as tropas de Engenharia atuem nos seus serviços peculiares. Somente assim, com um trabalho constante, sob quaisquer condições climáticas, poderão o oficial e o graduado de Engenharia formar o "golpe de vista" necessário para calcular a quantidade e a classe de material necessário para o reforçamento de uma ponte ou reparação de uma estrada.

Um modo de solucionar esse problema seria obter dos Serviços de Obras Públicas ou das grandes firmas construtoras permissão para que oficiais e graduados de Engenharia participem de seus trabalhos, com o objetivo de adquirirem prática no terreno, com grandes benefícios para a Arma e economia para a Fazenda Nacional. Isto não é uma novidade (na Espanha), pois uma firma construtora de estradas teve oficiais e graduados participando de seus trabalhos, com um programa de trabalho perfeitamente elaborado e que deu excelentes resultados.

Com este sistema, que dá experiência e prática ao pessoal militar não só em suas relações com trabalhadores como no manejo de máquinas no terreno, obtém-se também uma ligação espiritual que deve existir entre o engenheiro militar e o civil, pois o trato diário permitirá a ambos formar um juízo exato das possibilidades de cada especialidade, evitando mais tarde superposições desnecessárias.

N.T. — São interessantes as rápidas considerações do Cap. Lizarraga, mostrando a necessidade de adequada formação técnica dos oficiais de Engenharia, sob o ângulo das informações. Como bem ressalta o articulista, não bastam conhecimentos teóricos, sendo necessária a experiência dos problemas técnicos para habilitar o engenheiro a resolvê-los. Acrescentamos que a inverso também é verdadeiro, pois o oficial de Engenharia deve possuir os indispensáveis conhecimentos teóricos que alicerçam sua experiência.

A RETIRADA

Cel. GREGÓRIO LOPEZ MUNIZ, da Revista
"Ejército" (Espanha), de junho de 1952

Traduzido data vinda pelo Maj. A. V. FAIVA.

II

F — PLANEJAMENTO DA MANOBRA

O comando, que decide a execução da ação retardadora ou da manobra em retirada, especificará concretamente o seguinte:

- limites da zona em que vai se desdobrar;
- atitude que as forças situadas nos compartimentos vizinhos manterão, se a operação não afetar toda a frente;
- direção geral que se manterá no curso da manobra;
- o tempo que se precisa ganhar com a ação retardadora;
- última linha, à retaguarda que se necessita manter até um dia e hora determinados;
- meios de todas as espécies que se destinam à manobra;
- participação reservada à aviação;
- condições gerais em que se efetuarão as destruições e, eventualmente, contaminação de certas áreas;
- conduta que se seguirá no caso de ter que se empenhar em combate.

O comando, que tem a seu cargo a manobra, decide:

- grupamentos constituídos;
- comando e meios;
- limites de suas zonas de ação e principais eixos de retraimento;

- posições de resistências sucessivas;
- pontos ou áreas em que se exercerá o esforço principal;
- ligação entre os grupamentos;
- ação dos destacamentos retardadores;
- prescrições para a retirada de uma para outra posição;
- instruções complementares ao plano de destruições;
- ligações.

G — EXECUÇÃO DA MANOBRA

Dentro da variedade característica das linhas de ação que devem atender a cada situação concreta, os quadro principais elementos que intervêm na execução da manobra em retirada e da ação retardadora são:

- os destacamentos retardadores;
- a organização das posições sucessivas;
- o combate em cada uma delas;
- a retirada de uma para outra posição.

DESTACAMENTOS RETARDADORES

Os destacamentos retardadores são constituídos à base de unidades leves, mecanizadas e blindadas, normalmente cavalaria, reforçada, quando a situação o exija, com frações de carros, armas contra car-

ros, inclusive alguma artilharia, se possível autopropulsada; a engenharia sempre intervém para executar as destruições e obstruções.

Em terreno movimentado e difícil, com falta de vias de transporte, as unidades de cavalaria a cavalo representam papel relevante.

As principais missões desses destacamentos são:

- manter o contacto com o inimigo e obter informações, assinalando os eixos de progressão;
- conter o mais possível a progressão do adversário;
- perturbar a marcha de seu grosso;
- proteger a preparação das destruições e obstruções.

A finalidade primordial é ganhar tempo.

Os destacamentos se lançam à frente da primeira posição de resistência, à maior distância que o terreno permita.

Retiram-se por ações sucessivas de pequena amplitude apoiando-se nas destruições e obstruções, que batem com seus fogos, aproveitando as circunstâncias favoráveis para desencadear, de surpresa, pequenos contra-ataques com blindados, os quais obriguem o inimigo a progredir com maior cautela.

Agem com a máxima flexibilidade e evitam, com movimentos rápidos para a retaguarda, as tentativas de envolvimento feitas pelos elementos contrários.

ORGANIZAÇÃO DAS POSIÇÕES

Cada uma das posições de resistência será ocupada e organizada sumariamente, antes que o adversário tome contacto com ela.

O desdobramento nessas posições apresenta tantos aspectos distintos quantas características próprias tenha a manobra em função do terreno, melos e inimigo.

Em certas ocasiões procurar-se-á um desdobramento que facilite um sistema de fogos contínuos, ainda que pouco profundos.

Em outras se barram com fortes núcleos as principais direções de acesso, vigiando os intervalos com patrulhas móveis.

Quando o terreno permite, reduzir-se-á a frente a uma simples cortina, preparando num dos flancos uma forte concentração de elementos blindados, para atacar quando o inimigo iniciar seu desdobramento.

É necessário, em todas as ocasiões, dispor de uma reserva, tão numerosa quanto o permitam os efetivos, para fazer frente a incidentes e imprevistos tão frequentes nessa espécie de manobra, e agir pelo contra-ataque, não só para deter uma penetração blindada que haja conseguido infiltrar-se como, também, facilitar a rutura do contacto.

COMBATE EM CADA UMA DAS POSIÇÕES

Como a finalidade da manobra é — insistimos no conceito — ganhar tempo, o combate em cada uma das posições sucessivas se inicia por tiros longínquos.

Primeiro são os tiros de interdição (de artilharia) executados sobre passagens obrigatórias e os de inquietação nas áreas em que se preparam destruições e obstruções.

A proporção que diminuem as distâncias intervém toda a artilharia em concentrações curtas e violentas, mantendo-se, sistematicamente, os de interdição para retardar o avanço do grosso.

Esses tiros se executam por meio de ligação perfeita com os destacamentos retardadores, para o que se estabeleceram os entendimentos prévios indispensáveis.

As armas pesadas iniciam os tiros tão logo o adversário chegue à área em que aqueles são eficazes.

Quando a pressão inimiga obrigar, os destacamentos retardadores desocupam a frente da posição passando para sua retaguarda pelos itinerários previamente balizados, constituindo-se em reserva.

Pela própria essência da manobra, os destacamentos retardadores não devem empenhar-se em combate efetivo, na posição; mas, se as circunstâncias obrigarem, conduzem-se de forma análoga à já conhecida, ainda que com predomínio das reações ofensivas. O contra-ataque curto e violento, com meios blindados, é o melhor meio de deter o avanço contrário.

Caso se descubram, com tempo, preparativos de ataque, sobre algum setor secundário, não se vacilará em retirar as forças que o guarnecem, conservando o resto da frente. Das demais posições que se mantenhão, criar-se-ão sérias dificuldades a um inimigo que progride com despreocupação, batendo-o com fogos e contra-atacando-o de flanco.

RETIRADA DE UMA POSIÇÃO PARA OUTRA

Esta é a operação mais difícil. Temos repetido, insistentemente, que a virtude da manobra se baseia em obrigar ao inimigo a sucessivos desdobramentos de ataque, sem contudo se deixar aferrar. Em consequência, a retirada de uma posição para outra se iniciará, sempre que circunstâncias imperiosas não o impedirem, antes que a ação ofensiva se desencadeie em toda sua plenitude.

O momento de se iniciar a retirada é determinado por três processos diferentes:

- 1) a uma hora fixada *a priori*, o que envolve o sério perigo de ter que se engajar em combate. É aplicado quando fôr indispensável manter a posição num prazo fixo pelas necessidades de conjunto da manobra;
- 2) quando o adversário atingir certa linha do terreno. Elimina o perigo anterior, mas pode dar margem a um movimento retrógrado prematuro, perdendo-se ocasião de ganhar tempo maior. Corresponde a hipóteses de grandes espaços;

- 3) quando se dá ordem de retirada. Convém a situações confusas, quando há falta de informações e os meios de que dispõem o inimigo, ou o terreno, não se prestam ao ataque súbito de surpresa.

A execução da retirada varia segundo se a execute de dia ou à noite, antes ou depois de cerrar-se o contacto.

O ideal é efetuar-lo à noite, principalmente, quando a ação dos destacamentos retardadores e os fogos que emanam da zona de resistência impediram ao inimigo tomar seu desdobramento de ataque.

Na hipótese de retirada à noite o mecanismo que se aplica é o seguinte:

- remessa, para a retaguarda, de todos os elementos dos Serviços;
- deslocamento, para a posição seguinte, da maior parte da artilharia e das forças que se mantiveram em reserva;
- substituição, das unidades em contacto, pelos destacamentos retardadores;
- retirada das forças substituídas.

Estas operações, tão fáceis de enunciar, não são tão simples na prática. Requerem grande previsão do Comando, cuidadoso estudo da capacidade de tráfego dos itinerários, minucioso balizamento dos eixos de retirada, disciplina e flexibilidade nas tropas. Os movimentos dos elementos pesados se iniciarão com antecipação suficiente, a fim de que não perturbem a posterior retirada das tropas.

A retirada durante o dia, antes do inimigo haver chegado ao contacto cerrado, é fácil, se o grau de motorização do grosso das forças lhes permite afastar-se rapidamente, passando de um salto à posição de retaguarda, sempre que a situação aérea e o disfarce natural torne possível tal operação, exposta a gravíssimos riscos no caso contrário.

Se o inimigo já cerrou o contacto e, ainda mais, se desencadeou o ataque, a retirada de dia é extraordinariamente difícil. Cabe ainda esperar se realize, quando se trata de uma ação retardadora, que as unidades que intervêm, tôdas mecanizadas e blindadas, tenham ainda a suficiente mobilidade para escapar à perseguição que o inimigo fará em seguida. Com infantaria normal isso é impossível, salvo em terreno montanhoso, que impeça a atuação de elementos blindados.

Na maioria das ocasiões, dentro da primeira hipótese, será preferível resistir até o escurecer, para iniciar a retirada coordenada, logo que a noite chegue.

De dia terá de efetuar contra-ataques violentos de carros para permitir às tropas empenhadas romper o contacto.

E na organização das posições sucessivas de uma posição a outra, onde aparece uma das diferenças fundamentais entre a manobra em retirada e a ação retardadora.

Na manobra em retirada são organizadas e ocupadas, simultaneamente, cada duas posições sucessivas, constituindo-se outros tantos escalões de forças.

Os elementos empregados na primeira posição, uma vez que seja ordenada a retirada, passam à retaguarda da segunda e marcham diretamente sobre a terceira posição, cuja defesa preparam. Os da segunda, no momento próprio, procedem de forma análoga para ocupar a quarta.

Este procedimento, que é correto na manobra em retirada, não poderá aplicar-se na maioria das ocasiões para a ação retardadora.

As divisões de cavalaria, que normalmente têm a seu cargo as ações retardadoras, operam em largas frentes; os meios disponíveis não permitem a constituição de dois escalões. Há um só escalão além dos destacamentos retardadores, e os elementos que o constituem têm de bater-se em cada uma das posições sucessivas.

De qualquer forma, é indispensável que, enquanto se defende

uma posição, se prepare o desdobramento sobre a seguinte. Para conseguí-lo enviam-se para esta, com a antecipação suficiente:

- pequenas frações das unidades de cavalaria, que balizam os itinerários, escolhem locais para as armas, etc.;
- pessoal do reconhecimento de artilharia para escolha das posições das peças e dos observatórios e preparar a intervenção das baterias;
- elementos de engenharia para a criação de obstáculos, preparação de destruições, trabalhos de organização do terreno nos pontos sensíveis;
- elementos de comunicações.

Se o inimigo não ataca imediatamente depois de haver tomado contacto e a situação o permitir, à medida que vai passando o tempo determinado para manter a posição, vai-se enviando para a retaguarda os meios de que não se necessita para a defesa da posição.

II — O COMANDO E AS LIGAÇÕES

A ação retardadora se desenvolve em espaços amplos; é operação cheia de imprevistos que exigem reações imediatas. Em consequência se impõe a descentralização do Comando que, para não se converter em desconexão da manobra, exige que este expeça instruções claras e concretas, fixando sem dar margem a dúvidas:

- seus propósitos;
- a forma pela qual pensa desenvolver a manobra;
- as missões das unidades subordinadas;
- o limite das iniciativas, principalmente quanto aos movimentos de retirada.

A necessidade que tem o comando de estar sempre informado do desenvolvimento dos acontecimentos e a não menos peremptória de enviar suas ordens com oportunidade obriga a mais perfeita ligação com todos os escalões. O em-

prêgo intensivo do rádio simplifica consideravelmente o problema.

I — RETIRADA

A retirada como ato imposto pelo inimigo, isto é, conseqüência do resultado desfavorável da batalha, é a operação mais delicada de toda guerra.

A decisão é sempre do Comando, e, em princípio, não se adotará até que se hajam esgotado todos os meios humanamente possíveis em prol da vitória.

A retirada só se justifica por razões extremas, quando se tem a certeza de que a continuação da batalha conduzirá à derrota total ou quando as perdas sofridas não estão em relação à finalidade que se deseja.

Os reveses mais ou menos locais não são causas suficientes para determinar a retirada; quando a luta está indecisa, é necessário fazer o último esforço, já que qualquer circunstância imprevista pode mudar a situação. Muitos são os casos em que se perdeu uma batalha porque o chefe a considerou perdida antes do tempo. O exemplo mais instrutivo se encontra na batalha do Marne, nos primórdios da 1ª Grande Guerra.

Não se deve ordenar a retirada antes do tempo, nem esperar que a batalha se transforme numa "debacle" completa. Caso se efetue a retirada, quando estão quebrados os laços orgânicos e táticos, o mais provável é que se converta em debandada.

Nenhum comando, exceto o superior responsável, é autorizado a ordenar a retirada de suas forças, sob o pretexto de que em outro local, mais ou menos próximo, a situação é desvantajosa; inclusive onde a mesma se apresentar favorável, tem que esperar, sempre, ordem superior.

A retirada, operação que se caracteriza pela execução sob pressão inimiga, com tropas, física e moralmente gastas, propícias ao ambiente psicológico em que se

como antes dizíamos, a manobra mais difícil de toda guerra.

Exige intuição por parte do Comando, para descobrir o momento necessário e propício, decisão rápida, grande energia e tenacidade na execução.

Com tropas empenhadas em combate, pretender romper o contacto de dia, só conduzirá, provavelmente, ao mais completo fracasso. Na maioria das vezes é menos difícil exigir das tropas um último esforço para resistir até a chegada da noite. É obrigação estrita do comando, em todos os escalões, manter a resistência com os meios que tenha ao seu alcance, conservar a coesão de suas unidades e elevar o espírito com seu exemplo pessoal, imprimindo às ordens esse matiz sereno, tranqüilo e seguro que tanto serve para confortar os ânimos.

Na retirada interessa particularmente distanciar-se do inimigo, romper o contacto para recuperar a liberdade de ação. Teoricamente compreende as operações seguintes:

- movimentos preparatórios;
- organização de uma posição de retaguarda;
- retirada do grosso apoiado nesta posição;
- desdobramento de uma cortina de P.A. em contacto com o inimigo;
- retirada das forças em contacto;
- retirada da cortina de P.A. e da posição de retaguarda e continuação da manobra.

MOVIMENTOS PREPARATÓRIOS

A guerra se tem complicado extraordinariamente.

Em outros tempos, a batalha começava ao amanhecer e, ao chegar a tarde, estava ganha ou perdida. À noite, o que sofrera a derrota tratava de enganar ao inimigo por processo muito simples, como deixar fogueiras acesas, para simular sua permanência no bivaque e se retirava silenciosamente; a preparação da retirada exigia mínimas

ginavam da protecção do comboio no qual se costumavam transportar os produtos da contribuição de guerra em forma de saque.

As unidades estavam ao alcance da voz, por assim dizer, e bastava enviar alguns ajudantes, que aproveitavam a ocasião de transmitir as ordens para ostentar seus briosos corcéis.

Hoje, a preparação da retirada numa frente de certa amplitude exige tempo e uma organização cuidadosa, para evitar que manobra tão delicada termine em completo fracasso.

O Comando tem de decidir com tempo, e a primeira operação que se executa é desembaraçar a retaguarda em tanta profundidade quanto maior seja o espaço que se preveja ceder.

Os Serviços e todos os órgãos que não sejam de imediata necessidade das tropas, e as instalações em terra da aviação devem ser retirados oportunamente ou, caso não haja tempo, destruídos. Iniciar-se-ão os trabalhos preparatórios das destruições nas vias de transporte. Instalar-se-ão os depósitos eventuais de munição, viveres e carburantes necessários ao abastecimento posterior; os últimos, principalmente, têm grande importância, dado o grau de motorização alcançado pelos exércitos.

Todos esses problemas, verdadeiramente opressivos e que requerem a mais cuidadosa previsão, não se resolvem em horas. É preciso ditar ordens detalhadas, cujos momentos não apresentaremos, já que obrigaria a alargar consideravelmente os limites do presente trabalho.

ORGANIZAÇÃO DA POSIÇÃO DE RETAGUARDA

Para proteger a retirada das forças empenhadas em primeira linha, organiza-se à retaguarda uma posição ou várias sucessivas, quando assim o exigirem as circunstâncias.

A distância da posição de retaguarda à frente do contacto se determinará em função dos dados seguintes:

- características do terreno;
- apoio de fogos de artilharia às forças que se retiram;
- não ser atingida diretamente pelos incidentes da luta;
- permitir que as unidades desenvolvidas na vanguarda se acolham à sua protecção durante a noite;
- obrigar ao inimigo montar um novo ataque quando chegue em contacto à mesma.

Esta posição deverá:

- barrar, com poucos meios, as direcções principais;
- prestar-se à defesa a todo custo mediante o escalonamento adequado em profundidade;
- facilitar a passagem por vários pontos;
- reunir à sua retaguarda condições que possibilitem a retirada mesmo de dia.

Normalmente será guarnecida com tropas descansadas, que não tenham intervido na batalha. Caso não haja forças nessas condições lançar-se-á mão dos reservas das grandes unidades em linha.

RETIRADA DO GROSSO

O movimento retrógrado do grosso é iniciado pelos elementos que não estão em contacto imediato. Será indispensável fazê-lo à noite, porque na situação que se considerou o inimigo terá superioridade aérea, e, sendo descoberto, o adversário fará um grande esforço para romper a resistência e se se lançará em seguida em perseguição.

Exige cuidadosa preparação logística para conseguir a maior velocidade.

DESDOBRAMENTO DA CORTINA DE P.A. E RETIRADA DAS FORÇAS EM CONTACTO

As forças em contacto manterão as posições ocupadas até o último momento, sem alteração exterior sensível na atitude e atividade para não descobrir os propósitos.

À sua retaguarda e na noite que vão efetuar a retirada, se desdobrará uma cortina de P.A. constituída por elementos móveis; se possível, empregar-se-á cavalaria mecanizada amplamente dotada de armas antitarros e reforçada em carros de combate.

Organizada a cortina de P.A., os elementos em contacto se retiram, tendo cuidado para que a operação se execute em segredo, e marcham com a máxima rapidez, ao abrigo da posição da retaguarda.

RETIRADA DA CORTINA DE P.A. E DA POSIÇÃO DE RETAGUARDA

As tropas da cortina de P.A. regulam sua conduta pela do adversário.

No caso do adversário iniciar o ataque ao amanhecer, ou porque já fazia parte de seus propósitos anteriores ou porque suspeito ou, ainda, saiba de nossa retirada, a cortina de P.A. não aceita o encontro e:

- caso os nossas próprias forças tenham repassado a posição da retaguarda, marcha sobre esta, rompendo o contacto;
- e, se ao contrário, estão em situação que possam ser alcançadas pelo inimigo, empreende uma ação retardadora para ganhar tempo e evitar que sejam perseguidas.

A retirada da posição da retaguarda e a continuação da manobra dependerá das condições gerais em que esta se desenvolva.

Se o inimigo se mostra pouco ativo e a posição anteriormente citada reuna boas condições para uma defesa eficiente, talvez o grosso consiga ganhar distância suficiente e reorganizar-se para executar o plano de operações que o comando haja previsto.

Se isso não ocorrer, o que é o mais geral, será necessário continuar protegendo a retirada por meio de fortes destacamentos integrados por unidades de grande mobilidade, potência de fogo e choque — grandes unidades de cavalaria e blindados — que, combinando as resistências estáticas com as reações pelo contra-ataque, cheguem, se preciso, a permitir a retirada do grosso do Exército.

Não há dúvida que os três operações tão sucintamente tratadas por nós nestas notas — manobra em retirada, ação retardadora e retirada — são as mais difíceis de toda guerra, não só quanto à sua execução material como, também, o ambiente moral em que se desenvolvem.

A aviação e os carros de combate são os maiores inimigos dessas operações.

A aviação, com manifesta superioridade, impede o trânsito de dia, pelas estradas, das unidades blindadas, mecanizadas e comboios de viaturas automóveis, e limita, consideravelmente, a mobilidade tática.

O carro de combate, por sua grande capacidade de manobra, potência de fogo e choque, permite ações rápidas de surpresa, penetrações profundas, amplos movimentos desbordantes, dificultando a retirada coordenada.

Em que pese essas condições desfavoráveis, quando o comando é enérgico, audaz e sereno, e as tropas conservam o moral elevado, é possível executar tão importantes manobras, como o demonstraram a 2ª Guerra Mundial e a atual guerra da Coreia.

A INFANTARIA E SEU COMBATE

General CARPENTIER

Traduzido "data venia" da "Revue Militaire d'Information" de setembro de 1933, pelo Major FERNANDO ALLAH MOREIRA BARBOSA

II

III — A INFANTARIA NO COMBATE

A) O inimigo: O problema técnico da estrutura das unidades de infantaria e de seu armamento, ficou, assim, examinado, em seu conjunto. Podemos passar, agora, ao problema tático, isto é, ao das condições do combate e do emprego de nossa infantaria nas diferentes fases da batalha.

Nossa intenção é repisar algumas "idéias básicas", que se nos afiguram de importância capital.

Utilizando a maneira de raciocinar de Foch e, pensando no futuro, fariamos a pergunta:

De que se tratará, em um conflito futuro e, particularmente, nas primeiras semanas desse conflito?

Quais serão as missões que, tanto quanto se pode prever, serão impostas à nossa infantaria?

Está fora de dúvida que, no atual estado de coisas, o inimigo disporá de uma superioridade numérica certa, tanto terrestre quanto aérea.

Nessas condições, e uma vez que ele tem todas as possibilidades de agir de surpresa, temos que admitir que é possível que a "cortina de ferro" seja atravessada por uma massa de divisões de toda espécie, às quais a aviação de combate blindada dará o máximo apoio.

Uma — as divisões blindadas — agirão a cavaleiro dos grandes eixos de penetração "em ponta de lança", seguídas e protegidas por divisões do tipo clássico, que

ocuparão o terreno. Mas, entre esses eixos, o número de grandes unidades, de que ele dispõe, permitirá ao comando adverso, certamente, lançar divisões de infantaria, que agiriam "por submersão".

Dêsse modo, pode-se imaginar que uma defensiva vitoriosa, sobre os eixos de penetração, contra as divisões blindadas, corre o risco de ser aniquilada pelo aparecimento, em suas retaguardas, de unidades de infantaria, infiltradas pelos intervalos.

A título de lembrete, recordaremos as possibilidades de ação em profundidade de unidades de pára-quedistas, mais ou menos importantes, que agissem em ligação com elementos subversivos nacionais.

É, pois, uma verdadeira avalanche humana, precedida pelos fogos de uma artilharia poderosa e de numerosos morteiros, apoiada por uma aviação tática, em estreito contacto, que teremos de enfrentar.

Essa avalanche humana será constituída por tropas corajosas, sóbrias, resistentes à fadiga e às intempéries, desconfiada, difícil de surpreender, que sabe tirar partido do terreno, em todas as ocasiões, que se disfarça com perfeição, bem instruída e que recebeu um treinamento intensivo: marchas, tiro, manobras com combates noturnos, combates em bosques e em localidades, transposição de cursos d'água, etc... enquadrada por chefes que, em todos os postos, são escri-

vos das ordens recebidas, executando-as com obstinação, sem consideração pelo risco pessoal nem pelas perdas em homens e em material e que, em compensação, só raramente tomam iniciativas que ultrapassem o quadro da missão recebida.

Em resumo, um inimigo rude, aguerrido, muito mais asiático que ocidental, contra o qual a luta será implacável e exigirá, de nossa infantaria, qualidades de resistência iguais às suas e um moral a toda prova.

B) A defesa: A defesa contra essa avalanche humana consistiria, sem a menor dúvida, na organização de uma barreira formada por um tal número de divisões, que a frente a ser defendida por cada uma não ultrapassasse de 10 km. Na retaguarda dessa frente defensiva, reservas estratégicas articuladas em dois ou três grupamentos e que compreendessem um número suficiente de divisões blindadas e de divisões de infantaria, assegurariam, ao comando do teatro de operações, com a cooperação das forças aéreas, possibilidades de intervenção em caso de rutura da frente, uma vez que a batalha, quer defensiva, quer ofensiva, seria aérea-terrestre.

Entretanto, essa estratégia defensiva exigiria um número mínimo de grandes unidades terrestres aliadas, que as potências ocidentais não têm possibilidades de ter organizadas no dia D, do desencadeamento das hostilidades.

Nessas condições, seria fazer o jogo do inimigo se desdobrar, em dispositivo cerrado, do mar do Norte à Suíça (em uma defesa estática) a totalidade de nossas divisões, com zonas de ação de igual amplitude.

É evidente que será necessário "mobilizar" a frente, em toda a extensão do seu desenvolvimento, mas uma camuflagem adequada e uma entrada em posição discreta poderão impedir ao inimigo o reconhecimento do nosso dispositivo, isto é, das zonas fortes e das zonas de menor resistência.

Naturalmente, sobre os grandes eixos, serão executadas ações retardadoras, que terão por finalidade balisar o avanço do inimigo, retardá-lo, amortecê-lo e, depois, detê-lo.

Enquanto isso, a estratégia defensiva a ser empregada, para garantir uma defesa ativa e vitoriosa, consistirá em ocupar, sólidamente, regiões de acesso difícil, transformadas em "zonas fortificadas" por meio de uma organização do terreno adequada, mantê-las a "todo o custo", canalizando, desse modo, o inimigo para caminhamentos obrigatórios, onde ele será metralhado e bombardeado, sem descanso, pela aviação e atacá-lo, nos flancos, com o máximo de meios, para agir com "o forte sobre o fraco", hostilizando-o, incessantemente. Isso constituirá uma luta inclemente, entremeadada de "golpes de deter", de contra-ataques súbitos, violentos e rápidos, seguidos de desengajamentos bruscos.

Pode-se esperar, assim, retardar o inimigo, desequilibrá-lo e inquietá-lo à medida que ele progredir em países hostis e, depois, detê-lo, definitivamente, o que será, para ele, o "começo do fim".

C) *Espírito ofensivo*: Quando eramos alunos em Saint-Cyr, em 1913, o professor de tática nos obrigava a saber, de cor, a frase seguinte:

"É, somente, pela ofensiva, conduzida sem subterfúgios, com a intenção última de desalojar o inimigo a arma branca, que se obtém resultados decisivos".

Certamente, na época, insistia-se, muito, sobre a importância da potência de fogo, mas é certo, igualmente, que foi a esta orientação ofensiva dos chefes de todos os escalões, juntamente com o valor de nossos (quadro de) graduados e o treinamento da tropa que, postas de lado todas as questões de comando, se deveu o prodígio retorno ofensivo do Marne e a vitória.

Longe de nós o desejo de subestimar a potência de fogo, sem a qual nenhuma manobra é possível.

Mas, mesmo tendo, sempre na mente, essa necessidade da potência de fogo, precisamos devolver à nossa infantaria o sentimento da manobra agressiva.

Esta agressividade se manifestará pela ofensiva, sobre os eixos de esforço, empreendida por uma infantaria que saia, de dia ou de noite, de suas zonas de reunião e que seja capaz de se lançar, impetuosamente, para a frente, em caso de sucesso, ou de se retrair, rapidamente, caso vá de encontro aos pontos fortes do dispositivo inimigo, sempre pronta a recomençar a operação, em uma direção mais favorável.

Essas operações da infantaria serão feitas sob a forma de infiltração ou de ataque, processos que temos visto serem confundidos, quando de nossas inspeções, com muita frequência.

Qualquer que seja o poderio da artilharia de apoio direto, a idéia de ataque implica em uma restrição da zona de esforço da unidade de infantaria, que se pode avaliar em 1.500 m para o regimento e em 700 m para o batalhão. Esta é uma noção primordial.

Dêsse modo, quando um coronel, que tem uma zona de ação da ordem de vários quilômetros, quer empreender uma ação potente, segundo uma direção escolhida, que lhe foi imposta ou que ele mesmo elegeu, torna-se indispensável que ele escolha sua zona de esforço e que reserve, para essa ação potente, todos seus meios de fogos — artilharia e morteiros pesados — mesmo que as demais unidades subordinadas tenham que ficar, inteiramente, sem apoio de fogo, durante o desenrolar da ação principal. Tudo deve ficar subordinado ao sucesso dessa operação principal.

É preciso penetrar na posição inimiga, não importa a que preço. Após isso, por meio de rebatimentos interiores do 1º escalão, dentro da brecha aberta, combinados com a pressão frontal de outras unidades, a frente inimiga desmoronará, completamente. É a arte do chefe que cabe escolher, acertadamente,

sua zona de esforço e aí concentrar todos os meios.

Freqüentemente, no decorrer de inspeções, temos assistido a manobras, que nos são anunciadas como ataques, quando, na realidade, se trata de batalhões operando em frentes de vários quilômetros, apoiados por uma quantidade de artilharia de apoio direto que não pode pretender, evidentemente, fazer mais que uma inquietação.

No caso do ataque de uma unidade de infantaria, regimento ou batalhão, em frente superior às que acabamos de citar, não haverá ataque, mas, unicamente, uma manobra de emergência, à base de infiltração.

Muitas vezes, entretanto, essa manobra constituirá o prelúdio da ação principal, que se seguirá, imediatamente.

Quanto à ação principal, deverá ser conduzida sobre uma frente estreita, correspondente ao eixo de esforço escolhido, com o apoio da concentração máxima de todos os meios de fogos. Essa luta rápida e variada exige, dos chefes, reflexos prontos, decisões imediatas e, também, uma tropa jovem, rústica, manobreira, composta de unidades bem armadas, mas de estrutura simples, isto é, não muito entravadas por materiais que, mesmo sendo possantes, são, porém, estorvantes e pesados.

A luz desses conceitos, podeis ver porque não somos favoráveis à organização do regimento de infantaria, que foi proposta por alguns.

Que, uma vez dada uma missão a um regimento de infantaria, se lhe assegure os fogos do número de grupos de artilharia que forem necessários, a proteção da artilharia antiaérea a certos pontos sensíveis, o apoio de unidades de carros de combate, estamos de acordo. Entretanto, continuamos, no que nos toca, inteiramente contrários à integração desses materiais na entidade "regimento e de infantaria".

D) *Limite das possibilidades defensivas da infantaria*: — A batalha que nos será imposta comportará fases de defensiva clássica,

isto é, em que se tratará, para a nossa infantaria, de travar um combate defensivo, seja sob a forma de ação retardadora, seja pela ocupação de uma posição de resistência, cujo traçado haja sido fixado pelo Alto Comando, para esperar ou permitir a retomada da ofensiva.

Então essas operações é necessário guardar o senso da medida, da objetividade e das possibilidades.

As divagações a que nos haviamos entregue, antes da guerra, a respeito da defensiva em largas frentes; não devem se renovar.

Sem dúvida e, mesmo, certamente, não teremos os efetivos indispensáveis para travar, em frentes normais, uma ação retardadora de vulto e, depois, uma batalha defensiva com razoáveis possibilidades de êxito. É mais leal reconhecê-lo, desde logo, que dar, aos subordinados, missões que se sabe, perfeitamente, que eles não podem cumprir.

Dar uma missão de ação retardadora a um batalhão, em uma frente de 20 quilômetros, é uma ilusão, mesmo em terreno médio, quando ele abrange vários eixos de penetração.

Ou, então, será preciso esclarecer, ao comandante do batalhão, que sua missão consiste, unicamente, em balizar o avanço inimigo.

Pensar que a infantaria de uma divisão, distendida em 60 quilômetros de frente, está em condições de impedir a transposição de um rio é, ainda, uma ilusão.

Imaginar que a infantaria, que tenha participado da ação retardadora, estará disponível para a defesa da posição de resistência e capaz de, aí, suportar uma ação poderosa, é sinal de um desconhecimento grave das condições do combate.

As possibilidades da ocupação do terreno, por uma unidade de infantaria, não se obtêm pela adição dos alcances das armas automáticas dos centros de resistência, quando cruzam seus fogos no limite da rasância teórica.

Sem a menor dúvida, teoricamente, sobre uma carta topográfica, onde se traçam numerosas se-

tas, pode-se criar a ilusão de obter uma compartimentação do terreno e de que ele está inteiramente batido pelo fogo e interdito ao inimigo. Mas, a experiência mostra que, qualquer que sejam o alcance e o número das armas automáticas que formem a ossatura da defesa há um fator humano que se sobrepõe a todos os outros: o fator psicológico decorrente da necessidade dos agrupamentos combatentes sentirem a presença dos vizinhos e de não terem a impressão de que estão isolados. E, igualmente, não se pode esquecer que o comandante deve estar, realmente, em condições de exercer o comando.

Em resumo, o centro de resistência no qual pode-se esperar que um batalhão consiga, com o apoio de uma artilharia normal, travar uma batalha defensiva, deverá englobar uma porção de terreno com dimensões da ordem de 1.000 m.

E) A manobra defensiva: — Para ser eficaz, a defensiva não poderá ser estática. Preparar uma posição defensiva, aí se enterrar e esperar o inimigo, não poderá constituir, de nenhum modo, a tática ideal da defesa. A operação variada, inteligente, quase sutil, encontra lugar, tanto na fase defensiva como na fase ofensiva do combate.

No decorrer da ação retardadora, o chefe inteligente e manobreiro retrairá a tempo, antes da ação potente do inimigo, que ele terá, anteriormente, tomando-o o mais longe possível sob seus fogos e os de sua artilharia, obrigado a abandonar as estradas e a se desdobrar, isto é, a perder horas preciosas.

Na defesa de uma posição de resistência, deixar-se-á o inimigo na incerteza da localização dessa posição, usando-se, para isso, uma camuflagem constantemente verificada e melhorada e criando-se posições de combate suplementares. Ele será obrigado a se desdobrar diante de uma posição que pensará ser a de resistência, quando, na realidade, será, apenas uma posição de postos avançados. Por deslocamentos frequentes da artilharia de apoio e dos

morteiros pesados, evitar-se-ão as referências e se criará a dúvida no espírito do inimigo, a respeito do valor dos meios de fogos amigos.

Quando se sentir que está próximo o momento de um ataque apoiado por uma artilharia muito poderosa, que destruirá nossa posição, poder-se-á, mesmo, uma vez tomadas tôdas as precauções úteis, para que o movimento escape à observação do inimigo, evacuar essa ou aquela parte da posição, ainda quando a organização da parte a ser abandonada haja custado muito esforço, para ir se colocar em outra linha, mais à retaguarda, previamente organizada.

Tal decisão, se é o caso, deve ser tomada, no mínimo, pelo comando do exército, a exemplo do que fez o General Gouraud, na Champagne, no dia 15 de julho de 1918.

No que concerne às unidades, regimento e, com mais forte razão, batalhão, a missão deve ser dada sem a menor ambiguidade: combater até o fim.

Essa tática, cheia de resolução, mas, também, de inteligência, de flexibilidade e de dinamismo, é valiosa, não cessaremos de repeti-lo, tanto na defensiva como na ofensiva. Entretanto, não dará todos os proveitos que dela podemos esperar, a menos que os comandantes da infantaria, em todos os escalões, saibam tirar o maior partido do terreno.

Tratar-se-á, como já afirmamos, de ações de combate curtas, brutais; operações defensivas seguidas de retraimentos rápidos, empreendidas contra um inimigo que disponha de superioridade em aviação e em carros de combate.

F) Combate em regiões boscosas e à noite: — Quais são os terrenos que, nas condições do combate que nos será imposto, se prestam às reuniões cobertas, às entradas em posição secretas, às reorganizações após um combate encarniçado, senão os terrenos boscosos?

Antigamente, em nossos regulamentos, os combates em bosques eram descritos como casos parti-

culares e estudados em anexo, em umas poucas páginas.

Temos a impressão, no que nos diz respeito, que os deslocamentos através de florestas, as entradas em posição, as partidas para o ataque, devem constituir, no estado atual das possibilidades respectivas dos adversários prováveis, a parte fundamental da instrução da nossa infantaria.

Não é necessário mais que uma vista de olhos sobre o mapa da Europa, para se verificar a importância dos maciços florestais que se estendem da "cortina de ferro" até Paris.

Essa é, a nosso ver, uma questão vital. Infelizmente, uma legislação antiquada nos impede, sabemos muito bem, fazer manobras nas florestas, em tempo de paz, mesmo nas nacionais. Possa isso não nos custar muito caro!

As operações à noite, do mesmo modo, devem ser familiares à nossa infantaria. A noite é a "cobertura" ideal, quando se enfrenta um inimigo que dispõe da superioridade em aviação, em efetivos e em armamento, com a condição de se estar habituado a se deslocar e a combater dentro dela.

G) Manobra sobre viaturas automóveis: — O combate da infantaria, ao que se nos afigura, será revestido da forma de concentrações realizadas em segredo, nas imediações do objetivo a conquistar, para que se possa gozar do benefício da superioridade momentânea e para que se possa atuar com o "forte sobre o fraco": engajamentos brutais, golpes em ponta de lança, lançados impetuosamente e seguidos de retraimentos rápidos. É pela utilização do transporte automóvel que se criará, muitas vezes, as melhores condições de sucesso. Essa manobra, que deve ser conhecida por todos os "quadros" da infantaria, exige uma ligação íntima com os camaradas das unidades de transporte. Ela exige, do chefe, qualidades de golpe de vista e reflexos seguros sobre a escolha de itinerários, escalonamento das unidades, determinação do ponto de

desdobramento das colunas de marcha, e escolha das zonas de desembarque e reembarque. A velocidade de marcha não será mais, como antigamente, de 4 km/hora, mas de 15-20 km/hora. É, então, uma ginástica intelectual rápida, que comportará previsões nesse novo ritmo, o que se solicitará aos comandantes da infantaria.

H) *A Ferramenta de Sapa*: — Não nos moveríamos a ressaltar a importância da fortificação em campanha, empregada, sistematicamente, como meio de deter o inimigo, tanto ela nos parece evidente, se não tivéssemos a impressão de que, em tempo de paz, essa instrução, praticada em alguns campos de demonstrações, é feita com relutância.

É necessário, porém meter na cabeça do infante e, particularmente, dos quadros de graduados, o princípio fundamental de que o infante tem duas armas: o fuzil e a ferramenta de sapa.

Lembramo-nos da retirada de 1914, que nos conduziu da Bélgica aos pântanos de Saint-Gond. Esgotados pela fadiga, pelas marchas contínuas, dizimados pelos combates sangüinolentos, sob um calor tórrido, nossos homens se haviam livrado, na primeira oportunidade, das ferramentas de sapa. Três semanas após o fim da batalha do Marne, eles perambulavam pelas fazendas abandonadas, à procura das ferramentas.

I) *Treinamento de Marchas*: — Estamos na perspectiva de batalhas encarniçadas, contra um inimigo, particularmente, aguerrido; não será com "almofadinhas" que as travaremos.

É preciso ter a coragem de dizê-lo: Não deteremos o golpe, a menos que a nossa infantaria esteja acostumada a "sofrer".

Sem dúvida, a manobra em viaturas automóveis deve ser familiar aos comandantes da infantaria, mas constituiria um perigo mortal insuflar, no espírito dos nossos infantes, a idéia de que o transporte em caminhões é a maneira normal de se levar a infan-

taria o mais perto possível da linha de fogo.

A infantaria pode, evidentemente, ser transportada em caminhões, mas o seu modo de deslocamento normal, na zona de combate, é e será, ainda por muito tempo, a marcha a pé.

É esta verdade fundamental que é preciso salientar. De outra forma, nossa infantaria será destruída no primeiro choque, ou melhor, na primeira prova.

J) *As Armas Atômicas*: — Estamos no direito de ficar admirados se não abordamos, aqui, o fator das hipotéticas armas atômicas táticas.

Com efeito, é chegado o momento, tendo em vista informações em nosso poder, de comunicar aos quadros as consequências "atuais" do emprego das armas atômicas táticas na zona de combate e de procurar tirar ensinamentos simples e objetivos, concernentes à tática das unidades de todas as armas, na defensiva e na ofensiva.

A arma atômica tática — bomba ou obús, com um peso que varia de algumas centenas de quilos a uma tonelada, será lançada ou por um canhão especial (pelo menos na situação atual) ou por aviões do tipo caça-bombardeiro. Pode explodir seja acima do solo, seja à superfície do solo, seja mesmo, a uma certa profundidade.

Se explodir no interior do solo, ela produzirá um funil de 150 m de raio e de 100 m de profundidade.

Contra o pessoal, os melhores resultados são obtidos por uma explosão a 500 ou 600 m de altura. Nesse caso, sua ação é instantânea sobre as tropas, ligeira ou medianamente abrigadas, em um raio de 1.200 m, mais ou menos. Seus efeitos são bastante apreciáveis, sobre uma superfície de 4 km², mais ou menos. Para se ter uma idéia da potência que representa uma única bomba atômica tática, é interessante comparar seus efeitos com os das bombas e obuses explosivos tradicionais.

Sobre uma superfície de 4 km², para se obter uma densidade de

neutralização de 100 tiros de 105 por hectare, à razão de 500 tiros por canhão, serão necessárias 5 a 6 horas para se ter 40.000 tiros, com uma AD (Artilharia Divisória) reforçada, o que equivaleria, aos resultados obtidos com o lançamento de uma única bomba atômica.

Para se conseguir os mesmos resultados, em uma hora, seriam precisas 5 a 6 AD.

Se compararmos os efeitos da bomba atômica clássica com os das bombas tradicionais, admite-se que a primeira teria efeitos materiais equivalentes a 1.500 toneladas das segundas, o que representaria 1.000 caças-bombardeiros transportando uma e meia tonelada de bombas ou 300 bombardeiros transportando 5 toneladas.

A bomba atômica tática tem, portanto, efeitos consideráveis, caso seja explodida a uma altura conveniente, acima de um objetivo compensador e vulnerável. Esse objetivo será compensador, caso se trate de uma concentração de tropas; será vulnerável, caso essas tropas não estejam abrigadas, pois a proteção das trincheiras clássicas, de dois metros de profundidade, se tem revelado excelente.

Quais os ensinamentos a tirar desses fatos?

Tôda concentração de tropas constitui um perigo mortal, como acabamos de dizer. Em consequência:

— *Na defensiva*: o Escalonamento em largura e em profundidade será a regra, limitado, bem entendido, às normas do desdobramento no terreno, que assegurem o melhor rendimento e a melhor defesa.

A camuflagem, a organização do terreno e organização de falsas posições terão sua importância aumentada.

— *Na ofensiva*: A entrada em posição da tropa e dos serviços deverá ser feita à última hora, antes do desencadeamento da ofensiva. É evidente, realmente, que a concentração desses meios representa

um objetivo de primeira ordem para a bomba atômica tática.

Tem-se chamado a bomba atômica tática de "a arma da oportunidade". Cabe ao Comando, pela rapidez e flexibilidade de suas decisões, diminuir, ao máximo, o período de tempo no qual a utilização de bombas atômicas táticas possa surtir resultados compensadores.

O emprêgo, sob a forma de explosão no ar, da bomba atômica tática, durante a preparação de uma ofensiva, não impede a progressão das tropas na zona atingida por tal bomba. Na realidade, supõe-se que as tropas atacantes poderão penetrar nessa zona, e aí progredir alguns minutos após a explosão.

A arma atômica tática não é, portanto, como há grande tendência a se imaginar, unicamente uma arma defensiva. É, igualmente, uma arma ofensiva, que pode produzir, instantaneamente, resultados de destruição ou de neutralização que exigiriam a concentração dos fogos de uma massa muito considerável de artilharia, durante várias horas.

CONCLUSÃO

Estas são as idéias gerais que desejávamos vos transmitir.

Não se trata, nem de processos nem de prescrições regulamentares, mas de uma espécie de estudo psicológico do combate da infantaria, tal como o imaginamos. Realmente, o material tem, aí, um lugar de destaque e almejamos que nossa infantaria seja dotada de armamentos de primeira qualidade, mas a capacidade dos comandantes da infantaria, sua mentalidade e sua compreensão do combate da infantaria moderna são, também, da mais alta importância.

A infantaria francesa será o que forem seus comandantes. Tereis ficado, certamente, alarmados com as dificuldades da tarefa desses comandantes. Longe de serem enquadrados, solidamente, como seus camaradas, comandantes de batalhão ou os coronéis de 1914-1918 e, mesmo, de 1939-45, os atuais comandantes de infantaria, obrigados

a atuarem em tôdas as direções e a combaterem, muitas vêzes, isolados, tendo que tomar, rapidamente, decisões das quais dependerá a sorte de suas tropas, devem ser homens capazes. Responsáveis por um material humano sensível e re-

ceptivo e detentores de um armamento e material, de toda natureza, de valor considerável, eles não podem ser indivíduos mediocres.

Cabe a nós, hoje; caberá a vós, no futuro, prepará-los para o exercício de suas funções.

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — “A Defesa Nacional” adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro — das livrarias desta capital —

INSTITUTO NACIONAL DO SAL

AV. RIO BRANCO, 311 — 8º PAV. — TEL. 22-9830

O SAL, que pode ser dado aos erbívoros, em bloco, pedra ou moído, puro ou misturado com forragens ou outros sais, se ministrado a eles regularmente, nas quantidades indicadas, lhes proporcionará maior resistência às doenças, evitando sobretudo, o berne, o carrapato e outros parasitas.

—o—

Na ALIMENTAÇÃO dos animais é indispensável o sal, nas seguintes proporções, e por dia: boi de engorda — 30 g; boi de tração — 70 g; vaca leiteira — 20 g e mais 1 g por litro de leite que produzir; equino de trabalho — 70 g; suíno — 30 g; galinha — 5 g.

RIO DE JANEIRO — DISTRITO FEDERAL

(N. 4)

O CAMINHO PARA PERDER UMA GUERRA

Major General ROBERT W. GROW (*)

Da publicação norte-americana "Armor". Tradução, data vênica, da revista "Ejército", da Espanha, pelo Major LUIZ FELIPPE DA SILVA WIEDEMANN.

As forças aerotransportadas, as armas atômicas, os projéteis dirigidos e outras armas novas podem ganhar uma guerra no futuro; mas, o fracasso em criar um Exército de terra, móvel, organizado e equipado adequadamente, é o caminho mais provável para perdê-la.

É neste momento oportuno que devemos prestar a maior atenção às condições que deve possuir um Exército terrestre para ser empregado numa guerra moderna continental.

A História nos ensina que os mais gloriosos capitães empregaram dois principais elementos de assalto na batalha. O primeiro, e geralmente o mais numeroso, foi a Infantaria, e o segundo, a Cavalaria; ambos apoiados pela Artilharia, Engenharia, etc. A missão da Cavalaria foi a de proporcionar ao Comando a possibilidade de ocupar rapidamente pontos chave do terreno, explorar o êxito e levar a cabo amplas e rápidas manobras. A necessidade de algumas forças terrestres com estas possibilidades nunca foi mais premente que hoje. Os meios para proporcionar suas características à Cavalaria nunca foram tão apropriados.

A Cavalaria existia no passado porque havia necessidade de algumas forças que pudessem *combater montada*; forças que pudessem manter um ritmo mais rápido no

ataque que as forças que combatessem a pé. À margem da História, a palavra "Cavalaria" significou a arma mais móvel do Exército e, neste sentido, é que tal palavra é empregada neste artigo. Ninguém abandone sua leitura crendo que é uma alegação para reviver o cavalo como elemento de combate. O cavalo já não é um sinônimo de Cavalaria, como não foi, anteriormente, o da Artilharia; já não tem lugar no campo de batalha.

Existe, hoje, uma grande tendência em confundir os termos "transportabilidade" e "mobilidade". Nos tempos passados, a Infantaria foi, em algumas ocasiões, transportada em cavalos; porém isto não a fez uma Cavalaria. Hoje em dia, a Infantaria pode transportar-se em meios ferroviários, em veículos motorizados ou aviões; porém a *Infantaria combate a pé*. Maior mobilidade da que os soldados que combatem a pé só podem obter os que usem montarias das quais possam empregar suas armas e diminuir a distância sobre o inimigo sob os efeitos de seu fogo. A mobilidade, no sentido em que é usada neste artigo, refere-se ao movimento no campo de batalha; os mesmos meios podem ser usados ou não, somente para chegar ao campo de batalha.

O fato de que o cavalo tenha sido eliminado do campo de batalha

(*) O Major General Robert W. Grow acaba de se retirar ao final de uma carreira dedicada inteiramente ao campo da mobilidade, desde seu início como oficial da Cavalaria, passando logo pelos primórdios da mecanização, até alcançar seu ápice, na 2ª Guerra Mundial, comandando a 6ª Divisão Blindada.

não quer dizer de nenhuma maneira que tenha sido eliminada nem a Cavalaria nem as suas missões. Por muitas razões difíceis de compreender o nome "Cavalaria" foi eliminado ao abandonar o cavalo e substituí-lo pela palavra "Armor" (Forças Blindadas). Infelizmente não foi uma mudança acertada, causou muita confusão e pode causar um dano irreparável. A palavra "Armor" não indica claramente uma missão no campo de batalha, nem se refere a uma determinada Arma.

Todos necessitam, hoje, de meios blindados, "Armor", e o soldado que combate a pé também os emprega.

Outro erro é de que "carros de combate" e forças blindadas são conceitos sinônimos. As Armas se diferenciam por seu papel no campo de batalha, porque há determinadas missões que as forças que as desempenham devem realizá-las montadas, ninguém pode negar. Cumprir tais missões foi o papel da Arma chamada Cavalaria e hoje é o papel da Arma chamada "Armor". Mas, os carros são armas que empregam ambos ramos do Exército, a Infantaria e as "Forças Blindadas".

Os carros são elementos de grande mobilidade que empregam armas de apoio blindadas e, das quais, precisam para seu apoio, a Infantaria e as Forças Blindadas. O mesmo carro pode cumprir ambas missões; porém, no primeiro caso, apoiando a ação do soldado a pé ao ritmo de ação da Infantaria, enquanto que, no segundo, apoio a ação do soldado montado, ao ritmo da ação da Cavalaria.

Suponhamos que se empreguem os carros para conduzir um ataque. Se o ataque é da Infantaria, os carros só podem avançar tão depressa e ir tão distante quanto possam acompanhá-los os soldados a pé; o efeito de que os carros façam avanços curtos e rápidos e esperem depois que os soldados a pé cerrem sobre eles não altera o fato fundamental.

Se o ataque é levado a cabo por Forças encouraçadas (blindadas), os carros podem avançar à veloci-

dade e a distância que as forças montadas possam alcançar.

Outra denominação imprópria deu origem à confusão no quadro da mobilidade: a de "Infantaria blindada". Este nome é desorientador, uma vez que os soldados combatem, unicamente, a pé.

Nossos "infantes blindados" têm que se converter, efetivamente, em ginetes, montados em um veículo que os permita combater montados, ao mesmo tempo que lhes proporcione a possibilidade que tinham os nossos soldados de Cavalaria de apear e combater a pé quando a ocasião o exigia; possibilidade que as tripulações dos nossos carros não têm. É aqui onde se apoia a base da nossa moderna Cavalaria; uma montada mecânica sobre a qual o soldado possa combater, da qual possa descer à terra para combater a pé, e que o permita passar rapidamente de uma a outro destes métodos de combate.

A este respeito não devemos permitir que a preocupação para melhorar nossos carros possa comprometer o desenvolvimento desta outra classe de veículo de combate. Desde o princípio de nossa evolução anterior à 2ª Guerra Mundial, nossos veículos de combate haviam atingido um grau que permitia a esperança de poder fazer junta a necessidade de combater montados. Se os projetos não se orientarem demasiado para conseguir uma "completa proteção"; se conseguirmos um tipo que permita o emprego eficaz das armas dos soldados nele montados (embarcados), e se o dotarmos de mobilidade e velocidade suficiente e dispusermos delas em número adequado, teremos recuperado a possibilidade de combatermos montados. O histórico de várias de nossas Divisões Blindadas durante a 2ª Guerra Mundial proporciona numerosos exemplos de Cavalaria moderna. Tal Cavalaria, assim como a Infantaria, necessita o apoio dos carros; na realidade, o precisa ainda mais a Cavalaria.

Orientar o Exército americano para um padrão que o adapta ao tipo requerido para uma guerra em

certas regiões reduzidas do Pacífico é fazer oposição a um desastre. Não precisamos reviver o nome de "Cavalaria" se, como parece, sóa como um anátema para muitos, é de maior importância que estejamos preparados para cumprir as missões específicas da Cavalaria. Necessita-se aumentar a mobilidade dos espíritos para sentir este problema. Nos Continentes da Europa, Ásia ou África, nenhum Exército terrestre, seja da importância que fôr o apoio aéreo que receba poderá ganhar uma guerra, se não dispuser de forças de mais mobilidade que a Infantaria. Empregando-se a nossa terminologia atual, estas forças devem estar organizadas em Divisões Blindadas que formam um ou mais Exércitos blindados. Mesmo nossas Divisões Blindadas tendo tido numerosos êxitos na campanha da Europa de 1944-45, não foram empregadas em u'a massa que poderia ter alcançado a decisão em 1944. Houve uma razão. Como possuíam muitos carros e poucos "cavalos blindados", estas Divisões dependiam das Divisões de Infantaria, e o veículo da Infantaria blindada não tinha suficiente mobilidade e potência de fogo. Fizeram-se muitos progressos e ainda se esperam mais e, desde aquela data conseguimos uma bem equilibrada Divisão Blindada que pode combater montada ou a pé, que pode cumprir as missões da Cavalaria na batalha e que pode fazer frente, com êxito, às forças soviéticas superiores em qualquer teatro continental.

Devemos impedir que o "Slogan" e a Tática da equipe "Carros-Infantaria" nos leve a esquecer a importância da equipe montada, a de "Carros-Cavalaria". Há que impedir também que a guerra restrita, política e geograficamente, da Coréia nos cegue até nos fazer perder de vista que a guerra decisiva dificilmente deixará de ser continental. Deveremos, por últimos, impedir que a preocupação pela "massa" obscureça a nossa visão de "mobilidade".

A 1ª Guerra Mundial chegou a ser uma guerra de posições en-

quanto se perdeu a mobilidade. A 2ª Guerra Mundial viu ressurgir a mobilidade, mas só em parte, porque a substituição do cavalo de sangue pelo de aço não foi perfeita e porque muitos Comandos pensavam que o papel da Cavalaria tinha passado.

O lado que possa contar com Chefes que acreditem e sintam a mobilidade, que organize exércitos nos quais as proporções das forças montadas e a pé sejam equilibradas e que no campo de batalha empregue adequadamente massas e mobilidade, ganhará as batalhas terrestres da próxima guerra. Não é preciso um grande esforço de imaginação para se dar conta de que a cooperação do Exército do Ar (incluído o emprêgo de forças aerotransportadas) exija forças montadas bem equipadas e autônomas. Nenhum país nos proporcionou este tipo de forças.

A mobilidade inicia-se no pensamento. Os Chefes devem pensar como se estivessem montados. Temos muitos Chefes deste tipo na América.

O aspecto econômico, ainda que muito importante, não nos deve assustar. Não se trata de aumentar muito o número de carros, que custam um quarto de um milhão de dólares. Requer uma grande produção de cavalos de aço para soldados da Cavalaria, relativamente pequenos e baratos (em relação com os carros), veículos muito rápidos e ágeis, capazes de transportar uma Esquadra com suas possibilidades de fogo, para cooperar com os carros e apoiados pela Artilharia e Engenharia, igualmente bem montados, formando Unidades que possam combater montadas, a pé ou cobinando as duas formas de combater.

Esta não é uma idéia nova. Tão pouco não há novidade na equipagem, exceto as melhoras que se possam introduzir. Existe algo, porém, de novo, verdadeiramente alarmante na tendência corrente de pensamento para formas retrógradas, para as trincheiras, as posições, as massas humanas e as men-

tes sem idéias da mobilidade, e a defensiva; este é o caminho para perder uma guerra!

Façamos do Exército americano um exército equilibrado, com uma Divisão Blindada, pelo menos, para cada três de Infantaria, e duplo número de Divisões Blindadas para

o Exército que destinarmos à Europa, donde outras nações possam nos proporcionar melhor as Divisões de Infantaria. Revivamos a "mobilidade mental" que criará e será capaz de empregar um Exército americano em que a massa e a mobilidade estejam equilibradas.

Wilson Sons & Company Limited

ESCRITÓRIO:

AVENIDA RIO BRANCO, 25 — DO 4º AO 8º AND.

TEL. 23-5988

Telegramas: "ANGLICUS" — RIO DE JANEIRO

DISTRITO FEDERAL

(N. 3)

AVISO AOS ANUNCIANTES

Nossos Agentes de Publicidade estão munidos de Carteira de Identidade, que deve ser exigida.

Nenhum deles está autorizado a receber qualquer quantia, senão quando especificamente credenciado para tanto através de carta e recibo firmados pelo Tesoureiro da Revista.

Para qualquer outra informação a respeito de anúncios na Revista "A Defesa Nacional", queira dirigir-se ao seguinte endereço:

Direção da "A Defesa Nacional", Quartel-General do Exército — 3º Pavimento — Ala Visconde da Gávea. Caixa do Correio n. 17, da Agência do Ministério da Guerra.

SELEÇÃO DO CONTINGENTE-TIPO A INCORPORAR

Maj. NEWTON C. DE ANDRADE MELLO

7 — OS CONTINGENTES-TIPO

7.1 — Estabelecidas as bases do sistema seletivo ora proposto, e definidos os tipos-padrão das armas e serviços, estamos em condições de organizar o Contingente-Tipo de cada unidade, contingente ou órgão especial, valendo-nos, ainda, das Fichas de Organização de cada um destes elementos e das Fichas-Resumo de Efetivos (designação por nós proposta). Indicaremos, aqui, um processo para chegar-se à organização de um Contingente-Tipo, dividindo-o em fases, tomando como tema o efetivo de um GO-105 (por motivos óbvios, não cuidaremos do efetivo real, mas sim imaginário).

7.2 — 1ª fase — Trata-se, nesta fase, de fazer a correspondência entre as qualificações da Ficha de

Organização e as da Portaria 10-10, de 6-II-952 ("Normas Gerais para a Qualificação de Praças"), na qual baseamos nossas qualificações.

7.3 — 2ª fase — Consiste em registrar, na Ficha de Organização, sobre a qual se realizou o trabalho da 1ª fase, os FOVIEM e profissões correspondentes a cada função e respectiva graduação. Chegamos, destarte, à FICHA-PADRÃO de que adiante damos resumo, a qual deve ficar de uso corrente na unidade e não limitar-se aos fins da incorporação, na época própria.

7.4 — 3ª fase — Trata-se, agora, de, manipulando a FICHA-PADRÃO, agrupar os diversos tipos-padrão, seja definidos pelo FOVIEM, seja pela profissão, elaborando-se os quadros abaixo:

COMBATENTES

FOVIEM	QUANTIDADE	OBSERVAÇÃO
211.232	4 (mot)	mot = se possível de profissão motorista.
212.232	30	
311.232	10	
312.232	13 + 9 (mot)	
322.232	14	
322.242	41 + 10 (mot)	
322.252	29	

APOIOS

PROFISSÃO (1)	FOVIEM (2)	QUANTIDADE	OBSERVAÇÃO
6.21 letra c)	Q1Q.Q32	20 + 5 (mot)	a — (1) indica prioridade sobre (2) na seleção. b — mot = se possível de profissão motorista.
6.21 letra e)	Q12.232	33 + 1 (mot)	
	322.232	3	
6.24	322.242	2 (mot)	
6.25 letra...	QQQ.Q3Q	3	
6.25 letra...	QQQ.Q3Q	4 (mot)	
6.26 letra...	Qualquer	2	
	3QQ.QQQ	15	
6.30	QQQ.Q3Q	8	
	3QQ.Q3Q	7	
	322.252	17	
6.34	322.342	11	
...	

As notações empregadas para as profissões se referem aos itens deste trabalho. Pode vir a ser criada uma convenção de profissões, à guisa do que se encontra no "Estatuto Descritivo de Ocupações Civis" (CAER), a qual venha unificar e simplificar a designação profissional dentro do território regional.

7.5 — O Contingente-Padrão — Os quadros acima definem o que

chamaremos o CONTINGENTE-PADRÃO da unidade considerada. Ele representa as necessidades, em tipos humanos, do efetivo da unidade em terceiros sargentos, cabos e soldados, e não as necessidades para a incorporação anual. Isto porque se deve levar em linha de conta o núcleo-base, como esclarece o exemplo seguinte:

FICHA-RESUMO DE EFETIVOS

EFETIVOS	GRADUAÇÕES		
	3os Sgts.	Cabos	Solds.
Efetivo-padrão	40	80	210
Núcleo-base	32	42	20
Quota de incorporação anual	8	38	190

FICHA DE SELEÇÃO EM VIGOR NO SMR / 5

M. G./Z. M. S.

Sa. R. M.

S. M. S. - Sec. Rec.

FOVIM 311.332

No. 100

Junta de Seleção de CURITIBA

FICHA DE SELEÇÃO

(Em 8 / IX / 1953)

Qualificação	Alatamento nº. 897.001 Município Curitiba, Estado Paraná		
	Residência atual: rua Eng. Rebouças, Curitiba (Bairro Água Verde) Estado Paraná		
Município	NOME FRANCISCO JOSE SANTOS		
	Filiação Antonio Santos e Clara Pereira Santos		
Data de Nascimento	23 MAI 35		
	Município Ponta Grossa Estado Paraná		
Informações	Declarou ser arrimo de sua mãe (Viúva)		
	Estado Civil Solteiro Filhos - Encargos de Família? Sim		
Origem estrangeira	Não. Religião Católica Ap. Romana		
ESCOLARIDADE	ALFABETIZADO ANALFABETO SUB-NORMAL		
	Frequentou escola? Sim. Ciclo Primário		
ANALFABETO	Tem curso especializado? Não		
	Fala portuguesa? Sim. Outras línguas? Não		
APRIMADO PROFISSIONAL	Ocupação principal Aprendiz de Mecânico de automóveis.		
	Carteira profissional nº 475.514 (monar) Salário Cr\$ 30,00		
Onde trabalha	GASPARI & CIA. (Oficina Mecânica)		
	Ocupação secundária Não tem.		
Outras habilitações	Dirige automóveis - não possui cart. de motorista		
	Dirige automóvel? Sim. Cozinha? Não. Pinta? Não. Casa? Sim.		
Fotógrafo?	Não. Música? Não. Desenha? Não.		
	Sabe tratar animais? Sim. Monta? Sim. Nada? Sim.		
Altra?	Sim. Escreve a máquina? Não.		
CONDIÇÕES FÍSICAS			
SAÚDE	A B		
	ALTURA: Alta Média Baixa		
CORTE	Branca Preta		
	APARÊNCIA Boa Regular Má		
VIGOR FÍSICO	Grau 1 - 2 - 3 - 4		
	AUDIÇÃO: Grau 1 - 2 - 3 - 4		
VISÃO	Grau 1 - 2 - 3 - 4		
ATIVIDADES DESPORTIVAS			
Jogos	Futebol		
	Atletismo Saltos. Outras: -		
EQUILÍBRIO TEMPERO EMOCIONAL			
Grau	1 - 2 - 3 - 4		
	Destino preferencial: (1) 5a. Cia. Comunicações. (2) D.R.M.S.		
Motivo	Por serem mais próximos de sua residência.		
EXAMES	POSTOS	INTELIGÊNCIA	ESCOLARIDADE
	Seções	A - B - C - D - E	
VERIFICAÇÃO	INTELIGÊNCIA: 1 - 2 - 3 - 4		
	ESCOLARIDADE 1 - 2 - 3 - 4		
APRIMADO PROFISSIONAL	Ocupação Aprendiz. Mec. Auto. 1 - 2 - 3 - 4		
	Aprendiz motorista. 1 - 2 - 3 - 4		
CALIGRAFIA	Boa Regular Má		
DISTRIBUIÇÃO	Unidade no Contingente 5a. Cia. Comunicações.		
	Qualificação Militar		
Função militar	(na unidade ou contingente)		

7.6 — O Contingente-Tipo — Mostramos, no item anterior, que o Contingente-Padrão corresponde ao Efetivo-Padrão da unidade. Para chegarmos ao CONTINGENTE-TIPO, — meta de nosso trabalho — basta alterar os quadros do Contingente-Padrão, conforme os claros previstos para a incorporação. Tal operação é simples, por ser calcada no manuseio da Ficha-Padrão. Teoricamente, o efetivo do Contingente-Tipo seria igual à Quota de Incorporação Anual constante da Ficha-Resumo de Efetivos (item 7.5); mas a prática tem mostrado ser muito variável o número de engagements de ano para ano, com repercussão consequente em o número de conscritos que se deve incorporar. Eis porque nos pareceu mais simples e real chegar ao Contingente-Tipo partindo de um elemento fixo como é o Contingente-Padrão e mediante alterações fáceis de realizar.

8 — CONCLUSÕES

8.1 — O sistema seletivo que apresentamos aos camaradas não subverte o que existe; ao invés, busca desenvolvê-lo, aperfeiçoá-lo, à luz dos ensinamentos providos das forças armadas dos EUA, cujo tirocinio na psicotécnica e no próprio campo experimental da guerra é um legítimo fanal para qualquer exército. Sem embargo, procuramos manter-nos presos à realidade das contingências demográficas, geográficas, sociais e econômicas tanto regionais (5ª R.M.), como nacionais. Não divagamos em termos de superhomens, nem nos curvamos ao complexo de sub-raça, de ignorância, de insuficiência que anda por aí à solta, solapando as energias dos menos avisados. Os valores dos tipos-padrão que apresentamos têm base na matéria-prima humana de que dispomos na 5ª R.M. Quanto mais valioso fôr o contingente de cada R.M., quanto maior se apresentar, sob o ponto de vista quantitativo, de modo que facilite a escolha e a seleção, tanto mais aprimorado há de ser o Contingente-Tipo de cada

unidade. Na escala por nós estabelecida, inclui-se grande número de analfabetos. Mas, que atitude tomar face ao índice de 50 % de analfabetismo verificado em nossa Região? Cabe aos responsáveis pela distribuição encaminhar os analfabetos para funções onde a escolaridade não seja decisiva, guardando-se, outrossim, de sobrecarregar qualquer unidade com conscritos dessa natureza.

8.2 — A propósito do vocábulo *escolaridade*, por nós proposto em substituição a *aptidão intelectual*, cabe uma explicação. Não estamos inovando, criando neologismo. Julgamos que esta última expressão se refere a inteligência, vigor intelectual, não sendo justo que caracterizasse, como vinha ocorrendo, o grau de saber do conscrito, avaliado por meio de teste onde figuravam operações, ditado, etc. A palavra está nos dicionários, inclusive no de Cândido de Figueiredo, 10ª edição, onde vamos encontrar uma citação do mestre Rui Barbosa, o qual a emprega no sentido de "tirocinio escolar". Fêz tal uso ainda no século passado, sendo pois tempo de que o vocábulo adquira generalização em todos os meios.

8.3 — É de mister um esforço no sentido de superar o princípio da "incorporação regimental", em prol da "incorporação regional". A distribuição deve centralizar-se no SMR, a fim de obstar que em certas zonas do Estado, ou mesmo em determinado Estado, sobejem excedentes, enquanto noutras se torne flagrante a deficiência qualificativa. Cumpre, mesmo, escolher entre possuir uma reserva quantitativamente satisfatória e qualitativamente deficitária, e uma reserva pequena, porém bem adestrada e de fácil enquadramento.

8.4 — O problema do insumisso compromete qualquer sistema seletivo. Por isto, urge solvê-lo, por parte do governo, com medidas seja de anistia, para as classes já convocadas, seja punitivas, doravante.

8.5 — A natural descentralização dos trabalhos de incorporação im-

plica em ausência de fiscalização direta e contínua. Por isto, o pessoal destinado à execução da seleção e distribuição deve ser escolhido cuidadosamente. Ademais, a visita de representantes do comando às juntas respectivas deve concorrer para estimular o referido pessoal e para acentuar a importância de sua missão.

8.6 — Finalizando, convicts de quanto representa para a formação

de nossas reservas uma seleção racional e rigorosa dos contingentes que prestarão o serviço das armas, reproduzimos as seguintes palavras do Gen. A. Saldanha Mazza, constantes de sua "Seleção Científica no Exército":

"A FALTA DE EFICIÊNCIA NO CAMPO DE BATALHA É PAGA COM VIDAS HUMANAS."

FIRMA-SE, CADA DIA MAIS, O ÊXITO SURPREENDENTE DE VOLTA REDONDA

EXPRESSIVOS OS DADOS DO RELATÓRIO DA DIRETORIA AOS SEUS ACIONISTAS

A poderosa Usina de Volta Redonda acaba de oferecer aos seus acionistas, o Relatório da Diretoria referente ao ano de 1953. E nele estão alinhados números surpreendentes que vão desde a superação do programa de produção traçado para aquele ano, até o esplêndido êxito econômico e social caracterizado em vários aspectos, dentre os quais se destacam a construção de um novo e moderníssimo Hospital, do Recreio do Trabalhador, a participação dos empregados nos lucros, etc.

O Hospital foi inaugurado a 1 de maio pelo Exmo. Sr. Presidente da República e tem capacidade para 140 leitos e tem em seu quadro 29 médicos, 3 dentistas, 1 farmacêutico, 20 enfermeiras diplomadas, 1 dietista e 37 atendentes. O novo Hospital possui as seguintes clínicas: Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Clínica Traumatológica e Ortopédica, Clínica Obstétrica e Ginecológica, Clínica Radiológica e Fisioterapia, Clínica Oftalmo-oto-rino-laringológica, Clínica Pediátrica e Clínica Odontológica. Dispõe ainda de Laboratório, como serviços de bioquímica, para citologia, sorologia, bacteriologia, hematologia e patologia e uma Seção de Dietética.

PRODUÇÃO DA USINA

"A operação da Usina — assinala o Relatório da Diretoria — transcorreu sem nenhum acidente, durante todo o ano de 1953, tendo todas as unidades funcionado sem solução de continuidade e com plena capacidade do equipamento."

A produção bruta do Setor de Metalurgia excedeu a do ano anterior e apresentou os seguintes resultados: Coque, 332.038 t; Ferro Gusa, 370.259 t; Aço em lingotes: Foros Siemens Martin, 467.708 t; Forno Elétrico, 14.668 t, totalizando 482.376 t.

A partir das 482.376 t de aço em lingotes foram produzidas 375.467 t de laminados, ou seja, mais 15.379 t que no ano anterior. De acordo com o programa de produção estabelecido, a tonelage de laminados de aço foi distribuída pelos seguintes produtos da linha de fabricação: Trilhos

e Acessórios, 53.945 t; Barras e Perfilados, 74.396 t; Chapas Grossas, 58.575 t; Chapas Finas a Quente, 57.557 t; Chapas Finas a Frio, 76.072 t; Chapas Galvanizadas, 14.508 t; e Fôlhas de Flandres, 40.414 t.

ACIARIA

Esta unidade atingiu praticamente o limite de sua capacidade de produção com o equipamento de que dispõe e sua produção ainda excedeu a de 1952 em cerca de 2 % (8.694 t), por melhor eficiência no emprego do equipamento.

O "record" de produção mensal anterior foi batido em setembro e novembro em dezembro, com 45.357 e o "record" de produção por forno, mensal, foi o do forno n. 3, que produziu em dezembro a apreciável cifra de 12.872 toneladas.

FUNDIÇÃO

Continua a Fundição suprindo inteiramente a Usina quanto a sua necessidade de lingoteiras, assentos, peças fundidas de ferro, aço e ligas não ferrosas. A produção de cilindros para laminação triplicou e toda a produção da Fundição continua crescente.

O forno elétrico, além de 415 corridas para peças fundidas de aço, fez 2.303 corridas para a produção de 14.668 t de lingotes destinadas à Laminação, obtendo-se assim o máximo aproveitamento desse aparelho.

LAMINAÇÃO

Das 482.376 t de aço em lingotes, foram produzidas 375.467 t de laminados. Este total representa um acréscimo da ordem de 15.379 t sobre a produção do ano anterior.

Tendo em vista o programa de produção estabelecido, aquela tonelage distribuiu-se entre os seguintes produtos da linha de fabricação, a saber: trilhos e acessórios, barras e perfilados, chapas grossas, chapas finas a quente, chapas finas a frio, chapas galvanizadas e fôlhas de flandres.

FABRICA DE ESTRUTURAS METALICAS

Terminada de montar em agosto de 1953, essa nova Unidade de Volta Redonda iniciou sua fase de pré-operação no mês seguinte, já tendo contribuído apreciavelmente para as obras de expansão da própria Usina. Ao terminar o ano estava a Fábrica se aprestando para começar a entregar ao mercado diversas encomendas externas de estruturas de edifícios e galpões industriais, além de continuar atendendo a encomendas internas de caráter urgente para a própria Usina.

VENDAS

As vendas da C.S.N., no exercício de 1953, atingiram ao valor de Cr\$ 1.858.571.981,40.

A produção da Usina foi absorvida inteiramente pelo mercado nacional, distribuindo-se pelas diversas praças do país nas seguintes proporções: Estados do Norte (Espírito Santo ao Amazonas) 3,82 %; Estados do Sul (Paraná ao Rio Grande do Sul) 7,70 %; Estados do Centro (Minas, Mato Grosso e Goiás) 5,93 %; São Paulo 44,61 %; e Distrito Federal e Estado do Rio, 38,14 %.

EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS

Maj. RUI ALENCAR NOGUEIRA

A DIVISÃO DE CAVALARIA

1. A Divisão de Cavalaria é, em nosso meio, uma feliz associação do cavalo e do motor, distribuídos em Unidades homogêneas e capazes de cumprir missões típicas da nobre Arma.

Embora sujeita à evolução dos dias correntes não se pode, ainda, prescindir desta Grande Unidade.

Comandada por um General de Divisão, compõe-se de:

Estado-Maior (1ª, 2ª, 3ª e 4ª Seções e Estado-Maior Especial);

Tropa;

Serviços.

Seus elementos de combate são os seguintes:

3 Regimentos de Cavalaria a Cavalo;

1 Regimento de Cavalaria Motorizado;

1 Regimento de Cavalaria Mecanizado (Reconhecimento).

Artilharia Divisionária:

3 Grupos de Artilharia a Cavalo cal. 75 (G.A. Cav. 75);

1 Grupo de Obuzes 105 (Motorizado);

1 Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos Autopropulsado.

Dispõe, também, das Unidades abaixo:

1 Esquadrão de Comando do Q.G.;

1 Cia. de Comunicações;

1 Companhia Média de Manutenção;

1 Batalhão de Saúde;

1 Batalhão de Engenharia;

1 Batalhão de Intendência;

1 Pelotão Veterinário;

1 Cia. de Polícia Militar;

1 Fanfarra.

2. Seu emprego é preconizado para as ações de surpresa em terreno inimigo, nos reconhecimento de ampla envergadura e nas missões de cobertura.

Os integrantes dos Regimentos de Cavalaria Hipo, embora deslocando-se a cavalo, combatem a pé, como se fossem infantes. Em virtude das características do armamento moderno e da sua potência de fogo, é fácil compreender a necessidade de apearem os cavaleiros para se empenharem no fragor da luta.

A massa de manobra da D.C. é constituída, justamente, por esses regimentos que, utilizando as suas montadas, podem ir sobre os flancos e, mesmo, às retaguardas inimigas, onde o fogo dos combatentes apeados tem um emprego amplo e decisivo.

Não será mais possível fazer-se, a cavalo, uma penetração ou um ataque através as posições inimigas, como nos tempos passados, quando as cargas de cavalaria constituíam capítulos de extremado arrojo, pericia e sangue frio, além de servirem para causar o pânico entre os adversários instalados no terreno.

3. São ações atribuídas à Cavalaria :

- destruição das instalações inimigas ;
- execução de destruições no eixo de retirada do inimigo ;
- ocupação de posições favoráveis para impedir a retirada do inimigo ;
- ataque aos flancos ou à retaguarda inimiga.

A Divisão de Cavalaria pode ser empregada isoladamente, integrar um Corpo de Exército ou ser mantida em reserva.

Suas missões de reconhecimento são sempre realizadas em íntima cooperação com a aviação para as Grandes Unidades superiores.

Realiza, também, as missões de contra-reconhecimento, cobertura, exploração, perseguição, ação retardadora e, excepcionalmente, de defensiva.

(Continua)

PUBLICAÇÕES ARGENTINAS

"REVISTA MILITAR" E "BIBLIOTECA DO OFICIAL"

CONDIÇÕES DE ASSINATURAS

Aos Srs. Oficiais interessados informamos que são as seguintes as condições de assinaturas das publicações acima referidas :

Custo das assinaturas anuais :

Revista Militar (publicação bimensal)	50 pesos
Biblioteca do Oficial (publicação mensal)	84 pesos

Os pagamentos são feitos adiantadamente e por meio de cheques em nome do Círculo Militar ou diretamente para o escritório da "Dirección de Publicaciones del Círculo Militar (Galle Charcas n. 745 1º derecha — Buenos Aires).

A ARTILHARIA DO COLÉGIO MILITAR

Cap. JONAS CORREIA NETO
Instrutor de Artilharia do Colégio Militar

NOTA DA REDAÇÃO : Ao publicar este trabalho, com o qual o autor pretende dar uma idéia a respeito do que é e de como funciona a Bateria de Artilharia do Colégio Militar, a Redação desta Revista tem em mira prestar uma homenagem ao Colégio Militar, ao ensejo do seu aniversário, a transcorrer em 6 de maio, associando-se ao júbilo de todos os camaradas do Exército que, nessa data festiva, vão levar aos corpos docente e discente daquele brilhante Educandário os seus mais sinceros cumprimentos.

A) ORGANIZAÇÃO



Aviso ministerial n. 451, de 6 de maio de 1947, autorizou a organização, no Colégio Militar, de uma Bateria de Artilharia (1), cuja instrução foi iniciada no dia 2 de agosto desse ano.

Voltava, assim, o tradicional educandário, após vários lustros, a contar com uma "poderosa", justo ao comemorar o seu 58º aniversário.

B) MATERIAL

O primeiro material utilizado na instrução foram quatro canhões de montanha, Krupp, 75 mm, C/14, tiro rápido, modelo 1906.

Com ele, recebeu a Bia. oito viaturas 1/4 ton, 4 x 4 ("jeeps"), e um reboque de "jeep".

Um ano depois (agosto de 1948), verificado ser pouco objetiva a instrução dada nesse material (cuja pontaria ainda era feita pelo sistema de colimador), foi ele substituído por obuses Krupp, 105 mm, C/14, t.r., modelo 1908, com os quais a Bia. funcionou até julho de 1952; nessa ocasião o material foi novamente trocado, por quatro canhões Krupp, 75 mm, C/28, t.r., modelo 1905 (adaptado), que está atualmente em atividade.

Por sua vez, com os obuses 105 mm tinha vindo, para tracioná-los (bateria auto-transportada), quatro viaturas Dodge, 1 1/2 ton., 4 x 4, munidas de reboques-transportes. Todo o material motorizado está, até hoje, prestando serviços, num total de doze viaturas.

Além dos canhões (com seus sobressalentes e acessórios) e das viaturas (com o seu material de manutenção), a Artilharia possui outros materiais, como sejam:

- a) material topográfico (pranchetas, declinatórias, alidades, bússolas, binóculos, um goniômetro-bússola, um telêmetro (Zeiss, tipo Kannon), uma luneta de bateria, régua de cálculo, etc.);

- b) material de comunicações (um quadro comutador de 4 direções, telefones TLF-1, bobinas de cabo leve, material para desenrolamento e assentamento das linhas, etc.);
- c) armamento portátil (mosquetão Mauser, 7 mm, modelo 1908, e sabres-baionetas com bainhas);
- d) material de acampamento (barracas de 10 praças, aquecedores de imersão, um saco de Lister, etc.);
- e) material variado (ferramentas diversas, extintor de incêndio, equipamento individual-tipo americano, material de parada, etc.).

C) PESSOAL

I — *Oficiais e praças* (2) :

- a) *Capitão de Artilharia* — 1 (um) — comandante e instrutor da Bateria;
- b) *1º Tenente de Artilharia* — 1 (um) — subalterno da Bateria e auxiliar de instrutor de Artilharia;
- c) *Sargento de Artilharia* — 5 (cinco) — um 1º sargento (sargenteante), um 2º sargento (escrevente) e dois 3ºs sargentos (dactilógrafo e furriel, um dos quais deve ser, também, monitor de educação física), pertencentes à Seção de Comando; e mais um 3º sargento monitor de Artilharia. Embora só este último seja especificadamente monitor, os demais ficam igualmente à disposição do comandante da Bateria, para funcionarem como monitores, nas instruções (exceto o monitor de educação física);
- d) *Soldado auxiliar* — 1 (um) — encarregado da manutenção do armamento portátil, e de outros serviços. Pertence à "Seção de Artilharia" do "Grupo da Subd. I.M." do "Pelotão de Comando do Colégio" (orgânico da "C.C.S.").

II — *Alunos* :

- a) Os alunos pertencentes à Artilharia são de duas categorias, quanto à instrução :
 - 1. Os que estiverem freqüentando as instruções, por se acharem matriculados no Centro de Formação de Reservistas (3).
 - 2. Os que, já tendo cursado o C.F.R., e tendo tido aproveitamento no mesmo, achem-se em condições de, eventualmente, ser chamados a receber determinadas instruções (de aperfeiçoamento ou manutenção) ou a tomar parte nalgum trabalho de conjunto da Arma.
- b) Também são de três categorias, quanto à matrícula no Centro de Formação de Reservistas (4) :
 - 1. Alunos pertencentes à 1ª série científica : fazem parte do C.F.R., salvo se, devido à idade, já tiverem cursado o C.F.R. anteriormente;
 - 2. Alunos pertencentes às demais séries científicas : fazem parte do C.F.R., quando :
 - não tenham atingido o aproveitamento mínimo no C.F.R., no ano anterior; ou quando,
 - tenham ingressado no Colégio, já na 2ª ou na 3ª série.
 - 3. Alunos do curso ginasial : fazem parte do C.F.R., independentemente da série em que se achem, quando pertencerem à classe convocada para o Serviço Militar (isto é, quando completarem 18 anos nesse ano).

c) Do que acima foi dito, verifica-se que a matrícula no Centro de Formação de Reservistas e, portanto, a *inclusão na Arma de Artilharia*, dá-se por uma das razões seguintes (5) :

- 1, ingressar o aluno numa das séries do curso científico ;
- 2, atingir o aluno a idade de prestar o serviço militar (mesmo pertencendo ao curso ginasial).

D) INSTRUÇÃO

I — *Natureza da instrução :*

A instrução do C.F.R. corresponde à ministrada, na tropa, nos períodos de Formação e de Aplicação.

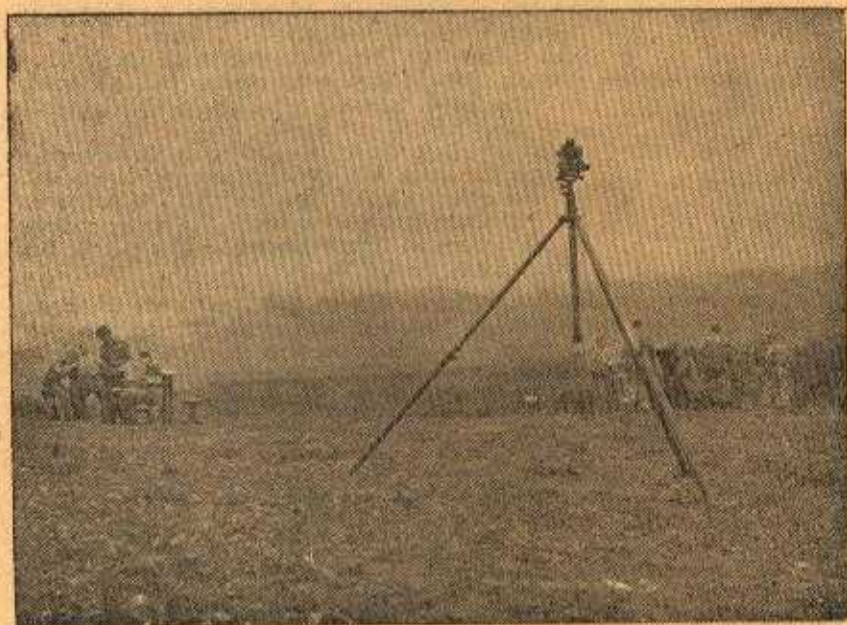


Fig. 1 — Posição de Bateria em Fazenda do Engenho Novo
(27 de novembro de 1953)

O período de Adaptação tem início com a entrada do aluno para o Colégio e prolonga-se até a 3ª série ginasial, a cargo da Seção de Infantaria ; na 4ª série ginasial, começa o aluno a receber Instrução Básica Militar (Período de Formação), que será continuada no C.F.R. (Artilharia) ou no C.P. (Infantaria ou Cavalaria).

A instrução de Formação, no caso particular do C.F.R. do Colégio, é quase exclusivamente a Básica Militar (PP 6-1), pois o pequeno contingente matriculado e as deficiências em material, número de instrutores e monitores, tempos de instrução, e outras, — impedem a instrução de Qualificação, no sentido completo em que deve ser encarada ; entretanto, embora tenham todos a "Q M — fileira", os alunos aprendem várias funções especializadas, como veremos adiante (item VIII).

Quanto ao período de Aplicação, é ele representado pelo exercício de fim de ano, que consta de um acampamento com a duração mínima de três dias, durante o qual são realizados exercícios táticos e técnicos de aplicação.

II — Fases da instrução :

a) *Duração* — Em princípio, a duração do período de instrução anual é de sete (7) meses, assim divididos :

1ª fase — do começo do ano letivo (março) até o dia 6 de maio ;

2ª fase — do dia 7 de maio até o dia 7 de setembro ; nesta fase é interrompida a instrução durante todo o mês de junho, quando são realizadas as 1ªs provas parciais e concedidas as férias escolares ;

3ª fase — do dia 9 de setembro até o fim do mês de outubro.

b) *Objetivos* — Os objetivos principais a alcançar são os seguintes :

— na 1ª fase — preparar os alunos para, em conjunto, participar das solenidades do aniversário do Colégio (dia 6 de maio), inclusive executando salvas de gala ;

— na 2ª fase — treinar a Bateria para se apresentar com o máximo de correção, entusiasmo e brilhantismo, na parada e no desfile do Dia da Pátria ;

— na 3ª fase — completar e aprimorar os conhecimentos técnicos e táticos, por meio, sobretudo, de exercícios práticos, em que sejam empenhados todos os elementos da Bateria, aprestando-os para a realização dos exercícios de longa duração (acampamento, tiro, etc.), no fim do ano letivo do C.F.R.

Como esclarecimento : por "objetivo principal", nas 1ª e 2ª fases, deve ser entendido não um esforço principal, ou um fim a atingir, — pois que este é, sempre, a formação de artilheiros ; deve ser entendido, — isto sim, — um cuidado constante com o citado objetivo, que permita ser este alcançado, da melhor maneira, simultaneamente com o progresso da instrução, visando a 3ª fase, — onde, então, o "objetivo principal" é, de fato, o fim precípua dos trabalhos.

III — Programa da instrução :

Não há, a rigor, um "Programa de instrução", a ser seguido. O que há são dois documentos básicos, — um de 1949 e o outro de 1950, — que constituem *diretivas* para a instrução, e contêm uma "Relação dos Assuntos", apresentando a sua divisão por *sessões*. Essas diretivas pouco divergem, entre si, e suas diferenças são, sobretudo, aquelas recomendadas por um ano de experiência. Devemos, pois, ater-nos, aqui, ao documento mais moderno (1950), e vamos dar uma idéia da sua textura, escolhendo um dos assuntos e mostrando como, naquele, é o mesmo abordado :

18. INSTRUÇÃO TÉCNICA DE ARTILHARIA

Instruendos : todos os alunos incluídos na Bateria.

N. da sessão	Horas	ASSUNTOS	Referências e Observações
		1ª fase :	
1	1/2	Apresentação do material — nomenclatura aplicada.	Manual técnico e manual de campanha do material em serviço.

N. da sessão	Horas	ASSUNTOS	Referências e Observações
2	1/2	Organização da peça e formação da guarnição.	
3	1/2	Deslocamento da peça a braços; retirar e recolher o material ao parque.	
4	1/2	Descrição sumária e dados gerais sobre o material.	
5	1/2	Manejo dos diversos órgãos.	
6 e 7	1	Posição da guarnição. Serviço da peça em ação; pegar e atracar a palamenta.	
9 e 10	1	Funções dos serventes durante o tiro.	
11	1	Tiro com munição de festim. Cuidados e conservação do material.	

Sub-total — 7 horas e meia.

		2ª fase:	
12	1/2	Carregar e descarregar o material no reboque-transporte.	Referências anteriores do Krupp 75 C/28.
13	1/2	Engatar; posição da guarnição; peça engatada. Embarcar e desembarcar. Desengatar.	
14 e 15	1	Serviço da peça em ação; ordem de marcha.	
16	1/2	Manutenção do material; lubrificação.	C-6-140.
17	1/2	Aparelho de pontaria.	
18	1	Serviço da peça; pontaria indireta.	
19	1	Munição do material em serviço; estopilha, espoleta, detonador e cargas; cuidados e precauções no manuseio.	
20	1/2	Funcionamento do mecanismo de recuo.	
21	1	Elementos da trajetória; efeitos dos projectis.	
22	1	Serviço da peça; pontaria directa.	

Sub-total — 8 horas e meia.

		3ª fase:	
23 e 24	1	Acionamento e funções durante o tiro.	Referências anteriores.
25 a 28	1	Serviço da peça; correção do deslocamento; execução de tiro simulado.	

Sub-total — 6 horas.

Total — 22 horas.

Além da Instrução Técnica de Artilharia, são mais os seguintes os assuntos relacionados :

— *Ordem Unida* (instrução sem e com arma, formações, contências, etc.) ; total — 8 horas.

— *Instrução geral* (educação moral e social, Serviço Militar, R-1, R-2, R-4, C.P.M., princípios básicos militares, Armas e Serviços, etc.) ; total — 25 horas.

— *Armamento Individual e Tiro* (exercícios preparatórios e execução do tiro de mosquetão ou fuzil nas posições 1, 4, 5 e 9) ; total — 7 horas (devendo ser utilizados os tempos vagos de aulas).

— *Instrução tática individual* (formações de combate e deslocamentos do G C, Guerra Química, orientação em campanha, descoberta e designação de objetivos, cobertas e abrigos, camuflagem, minas e armadilhas, etc.) ; total — 24 horas.

— *Marchas, bivagues e acampamento* (marchas a pé, de 8, 12 e 16 km, sendo a segunda à noite ; marcha motorizada de 40 km, com instalação dum acampamento) ; total — 23 horas.

— *Exercício de combate com tiro real* (em relação com o acampamento acima tratado ; trabalhos de ocupação de posições de bateria e observatório ; execução de tiro real, com várias modalidades de tiro e procura de efeitos especiais) ; total — 12 horas.

— *Instrução de Motoristas* (somente para os alunos que já tenham algum conhecimento de direção, comprovado devidamente ; trataremos do assunto no item VIII, letra c) ; total — 28 horas.

— *Educação Física* (a cargo do Departamento de Educação Física do Colégio, de acordo com o C-21-20) ; total — 30 horas.

Assim, sem contar a Educação Física, temos um total anual previsto de 149 horas de instrução.

Acrescente-se, ainda, que a Instrução Geral inclui serviço de escala de "Guarda do Estabelecimento", e que os alunos do C.F.R. desempenham as funções de soldados da guarda (o cmt. e o cabo são alunos pertencentes às 3ª e 2ª séries científicas, respectivamente). Esse serviço é tirado do meio-dia de sábado ao meio-dia de domingo, em semanas alternadas (alterna-se o serviço com o C.P.).

Quadro de Trabalho Semanal :

IV — Registro da Instrução :

a) Baseado, em princípio, na "relação de assuntos" das "Diretivas" referidas no item anterior (para 1950), o cap. instrutor prepara o "Quadro de Trabalho Semanal" da Bia., nos moldes recomendados no PP 21-1 (1ª parte), conforme se vê no Quadro anexo.

No Q.T.S. apresentado verifica-se, logo, a existência de um assunto (telefonía) não programado nas "Diretivas" ; é uma das falhas das mesmas, que, como já foi dito, servem agora apenas como uma base, uma orientação geral, pois já estão superadas, em razão de uma série de fatores.

Também chama a atenção a variedade no horário das instruções, e a diferença de número de sessões diárias, — como acontece entre a quarta e a quinta-feira ; isso é devido à distribuição dos tempos de instrução, de que trataremos no item seguinte (V).

Finalmente, na soluna "Pessoal Participante", nota-se a diferença de séries entre alunos (variando da 2ª ginásial à 3ª série científica), o que é explicável pelas "categorias" referidas na letra c), item II (b), deste trabalho. No ano findo foram preparados 28 Q.T.S., correspondentes às 28 semanas de instrução efetiva (16-III a 30-V e 6-VII a 31-X).

b) O "Registro da Instrução" obedece, também, às normas gerais do PP 21-1 (1ª parte).

O "Livro" respectivo contém as seguintes colunas: "mês" — "dia" — "hora (de — a)" — "assuntos" — "turmas" — "instrutor" — "faltas" — "observações". Seu controle periódico é feito pelo tenente-coronel Fiscal do Pessoal, — que é o subdiretor da Instrução Militar.

V — Horário da instrução:

O início do funcionamento, no ano de 1953, do C.P. (Curso de Preparação) e do C.Ad. (Curso de Admissão), provocaram uma série de problemas, administrativos e materiais, cuja solução, — até hoje ainda precária, — acarretou diversas sensíveis modificações no ritmo normal de trabalho do Colégio, exigindo uma ajustagem entre o número de turmas, salas de aulas, gabinetes, professores, etc., que alterou por completo, inclusive, os horários colegiais. O fato é que, para as suas instruções, a Art. dispôs, em princípio, dos seguintes tempos semanais:

— 1ª série científica (123 alunos)	— 5ª feira	— 9,50 — 10,40
	sábado	— 10,30 — 11,20
— 2ª série científica (4 alunos)	— nenhuma hora	
— 3ª série científica (2 alunos)	— nenhuma hora	
— 3ª série ginásial (1 aluno)	— nenhuma hora	
— 4ª série ginásial (6 alunos)	— 5ª feira	— 15,10 — 16,00
— 2ª série ginásial (1 aluno)	— sábado	— 9,00 — 9,50



Fig. 2 — Preparo da munição, na 2ª peça da 1ª Bateria
(exercício de tiro real, em 27 de novembro de 1953)

Além disso, o "Horário Geral" de cada Curso previa "Instrução Militar" em conjunto com a Parada Geral, dos sábados, o que era puramente teórico, pois essa Parada sempre se realizou nas melhores disposições de formatura, revista, leitura de Boletim e desfile geral dos alunos.

Para satisfazer às necessidades instrucionais, porém, o comando decidiu autorizar o instrutor de Art. a utilizar, semanalmente, para cada turma de aula (média de 25 alunos, na 1ª série científica), duas horas de instrução, — tiradas da parte da tarde, para o Curso Científico e 3ª série ginásial (que tinham aulas pela manhã), e da parte da manhã, para a 2ª e a 4ª séries ginásiais (que tinham aulas à tarde) (6). Afinal, depois das férias juninas, deixando a 1ª série científica (que constitui o grosso da Artilharia) de ter educação física nas 5as feiras, a Art. passou a dispor de mais 2 horas (07,30 — 09,20), nesses dias.

Vê-se que é preciso jogar, constantemente, com os tempos de aulas das turmas, para poder fazer a organização do Q.T.S. sem choques de horários. Com a prática, isso se torna fácil, mas exige sempre muita atenção, para aproveitar convenientemente os tempos e dosar exatamente os assuntos, de modo que a instrução se desenvolva parelha entre as turmas da 1ª série e entre os grupamentos de instrução.

No ano de 1953, foram ao todo ministradas 410 horas de instrução, assim distribuídas :

3ª série científica.....	24 horas	
2ª série científica.....	31 horas	
1ª série científica.....	232 horas	(média por turma — 58 ho- ras — 4 turmas)
4ª série ginásial.....	34 horas	
3ª série ginásial.....	31 horas	
2ª série ginásial.....	33 horas	
Motoristas.....	15 horas	
Todos (exercício final)...	10 horas	
Total.....	410 horas	

VI — Verificação da Instrução :

São previstas pelas "Diretivas" duas verificações anuais da instrução : uma em junho, e a outra em novembro, — ambas nas épocas das provas parciais.

O assunto para essas verificações é todo o assunto dado até a sua realização. Elas são feitas como provas escritas, recebendo cada aluno as folhas com as questões dactilografadas ; estas são em número variável, mas geralmente têm sido de três a cinco, divididas em outros tantos itens e sub-itens.

Eis alguns dos quesitos propostos aos alunos, nas verificações do ano findo :

1. No tiro por salva, qual é o intervalo normal ?...
2. Ao comando "preparar para carregar", ... e o ... desatarracham os parafusos de retenção das calhas.
3. Diga dois processos empregados para se fazer uma pontaria direta.
4. Um apontador recebeu o seguinte comando : "Pontaria ao G.B. ! Deriva 3584 !" Diga, na ordem em que são feitas, quais as sucessivas operações (detalhadamente) que cabe ao C1 executar, após ter registrado a deriva, até completar a pontaria indireta.
5. Sendo dados : sítio — 182" e alça — 094", pergunta-se :
 - a) o objetivo se acha acima ou abaixo da origem do tiro ? por que ?

- b) qual é a elevação total do tubo?
c) que fórmula utilizar para sabê-lo?
6. Qual a espoleta preferivelmente empregada para se obter ricochete, e entre que ângulos de incidência esse efeito é mais seguramente conseguido?
7. São dados: frente dum objetivo — 120 m; ângulo sob o qual ele é observado — $20''$. Quer-se saber qual a fórmula a utilizar, para se ter a distância observador-objetivo, e qual o valor dessa distância.
8. Como se faz a verificação do magneto e da campainha do telefone TLF-1?
9. Quando é que se aciona a tecla do combinado, e qual é a sua utilidade?
10. Qual é a RM de mais vasto território?

VII — Condições de aprovação no C.F.R. :

Para que o aluno matriculado no C.F.R. seja considerado aprovado na instrução militar, e portanto adquira o direito ao Certificado de Reservista de 2ª Categoria, terá de satisfazer às condições abaixo :

a) ter comparecido a 2/3, no mínimo, das sessões de instrução prática (sem o que nem poderá fazer a 2ª verificação e o 2º exame físico) ;



Fig. 3 — A Central de Tiro da Bateria, composta de alunos da 1ª série científica, pronta para o trabalho

- b) ter realizado satisfatoriamente o tiro de fuzil (ou mosquetão) nas posições exigidas (1, 4, 5 e 9) ;
c) ter sido considerado apto em Educação Física, com grau mínimo 4 ;
d) ter alcançado, na média das verificações, grau 4, pelo menos ;
e) ter tido, pelo exercício de fim de ano (acampamento, tiro real, etc.) conceito traduzido por grau 4, ou superior a 4 ;

f) finalmente, ter obtido grau global mínimo 5 (média aritmética) no conjunto dos ramos da instrução (letras c, d) e e).

No ano de 1953, entre 121 alunos, houve 12 reprovações.

Os alunos motoristas não são considerados em situação especial, uma vez que assistem, praticamente, a todas as outras instruções. O fato de algum aluno não conseguir satisfazer como motorista, e portanto ser excluído da relação dos ditos, também não representará, para ele, qualquer prejuízo, além do de deixar de dirigir...

VIII — Execução da instrução :

Este assunto foi propositadamente deixado para depois, por causa da sua importância e do conhecimento prévio de dados (itens interiores), que lhe facilitarão ser bem compreendido.

a) Instrução teórica :

As sessões de instrução teórica são realizadas em sala. Para isso usam-se as salas de aulas das turmas participantes, ou a sala de instrução da Bia, — dependendo dos "meios auxiliares" a utilizar e do número de instruendos.

b) Instrução prática :

As sessões de instrução prática constituem a maior parcela do total das sessões de instrução. Não poderia mesmo deixar de ser assim, pois já vimos que há pouco tempo para ensinar muita matéria a muita gente, e é preciso atacar mais a fundo a parte fundamental na formação do reservista de Artilharia, — isto é, a lida com o material.

Para as sessões práticas são utilizados os locais próximos ao "parque de Artilharia" e à garagem; entretanto, à medida que a instrução progride e o trabalho se torna mais "de grupo" (linha de fogo, ocupação de posição, etc.) vão sendo utilizados outros locais, mais apropriados (campos do Colégio).

A essas sessões, sobretudo quando se aproxima o exercício do fim do ano, dá-se o cunho mais realístico possível. Os alunos são constantemente revezados nas várias funções, e os que se destacam numa ou noutra são devidamente anotados, para assim se orientar a escalção do pessoal para as funções, naquele exercício.

No ano findo, as instruções práticas compreenderam :

— escola da peça e da Bia. (todo o trabalho com o canhão e na LF, como seja : desmontagem do mecanismo da culatra, lavagem e lubrificação, funções detalhadas dos serventes, pontaria, tiro simulado, etc.);

— telefonia (conhecimento completo do telefone utilizado no Colégio e do material necessário à extensão de linhas telefônicas; prática desse trabalho, transmissão de comandos, etc.);

— T.A.P. (execução dos tiros exigidos, sendo no stand do Colégio os tiros à distância reduzida e no "Stand General Dutra" os tiros à distância real).

Além desses assuntos, foram ministradas a um grupo de alunos selecionados, visando exclusivamente o exercício do fim do ano, instruções sobre :

— utilização do G.B. ;

— funcionamento da C.T./Bia.

c) Instrução de motoristas :

Este ramo, já apresentado no item III, comporta referência especial, de vez que as suas sessões se realizam, em muitas ocasiões, concomitantemente com sessões de outros assuntos.

A instrução consta de :

— parte teórica — características e emprego das viaturas, gestos de comando, sinais e regras de trânsito, etc. ;

— parte teórico-prática — sistema elétrico, funcionamento dos diversos órgãos, inspeções, manutenção de 1º escalão, etc. ;

— parte prática — conduta auto.

Depois dos primeiros meses, a direção dos veículos, que é o essencial, passa a ser quase exclusivamente praticada aproveitando-se os frequentes treinamentos, em conjunto, já para desfiles, já para ocupações de posições, em solenidades internas e externas de que a Bateria participe.

IX — Os instruídos :

a) *Nível moral e mental :*

Eis uma questão fundamental, já que vai depender dela o rendimento da instrução, o valor efetivo dos novos reservistas a ser, no final de cada ano, relacionados como aptos a garantir, pelas armas, a soberania da Nação.



Fig. 4 — Peça atirou ! (Bateria do Colégio Militar, em Gericinó — 27 de novembro de 1953)

Como se apresenta esse elemento humano ? Que tal é ele ? Que se pode exigir dele ? Como aproveitá-lo ?

As respostas, dá-las-emos agora englobadas, porquanto a essência das perguntas é uma só : "Qual a qualidade do contingente do C.F.R. do Colégio Militar ?"

A massa dos alunos que constituem a Bateria (C.F.R.) é a melhor possível. Não deve haver, em lugar algum do Brasil, contingente de praças tão homogêneo, e individualmente tão capaz e aproveitável, quanto o matriculado anualmente no C.F.R. do Colégio Militar (7).

Compreende-se que assim seja. Trata-se de jovens de 17 anos (em média), com apurada educação social e ótima formação moral, — pelas quais responde a sua procedência familiar. Quase todos, chegando ao

C.F.R., já têm completado o Curso Ginasial. Não é preciso comentário, para ser ressaltada a grande diferença entre o "fator homem" convocado para as fileiras em geral, e este pessoal de 1ª classe, que cursa o C.F.R. do Colégio Militar. Há um gritante desnível, entre os elementos comparados; e tal desnível representa, para o instrutor, facilidade em aprender todos os ensinamentos a ele transmitidos; acarreta, para o instrutor, a necessidade de um preparo mais cuidadoso e minucioso dos assuntos das instruções e a possibilidade de passar por alto em inúmeros princípios básicos, para se deter ou aprofundar mais em outros pontos, explorando exatamente as possibilidades e os conhecimentos anteriores dos seus alunos; e, para a progressão da instrução, significa maior rendimento na aprendizagem, maior quantidade de assuntos dados (proporcionalmente ao tempo disponível), maior confiança nos resultados a alcançar.

Do que dissemos se infere, — e não poderíamos deixar de dizê-lo, — a grande responsabilidade que pesa sobre os ombros dos instrutores. Estes são, a todo momento, comentados e julgados pelos seus discípulos; qualquer falha que tenham, qualquer vacilação, qualquer descuido, enfim, que noutras circunstâncias e locais passariam despercebidos, são logo, no C.F.R. do Colégio, motivo para críticas e até descrédito, da parte dos alunos. A sanção é, pois, imediata, — e cada instrutor precisa estar vigilante, para não fracassar na sua missão.

b) Estado disciplinar:

A disciplina é facilmente controlável. Mas, não pode nem deve ser encarada na forma rígida das casernas, onde se precisa, constantemente, atentar para as inclinações muita vez semi-primitivas dos nossos soldados. No Colégio, sendo diverso o meio, diversos deverão ser os processos.

A maioria dos alunos acata bem as ordens e as determinações; um ou outro, apenas, reage contra elas, e para esses é então aplicável o corretivo disciplinar adequado. Frizo, entretanto, que a maior parte dispensa as punições por mau procedimento em instrução, e sobretudo por indisciplina. O que há entre os alunos, — e importa interpretar-se devidamente, — como consequência mesma das suas condições pessoais, é uma acentuada tendência para formar grupinhos de "bate-papo" e para dizer graças a propósito dos mínimos motivos...; mas, com energia e sem rancores, com alguma compreensão e principalmente com uma atividade instrucional ininterrupta, enquanto durar cada sessão ou cada ato quotidiano, o instrutor conseguirá os melhores resultados, evitando as faltas, ao invés de ter de punir por elas.

c) Espírito militar:

Mais da metade do efetivo do C.F.R. não se destina a nenhum dos ramos das Forças Armadas. Cumpre as exigências militares do Colégio, mas não sente a menor vocação para a carreira das armas; há, até casos de rapazes que o declaram, com franqueza, a oficiais, no que não há mal algum. Desde que o aluno observe as normas regulamentares, quer dizer, desde que ele, enquanto vestir a farda do Colégio, se enquadre convenientemente no regime militar, — não haverá porque, nem como, forçá-lo a gostar da vida de soldado. São duas coisas diferentes, e a nós só interessa que o aluno seja cumpridor dos seus deveres.

Existe, entretanto, um ponto capital, sob esse aspecto: é o de se conseguir, ao menos, que o futuro civil ex-aluno — seja médico, advogado, engenheiro, o que seja — leve da vida militar uma impressão correta, justa, favorável às nossas instituições. Os rapazinhos de hoje, amanhã serão homens; é de todo interesse que eles, ao recordarem o Colégio, a Bateria, os seus instrutores, encontrem razões de saudade, de respeito e de confiança.

A obtenção desse alto desiderato está, integralmente, entregue aos instrutores. Cabe-lhes, representando os profissionais do Exército junto desses moços, despertar-lhes, com o natural amor à Pátria, o carinho pelas suas Forças Armadas. E disso, somente a maior honestidade profissional, e o mais invariável exemplo, — desde a distribuição da justiça à correção dos uniformes — poderão ser os fiadores. É uma responsabilidade, — que bem compreendida e considerada, redundará em benefícios imensos para a segurança nacional.

X — O ano de instrução de 1953 :

Já vimos nos referindo, no correr do presente trabalho, a diversos assuntos relacionados com a instrução de Artilharia, no ano findo. Assim, vamos nos limitar, agora, a dizer sobre as missões de salvas que a Bia. desempenhou e sobre o exercício do fim do ano (coroamento da instrução).

a) Salvas de gala :

Desde a sua criação, à Bateria do Colégio Militar têm sido confiadas importantes missões de salvas de gala, fora do âmbito restrito dos seus muros. Já a 1 de setembro de 1947, — apenas com um mês de instrução — a Bateria saudava, com 21 tiros de festim, o Presidente dos E.E.UU., Harry Truman, em seu desembarque no Rio de Janeiro; no ano seguinte, a 2 de setembro, outra salva de 21 tiros, — desta vez em continência ao Presidente Battle Berres, do Uruguai; em 1949, a 30 de agosto, salva de 21 tiros, durante a solenidade de trasladação dos restos mortais do Duque de Caxias para o "Panteon"; a 19 de outubro de 1951, salva de 21 tiros, no Aeroporto Santos Dumont, em homenagem ao brasileiro "Pai da Aviação"; e, a 1 de julho de 1952, salvas no Campo de Sant'Anna, em continência ao Exmo. Sr. Presidente da República, durante as festividades do 96º aniversário do Corpo de Bombeiros. Essas foram as principais apresentações externas da Artilharia do Colégio, até 1953; nesse ano, foram dados 148 tiros de festim, destacando-se as seguintes missões desempenhadas pela Bateria :

- visita ao Colégio, pelos Adidos Militares estrangeiros (25 de julho)
- apoteose de 23 tiros (rajadas);
- solenidade, no Dia do Soldado, em frente ao "Panteon" — salva de 19 tiros;
- solenidade de abertura da "IIª Competição Esportiva das Forças Armadas e Auxiliares", no campo do C.R. Vasco da Gama (24 de outubro), — salva de 21 tiros;
- visita de inspeção, do Exmo. Sr. General Diretor de Instrução, ao Colégio (27 de outubro) — salva de 13 tiros;
- solenidade, no Dia da Bandeira, de incineração de bandeiras antigas — salva de 19 tiros.

b) Coroamento da instrução do C.F.R. :

Não tendo sido possível, por motivos administrativos, realizar-se no ano findo o acampamento de cinco dias (8), foi resolvida a realização de meia-jornada de exercício, a se desenvolver segundo a "Ficha de Instrução n. 2/53 — Bia.", da qual transcrevemos :

"I — Assunto :

- a) marcha em comboio, com parte do percurso (volta) feito à noite;
- b) exercício de tiro real, com os trabalhos correlatos, quais sejam :
 - lançamento da linha telefônica PB-PO;
 - funcionamento da Central de Tiro da Bateria.

recimentos aos alunos, sobre o desenrolar dos tiros, e para a distribuição duma merenda.

O regresso, em marcha noturna, foi realizado da melhor maneira, atingindo-se o Colégio às 19,40 horas.

Importa ressaltar, no exercício realizado, a precisão dos tiros. Esta foi, desde o começo, admirável, provocando espontâneas demonstrações de entusiasmo dos assistentes, — externado, algumas vezes, até por palmas...

Tal resultado corroborou plenamente o que sempre observáramos e disséramos acerca dos componentes da Bateria, e que aqui já expusemos. Todo o trabalho, praticamente, foi confiado aos alunos, cabendo aos instrutores e monitores fiscalizar a execução; e o desempenho das guarnições das peças, dos telefonistas, da CT/Bia., — foram dignos do crédito de que gozaram.

É de justiça, porém, não esquecer o velho material Krupp, tão velho e tão simples, e que continua prestando tantos serviços à nossa Arma — sempre firme, sempre preciso...

E) A TRADIÇÃO ARTILHEIRA!

A Artilharia do Colégio Militar já tem uma honrosa tradição, criada e fortalecida por seis anos de esforços e de triunfos.

Os seus jovens componentes são cônscios dessa tradição, e fazem por conservá-la brilhante: trabalham ativamente nas instruções, estudam interessadamente os assuntos, vibram intensamente com tudo quanto se refere à "Poderosa".

Nos seus constantes deslocamentos, em forma, levam sempre nos corações a imagem da Pátria, nos olhos a flâmula da Artilharia do Colégio e nos lábios uma canção vibrante: a "Canção da Arma de Artilharia", ou a "Canção da Bateria do Colégio Militar", que diz assim:

CANÇÃO DA BATERIA DE ARTILHARIA DO COLÉGIO MILITAR

Nós estamos no campo da luta
E devemos lutar pra vencer.
O inimigo sabemos que é forte,
Mas a Bia, não pode ceder.
Elevando nosso estandarte
Lutaremos com toda paixão;
Cada homem será um baluarte
Em defesa do nosso pendão.

(Bis) { Alunos artilheiros!
Unidos, companheiros,
Lutemos com todo o ardor
De brasileiros.

A vitória é o nosso ideal,
Que a Bia, vai conquistar;
É preciso ser forte e leal,
Só assim poderemos ganhar.
Nossa Bia, não teme rival,
É garbosa, louça e viril,
E enfrenta sorrindo o inimigo,
Para glória do nosso Brasil!

(Bis) { Alunos artilheiros!
Unidos, companheiros,
Lutemos com todo o ardor
De brasileiros.

OBSERVAÇÕES

(1) Transcrição do B.I. n. 103, de 7 de maio de 1947, da S.G.M.G. :

"Aviso n. 451, de 6 de maio de 1947 :

1. Autorizo o Cmt. do Colégio Militar a organizar, no Destacamento Colegial, um Esquadrão de Cavalaria, uma Bateria de Artilharia e uma Banda de Música.

2. O Esquadrão de Cavalaria e a Bateria de Artilharia serão constituídos somente com alunos do Curso Científico.

3. Autorizo também a realizar os entendimentos necessários junto às Diretorias competentes, tendo em vista o recebimento do material indispensável.

4. Nenhum acréscimo ao efetivo do Estabelecimento resultará da presente autorização."

(2) De acordo com a Portaria n. 123-97, de 21 de setembro de 1953, vigente a partir de 1 de janeiro de 1954.

NOTA à observação 2 — até 31 de dezembro de 1953 estava em vigor a "organização e efetivo do C.M." (efetivo tipo provisório) aprovada pela Portaria Res. n. 1-1, de 9 de janeiro de 1948. Entre esta Port. e a 123-97 há algumas diferenças fundamentais, como sejam :

a) foi criado o "Corpo de Alunos", subordinado à "Subdivisão de Instrução Militar" da "Divisão de Ensino"; dele são orgânicos : a Bateria de Artilharia, o Esquadrão de Cavalaria e 4 (quatro) Companhias de Infantaria; foram, assim, extintas as antigas "Companhias de Alunos", meramente administrativas (controle e disciplina) ;

b) a Bateria de Artilharia, que era apenas uma subunidade de "instrução", ligada administrativamente à 5ª Companhia de Alunos (cujo comandante era o capitão de Artilharia), agora tem existência instrucional e administrativa ;

c) o subalterno da Bateria, que era normalmente o chefe da "Secção de Manutenção e Transportes" do Colégio (cujo principal esforço é no sentido de atender às viaturas da Bateria), não mais exerce essa função, que cabe, indiretamente, ao ten. almoxarife (comandante do "Pelotão de Serviços" da C.C.S.), pela atual subordinação da "S.M.T." a esse Pelotão ;

d) o número de sargentos monitores de Artilharia foi aumentado, de dois para quatro.

(3) Transcrição do B.I. n. 32, de 6 de fevereiro de 1948, da S.G.M.G. :

"Aviso n. 109, de 2 de fevereiro de 1948 ;

1. Considerando que, pelo art. 103, letra d), da L.S.M., os alunos do C.M. que concluírem o respectivo curso são incluídos na reserva de 2ª cat. ;

2. Considerando que, por seu Regulamento, o C.M. ministra instrução militar aos seus alunos,

Declaro :

a) Fica criado no C.M. um C.F.R. de Infantaria, Cavalaria e Artilharia, no qual serão matriculados os alunos da classe convocada, para os efeitos da letra b) do art. 55 da L.S.M., sem prejuízo das matrículas obrigatórias por força do respectivo Regulamento.

b) Os alunos aprovados no C.F.R. "receberão o certificado de reservista de 2ª categoria da Arma — ao serem excluídos do Colégio".

c) O C.M. remeterá anualmente à 1ª C.R., no mês de março, para fins de atualização, controle e dispensa de incorporação, de acordo com a letra b) do art. 55 da L.S.M., uma relação nominal dos alunos da classe convocada, matriculados no C.F.R., e no mês de janeiro do ano seguinte, a dos aprovados.

d) O alistamento dos alunos se processará de acordo com as normas atualmente em vigor."

(4) Com a criação do Curso de Preparação (CP/CM), pelo Dec. n. 31.797, de 18 de novembro de 1952, o C.F.R. passou a ser, exclusivamente, de Artilharia, uma vez que o CP/CM compreende a Infantaria e a Cavalaria ; fica, assim, o C.M. formando somente reservistas de 2ª categoria de Artilharia (exceto nos casos esporádicos de desligamento do CP/CM).

(5) Até a criação do CP/CM, somente podiam ingressar na Artilharia (e na Cavalaria) alunos da 1ª série científica ; os candidatos eram selecionados segundo um critério em que pesavam :

a) "correspondendo à 4ª série ginásial" :

— nota global no ensino fundamental (peso 4) ;

— grau de instrução prática (compreendendo Infantaria, Educação Física e frequência à instrução) (peso 2) ;

— comportamento (peso 2).

b) "dependendo de exame físico entre todos os candidatos":

— nota global de uma "prova de robustez física" (pêso 2).

Essa prova física compreendia, para a Artilharia:

I — tração escapular; pressão escapular; tração lombar;

II — subida na corda, sem auxílio das pernas (6 m);

III — levantamento de alferes (52 kg).

Para cada uma dessas provas havia um gabarito, com grau variando entre 0 e 10. Grau 0 em mais de uma delas significaria eliminação do candidato. Finalmente, como condição precípua, era exigida uma declaração escrita do responsável pelo aluno, autorizando-o a ingressar na Arma escolhida, o que se fazia após concluída a seleção para o preenchimento do número de vagas (a Artilharia tinha o efetivo de 83 alunos, condicionado às suas possibilidades em material e viaturas).

(6) Nos anos de 1952 e anteriores utilizavam-se os tempos vagos, entre as aulas, o que, no final, vem a dar no mesmo processo, para aumento das horas de instrução.

(7) Os alunos do C.F.R., embora não sejam propriamente "praças", são-no, entretanto, pela sua situação de prestação do serviço militar, servindo ao Exército dum modo particular, previsto na respectiva lei (L.S.M., art. 39, parágrafo único, item II, etc.).

(8) Nos anos anteriores era executado na região da Barra da Tijuca, fazendo-se tiros sobre ilhas oceânicas.

(9) Dotação de munição — o Colégio Militar não conta com dotação de munição de Artilharia, a qual é fornecida pela D.M.B., por pedido do S.R.M.B./I, conforme as necessidades da instrução ou representação. Entretanto, com base nas missões cumpridas no ano findo, e a fim de regularizar sua situação, o instrutor de Artilharia informa à F.A. do C.M. ser conveniente que a D.M.B. passe a prever, para fornecimento parcelado anual ao Colégio, a seguinte munição de Artilharia: 200 tiros de festim (Tir 75 sv e Etj M4); 100 tiros de granada explosiva com espoleta de percussão e 15 tiros com espoleta de tempo (Tir 75 AE M2 e EOP (ou EOT) M1 e Etj M4).

PROBLEMAS DO BRASIL

DO

Coronel ADALARDO FIALHO

(Prêmio "Carlos de Laet" da Academia Brasileira de Letras)

2ª Edição

● Encontram-se à venda, na Redação desta Revista e na Secção de Venda de Livros e Manuais Militares do Ministério da Guerra, os últimos exemplares desta limitada edição.

● Trata-se de uma coletânea de assuntos de cultura geral, focalizando problemas palpitantes e de interesse permanente do Brasil.

● Incluído na bibliografia do Concurso para a Escola de Estado-Maior.

PREÇO: CR\$ 30,00

Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra

Rio de Janeiro

BASES TÉCNICAS DE TREINAMENTO FÍSICO MILITAR

Colaboração para o novo teste de C 21-20, em elaboração

Cap. ESTEVAM MEIRELES

Pedúmbulo — Desejamos, no presente artigo, apresentar um reunião dos princípios e noções mais importantes da doutrina de um treinamento físico militar. Falando-se em princípios, é necessário que se diga: ainda perduram os princípios estruturais preconizados no Método Francês. Grande contribuição nos fornece o estudo do FM 21-20, particularmente no campo da pedagogia. Mas aqui o que, à primeira vista, parecia uma contradição aos nossos conhecimentos adquiridos anteriormente, mais tarde, verificamos ser um simples aperfeiçoamento de processos, fruto do desenvolvimento da ciência, sem afetar a doutrina.

O caráter eminentemente científico garante a indestrutibilidade do método preconizado no antigo Reg. n. 7.

Antes de uma reforma, é preciso considerarmos o que de bem já possuímos, comprovado pela prática, é aquilo que a mesma prática demonstrou ser deficiente. Esta diretriz tem orientado as nossas ações no campo aberto das discussões para a elaboração ne novo texto do C 21-20.

I — Treinamento Físico militar

O treinamento físico militar é o conjunto dos meios empregados para desenvolver e aperfeiçoar os meios físicos de que o homem dispõe, colaborando, juntamente com os demais ramos de instrução militar, no preparo do homem para vencer a guerra.

Os meios físicos que necessitam serem desenvolvidos e aperfeiçoados são:

1. **Fôrça** — A fôrça dos braços, das pernas e do tronco (músculos abdominais e lombares). Fôrça é a capacidade que tem os músculos de poderem deslocar grandes pesos. O trabalho repetido do músculo, em esforços progressivamente maiores, aumenta a fôrça e o volume do músculo. Maior fôrça se desenvolverá quanto mais próximo for o esforço da capacidade de trabalho do músculo.

Os exercícios que desenvolvem a fôrça são: Séries básicas intensas, ginástica com arma e com tóros, levantamento de pesos, lutas, corridas de velocidade, etc.

2. **Resistência** — Podemos caracterizar dois tipos de resistência:

(1) **Resistência muscular**. É o poder do músculo e sua capacidade de durar horas no trabalho, sem se abater. A resistência muscular se baseia em excelente fôrça muscular e numa eficiente circulação sanguínea no tecido, capaz de nutrir, prontamente, e eliminar os resíduos da combustão, rapidamente. A resistência muscular é obtida nos exercícios de fôrça, já referidos.

(2) **Resistência circulo-respiratória**. Este tipo de resistência é a capacidade do organismo em dominar a sufocação experimentada em trabalhos prolongados a uma velocidade acima do normal. É o caso das corridas de fundo. Esta resistência repousa na resistência mus-

cular e em perfeitas condições de funcionamento do coração, aparelho circulatório sanguíneo e pulmões. A resistência círculo-respiratória é obtida pela série básica e aperfeiçoada pela corrida de fundo, futebol, basquete, etc.

(3) *Agilidade* — Podemos defini-la como a capacidade de deslocamento e mudança de direção do corpo no espaço com grande rapidez. É desenvolvida pela série básica, ginástica acrobática, lutas, desportos e jogos.

(4) *Destreza física* — É a aptidão para se realizar com todas as partes do corpo num movimento correto na forma, na amplitude, na direção e nos efeitos. Uma correta independência das contrações musculares elimina os esforços superfluos; a precisão e oportunidade dos movimentos economiza energia e aumenta a capacidade de resistência. A destreza física é cultivada nas atividades físicas naturais, em que há participação de todo o corpo. Estas são reunidas em diferentes famílias de exercícios chamados:

(1) — Marchar; (2) — Trepar; (3) — Saltar; (4) — Levantar e Transportar; (5) — Correr; (6) — Lançar; (7) — Atacar; (8) — Nadar; (9) — Jogar.

Tais exercícios se chamam aplicações. O homem fisicamente adestrado está em "Forma".

II — Objetivos do programa de treinamento físico militar.

O primeiro objetivo de tal programa é desenvolvimento das qualidades físicas da tropa até um valor desejável, mantendo-as neste valor. Ao mesmo tempo, porém, que busca atingir tal desideratum, o programa de treinamento físico permitirá ainda:

1) Aprendizagem de várias habilidades físicas de grande importância, tanto para a segurança pessoal como para uma participação mais eficiente do homem no combate. Nadar, correr, rastejar, saltar, etc., com equipamento como sem ele, são habilidades úteis cul-

tivadas no treinamento físico. O comandamento do corpo, o espírito alerta e a habilidade em antecipar o adversário na ação representam qualidades que, poderão poupar a vida do soldado no combate e são bastante cultivadas nas aplicações de atacar e defender-se e atividades competitivas.

2) O trabalho de equipe, a agressividade, a confiança, ardeza, a vontade de vencer, o espírito de solidariedade ao grupo e a habilidade para pensar e agir sob a influência de algum estado emotivo são outras qualidades morais desejáveis, produzidas pelo programa de treinamento físico bem conduzido.

3) Promover a recreação é outro importante objetivo do programa de treinamento físico. As atividades físicas interessantes e alegres provêm não somente uma desejável distração para as lides intensas da caserna, como também motivam os homens em participarem mais entusiasticamente do programa de treinamento físico total.

Tal recreação deve ser conseguida, sem sacrificar o objetivo principal do programa de treinamento físico, isto é, a forma física necessária de todos os componentes da unidade.

III — Obtenção da forma física desejada

O recruta que, hoje, nos quartéis, deve ser submetido aos exercícios físicos do programa, comparativamente ao que anos antes comparecia, apresenta: menor tonicidade muscular em todas as partes do corpo, mais fracos e atrofiados os grandes músculos dos braços e do tronco, menor resistência física.

Isto naturalmente se explica pelas condições atuais de vida do homem civilizado: inúmeras ocupações sedentárias, pouca ou nenhuma atividade com os grandes músculos do tronco, das pernas, dos braços, etc.

Cumprido, antes de tudo, recuperar e manter as qualidades perdidas. O homem está insuficientemente preparado para as ativida-

des naturais englobadas nas 9 famílias citadas. O nome genérico destas famílias de exercícios é o de aplicações. O nosso método prescreve que a forma física será obtida através destes exercícios, fontes da destreza física. Haverá necessidade de uma fase de preparação do recruta para a aplicações dentro do período de preparação propriamente dito. Então, o problema irá ser a recuperação pelo homem das qualidades básicas indispensáveis à participação correta nas diferentes aplicações; pois nestas, como o próprio nome está dizendo, o homem aplica os meios físicos de que dispõe e já suficientemente desenvolvidos. Nas aplicações, o homem desenvolve a um alto grau a destreza física e é obrigado a pôr em jogo valiosas qualidades morais importantes no combate, tais como: coragem, sangue frio, agressividade, etc.

O desenvolvimento dos recursos físicos de que o homem dispõe se consegue através de flexionamentos e educativos convenientemente selecionados e reunidos em séries básicas. O flexionamento é um exercício que se caracteriza por ser dirigido às articulações ósseas das partes do corpo e ao trabalho dos músculos a eles relacionados. O educativo é exercício mais complexo e se destina ao trabalho conjunto de músculos desenvolvendo, por partes, a destreza física para as aplicações.

Ambos visam o preparo muscular e nervoso para as aplicações, por desenvolverem no homem os meios físicos de que ele dispõe. A reunião dos exercícios em séries básicas é um processo notável que permite aos homens um trabalho físico geral fácil de ser controlável na progressão. A série bem ministrada, consegue os objetivos seguintes: recuperação dos meios físicos para as aplicações e conservação do grau de desenvolvimento daqueles. Muito temos tratado, através das folhas desta revista, das séries básicas, porisso nos dispensamos de alongarmos mais no assunto.

Do flexionamento. Os principais objetivos da ginástica dos flexionamentos é melhorar a flexibilidade das articulações ósseas e a coordenação dos movimentos pelos músculos. Para se conseguir os melhores benefícios para o corpo, é importante a execução dos flexionamentos de um modo *correto, enérgico, contínuo, completo* e respirando naturalmente.

O movimento é correto e enérgico, quando realizado na forma prescrita pela natureza do mesmo. É contínuo e completo, quando feito sem paradas bruscas, um tempo ligado ao outro, buscando-se a amplitude máxima da articulação e o jogo completo das contrações e descontrações dos músculos.

Do educativo. Os principais objetivos dos educativos são: Melhorar a força dos músculos e iniciar a formação da destreza física para as aplicações. Flexionamentos e educativos, reunidos nas chamadas séries básicas, visam o desenvolvimento dos meios físicos de que o homem dispõe.

De posse deste desenvolvimento prévio o homem se adestrará amplamente através dos exercícios das aplicações.

Esta destreza pode em última análise, ser interpretada como o domínio das habilidades físicas fundamentais, cujos nomes são os das nove famílias já referidas atrás.

As atividades desportivas e recreativas em ginástica, cuja prática constitui o elemento decisivo no preparo físico do combatente só farão realmente sentir os efeitos pelo domínio das habilidades físicas fundamentais. A ginástica básica, que visa o desenvolvimento dos meios físicos. A ginástica das aplicações, que visa o domínio das habilidades fundamentais. A ginástica desportiva que objetivando formar o atleta, estará cuidando do combatente valeroso dos campos de batalha, conforme o têm provado as experiências das últimas guerras.

São três tipos de exercícios que representam os trabalhos físicos principais do método. Cada um deles tem seus objetivos peculia-

res, que acima sintetizamos e sempre serão usados para a obtenção e manutenção destes objetivos.

Modalidades de trabalho físico do método:

- | | | |
|----------------------------------|---|---------------------------------|
| 1 — Ginástica Básica..... | } | Séries Básicas |
| | | Ginástica com armas |
| | | Ginástica com Tóros |
| | | Curso de força |
| 2 — Ginástica de Aplicações..... | } | Aplicações das Famílias e Nadar |
| | | Aplicações Militares |
| | | Ginástica Acrobática |
| | | Jogos |
| 3 — Desportos.... | } | Individuais..... |
| | | |
| | } | Coletivos..... |
| | | |
| | } | Terrestres |
| | | Aquáticos |
| | } | Terrestres |
| | | Aquáticos |

IV. Considerações Higiênicas —
a — Saúde mental e emocional.

1) Podemos considerar a saúde como uma condição de ajustamento funcional do indivíduo, tanto moral como fisicamente. Há uma grande interdependência entre a vida física e a mental e emocional, de tal forma que uma depressão moral no indivíduo tem reflexos no corpo como se proveniente de doença física. Assim como, à fadiga, à fraqueza e à falta de energia se associa usualmente um baixo estudo moral.

2) Um ambiente mental saudável é caracterizado pela camaradagem, confiança e interesse. Ao passo que a indiferença, a indecisão, a preguiça e um sentimento de inferioridade, devido este à falta de sucesso e progresso, caracterizam um ambiente mental pouco saudável. O treinamento físico colabora diretamente para o desenvolvimento de ambientes mentais salutarres se:

(a) O instrutor é um exemplo vel. O treinamento físico colabora

(b) O instrutor assume uma atitude compreensiva, sincera e agradável.

(c) O trabalho é interessante e variado.

(d) O trabalho é disposto de modo a resultar num desenvolvimento físico gradual e progressivo.

(e) Consideram-se as diferenças fisiológicas individuais.

b — Hábitos pessoais. A importância de hábitos pessoais corretos de limpeza, alimentação racional e excreção poderá ser especialmente lembrada, durante a instrução do treinamento físico. A explicação sobre o que seja uma dieta bem equilibrada é de particular importância. A dieta correta é tão importante quanto o exercício no preparo físico dos homens que se acham consideravelmente acima do peso ideal pela tabela.

c — Seção Preparatória. Constitui um princípio filosófico fundamental o de que os homens devem ser submetidos a um aquecimento gradual, antes de se empenharem em exercícios intensos. As séries básicas são organizadas de modo a permitirem tal aquecimento. Em climas muito frios, porém, ainda é mister conduzir as turmas, em acelerado, para as áreas de exercício. Ou, então, antes de iniciar a série, praticar-se um

pouco de corrida no mesmo lugar com circundação dos braços, nos casos de áreas muito próximas do quartel.

d — *Volta à Calma.* Terminada a sessão de instrução, propriamente dita, os homens deverão continuar medianamente ativos, marchando ou executando outra atividade muscular, até que sua respiração e temperatura voltem ao normal. Deve-se acautelar contra resfriamentos muito rápidos nesta fase.

V — *Princípios Básicos do Preparo Físico.* Há dois princípios básicos que serão constantemente observados no preparo físico:

a — *Começo Moderado e progressão gradual.* O programa deve começar com um total moderado de exercícios, aumentando-se gradual e constantemente. Nada se obtém dando aos homens, logo na primeira semana, ou nos dez primeiros dias, muito trabalho físico; pois que esta é a fase de adaptação, em que aparecem as dores musculares e endurecimento de certos músculos, as sensações de fadiga são mais pronunciadas.

É aconselhável respeitar esta fase, do contrário, cria-se entre os homens uma atitude defavorável para as atividades programa: seja fazendo os exercícios incorretamente, seja não querendo se empenhar convenientemente.

Uma vez que hábitos de tal natureza sejam bem difíceis de serem corrigidos, cumpre empregar todos os meios para evitar que sejam adquiridos.

2 — Princípio da sobre-carga

(1). O valor do desenvolvimento muscular, resultante do exercício, está em proporção direta com o va-

lor dos trabalhos físicos que o homem é capaz de realizar. Para um conjunto moderado de exercícios, os músculos se desenvolvem o suficiente para poderem realizar o trabalho com facilidade. Se, a partir daí, não houver um acréscimo de trabalho mais se exigir do músculo, não haverá melhora da função muscular, nem aumenta de força, nem aumenta de resistência. A força e a resistência diminuirão nos seus valores, se o indivíduo entra a se exercitar menos do que está acostumado fazer. Melhor valor físico é fruto de trabalhos físicos mais intensos com o corpo.

Quanto mais o exercício apelar pelas energias próximas da capacidade física atual do executante, maior será o desenvolvimento resultante. Este é conhecido como o "Princípio da sobre-carga". (2) O "princípio da sobre-carga" diz que a dosagem dos trabalhos físicos deve ser gradualmente aumentada e os homens levados a se empenharem ao extremo, se precisarem atingir altos valores físicos. Não é tarefa fácil a obtenção do valor físico excelente. Dadas as características de combate, o preparo físico do homem será feito através de exercícios enérgicos. A participação nestes é continuada até o homem sentir o esforço. O instrutor precisa estar atento a este fato e não se modificar ante demonstrações de cansaço ou dores físicas, que os homens inevitavelmente experimentarão. O acréscimo é feito no trabalho físico, permanecendo constante o tempo gasto na sessão de instrução. A quantidade de trabalho na unidade de tempo mede a intensidade das sessões de ginástica. Tanto mais intensas quanto maior soma de trabalhos houver.

O R-4 - COMENTÁRIOS E SUGESTÕES

ITALO DE AUGUSTINIS ALYPIO VIEIRA

1º Tenente Art.



ELICADÍSSIMO é o assunto a ser tratado, mormente por me encontrar em pósto humilde da hierarquia, mesmo assim, quero

crer, obterei de muitas consciências um voto de apoio, um pensamento de compreensão.

Meditemos. Não permitamos que estes breves comentários se afastem dos rígidos princípios disciplinares aos quais estamos afeitos, mas deixemos que, à luz do Direito Consuetudinário, o pensamento se manifeste livre e livre seja a pena do militar para escrever este modesto trabalho.

Sabemos ser o homem, embora regido pelo Onipotente, senhor do livre arbítrio, isto é, inteiramente capaz de dizer sim ou não por sua espontânea vontade; sabemos também da existência, por vezes disfarçada e até dominada, da ambição, da vingança, do interesse, do amor e do ódio, fatores imponderáveis que influem decisivamente na personalidade e nos atos do indivíduo. Assim, admitindo tal fato por si mesmo incontestável, levamos, a intuição, compulsoriamente à conclusão da falibilidade inata do homem e, portanto, a do oficial.

As missões atribuídas ao oficial, acompanha o dever de punir o subordinado quando necessário fôr, e, para isto o RDE especifica e define as transgressões, dita normas e aponta, na medida do possível, como deverá ser aplicada a punição. Em seu capítulo III trata ainda de assunto indispensável e fundamental: Causas e circunstâncias que influem no Julgamento. Compre-

endemos a imperiosa necessidade de Julgar. O ato de julgar traz, implícitos, os conceitos de acusação e defesa mas, paradoxalmente, o art. 74, preceitua: "A parte deve ser a expressão da verdade, podendo a autoridade a quem fôr dirigida, ouvir, sempre que necessário, o acusado." Ora, não olvidando a já admitida existência do fator prevenção, passemos a exemplificar com um caso concreto: Suponhamos que quatro soldados durante o jantar tenham atirado, uns sobre os outros, alguns pedaços de pão. É a primeira vez que assim procedem e o fato não teve maiores consequências, mas houve transgressão, logo urge sejam punidos. Vejamos o enquadramento que, face a justiça, tudo indica seja correto: ... portarem-se de maneira inconveniente no Rancho, n. 101 do art. 13 com a atenuante n. 1 do § 2º do art. 16 sem agravante, tudo do R-4, transgressão leve, ficam detidos por dois dias... Suponhamos agora, mesmo em remota hipótese, que tais soldados houvessem recusado nossa proposta de classificá-los como ordenanças e caracterizemos desse modo a prevenção. Eis, face ao novo fator, um enquadramento possível embora injusto: ... portarem-se de maneira altamente inconveniente, sem compostura, faltando aos preceitos de boa educação quando, no Rancho, lançaram alimentos sobre seus colegas contrariando, por negligência, ordens em vigor, ns. 18 e 101 do art. 13 com a atenuante n. 1 do § 2º e agravantes ns. 4 e 9 do § 3º do art. 16, tudo do R-4, transgressão grave, ficam presos por 15 dias...

Outros exemplos poderiam ser citados, basta porém, que nos lembremos quantas vezes, como o autor destas linhas, ao presenciarmos uma falta disciplinar julgamos justa uma pena e, no dia imediato, ao rememorarmos calmamente o fato, a mesma nos parece por demais severa.

Tais considerações me autorizam, salvo melhor juízo, a apresentar como sugestão :

a) Modifique-se a redação do art. 74, para : ... devendo a autoridade a quem for dirigida ouvir o acusado.

b) Ninguém use o direito de punir sem meditar durante um tempo razoável.

c) Ninguém use o direito de punir enquanto não estiver perfeitamente calmo, pois só assim poderá julgar.

Por outro lado atentemos à doutrina do art. 78: "Todo o militar poderá queixar-se ou representar contra qualquer ato infringente das leis ou regulamentos...", não nos parece que para melhor se coadunar com o art. 7º, "... o fato deve ser levado ao conhecimento da autoridade competente...", ficaria melhor: "... o militar deverá queixar-se ou...".

Justa é a sanção prevista no n. 12 do art. 13 para quem apresentar, sem fundamento, queixa ou representação, mas não seria também justa outra sanção para quem, nas mesmas condições, apresentasse parte?

Apesar de tudo, não fôsse a premissa maior, falibilidade do ho-

mem, no caso em tela, os recursos definidos no art 77 (queixa ou representação) equilibrariam perfeitamente o binômio Justiça e Disciplina de nossas Forças Armadas, mas, na prática, eis o que acontece a quem deles se utiliza:

— É prejudicado face ao prestígio do querelado, pois este é sempre um superior e, geralmente, um chefe.

— É prejudicado porque, enquanto o n. 8 do art. 80 impede o relato de qualquer assunto estranho ao fato que originou a queixa ou representação — e, por vezes, somente dele resultou a injustiça — nada restringe a respeito da imprescindível informação da qual resultará, realmente, o julgamento.

Pelo exposto, visando sempre e cada vez mais dignificar a disciplina consciente desta organização exemplar que responde pela integridade do Brasil, consigno ainda as seguintes sugestões :

a) A autoridade que receber queixa ou representação nomeará uma comissão de três oficiais para apurar minuciosamente o fato;

b) A informação dada pelo querelado deverá trazer o "Cliente" do queixoso;

c) O conceito emitido pelo número 6 do art. 80 será extensivo à informação a ser dada à queixa ou representação.

Se com as ponderações acima, consegui de alguma forma ser útil ao Glorioso Exército Nacional, eis-me fartamente recompensado.

AVISO AOS ASSINANTES

Para renovar sua assinatura, não espere deixar de receber "A DEFESA NACIONAL".

Procure o nosso representante na Unidade em que serve ou queira dirigir-se diretamente à Gerência.

Caixa Postal n. 17-Agência do Ministério da Guerra — Rio de Janeiro.



PARA ONDE VAI A AMÉRICA LATINA !

JULIO OROZA DAZA

Extraído, data vênica, do Digesto Econômico, de fevereiro de 1954.

Hispano-América.

Uma incógnita...

Uma esperança...

Uma constante interrogação...

Vinte nações cobertas de preciosos dons generosamente dados por Deus !

Vinte países em situações magníficas para suprir-se a si mesmos, sem implorar e nem esperar o auxílio de alguém.

Que é Hispano-América e quanto pesa em consonância com os demais países deste planeta ?

Confusa e desanimadora seria a resposta que dariam os cidadãos da América Latina.

Vinte nações com povos e raças homogêneas, com idênticos sistemas governamentais, com instituições semelhantes, iguais inclinações, costumes, língua e com um só sentimento de fé religiosa ; possuidoras de riquezas imensas e fabulosas que — em tempos idos — assombraram o mundo ; sem embargo, sua influência e progresso

estão sendo relegados a um plano inferior e sua intervenção nos grandes problemas que agitam a humanidade de hoje é quase nula.

Suas ações se dissolvem e portanto não pesam e nem são levadas em conta.

Sem força moral, nem influência, a América Latina interpreta quase sempre o triste papel do "convidado de pedra" ou do "sacristão do Amém", quando no mundo entre as grandes potências joga-se o destino de toda a humanidade.

Há os que creem ser a América Latina a reserva do mundo, e particularmente da Europa.

Outros a consideram como u'a boa mãe que, com os seus volumosos seios, alimenta economicamente os Estados Unidos.

Não faltam aqueles que atribuem à grande Nação do Norte os males, sofrimentos, misérias e angústias em que se debatem os povos mendigos em territórios prodigiosamente ricos .

Estas e outras afirmações são proferidas por quantos visam a obter vantagens de interesse pessoal, sem levar em conta aquele velho e conhecido brocardo, do qual emana uma dura realidade: "Os povos e as nações possuem a sorte que merecem".

Que fez a América Latina para cultivar um futuro melhor?

Infelizmente, trabalhou dentro do estreito círculo das suas fronteiras nacionais. Cada nação pretende ser um todo, sem chegar a ser nada.

Os seus libertadores, mesmo, tiveram o pressentimento de que a formação de muitas nações seria o despertar de inúmeros e desconhecidos interesses, ambições e supremacias, circunstâncias que seria prejudicial a todas em comum e ao destino de cada uma em particular. A América Latina está em atraso diante do progresso do mundo civilizado. Sua economia é limitada e a quase totalidade das nações vive em constante falência econômica.

Os governos anteriores e os atuais passavam e passam parte do tempo em estereis lutas internas. A política deixou de ser a ciência do governo para tornar-se um mercado de apetites e ambições, o que tem sido a causa de grandes e pequenas acusações entre as nações que, unissonamente, se declaram irmãs, mas que se tratam e se conduzem como inimigas.

A politicagem desvirtuou os interesses das vinte nações, enlaçando os sentimentos da quase totalidade de seus dirigentes.

A América Latina parece que caminha deliberadamente para a sua própria destruição.

Os governos, longe de encarar e resolver os problemas vitais, se constituem em verdugos de seus concidadãos.

Os povos vivem desesperados e sem garantias, à mercê de governos e homens que se revesam no poder, sem doutrinas firmes e estáveis.

Inexplicável paradoxo. Nações com riquezas potenciais estupendas, com enormes territórios semipovoa-

dos, e grande parte de seus habitantes vive na pobreza, submetidos quase sempre à fome e à miséria extremas.

São constantes as desavenças de fronteiras ou as infiltrações comerciais, a intenção de assimilar umas às outras, os exagerados sentimentos de soberania e liberdade.

As questões e incidências de política interna, que causam afastamentos e desinteligências, são motivos e razões para que elevem, não poucas vezes, ao poder, os menos aptos ou os mais audazes.

Isto tudo conspira contra o grande destino das vinte nações latino-americanas.

Hoje, como nunca, está tomando corpo a corrente de união dos países da América Latina, fundamentada numa política de destino comum, justificando plenamente os anseios de James G. Blaine, Alejandro Hamilton, General Henry Knox e Francisco de Miranda nos seus ideais de pan-americanismo.

De outra parte, o sonho dos libertadores Simon Bolívar, José de San Martín e O'Higgins, para chegar a concretizar a "Federação das Nações Hispânicas".

O pan-americanismo não nos deu, até o momento, o fruto que era de se esperar. Em 122 anos, realizaram-se nove conferências que deram origem a inúmeras reuniões, cartas, consultas, promulgações e convenções isoladas; porém, na realidade, não se combinou mais que um só tratado internacional com poderes obrigacionais para as vinte e uma nações, simplesmente porque esse foi o único tratado aprovado pelos países integrantes do hemisfério americano. O acontecimento, na realidade, é desconcertante. O hispano-americanismo, tampouco, conseguiu caminhar de maneira efetiva, porque esbarrou com o privilégio dos que pretendiam instituir algumas nações como dirigentes, e logicamente, as restantes se recusaram a assumir o papel de dirigidas.

Os tempos são outros. O mundo natural e geo-político está se organizando em grandes áreas. Hoje, pensa-se na formação dos Es-

tados Unidos da Europa, de nações euro-asiáticas ou asiático-européias. A Ásia aspira à sua independência de forma única e absoluta, existindo já a União Pan-Asiática.

Estados Unidos de nações concorrentes e opostas puderam chegar à união e alcançar o indiscutível título de primeira potência mundial; entretanto, as nações latino-americanas, o que são? Para onde e como dirigem seus passos neste afã de organizar grandes agrupamentos de nações?

Após o Congresso de Panamá de 1826, convocado pelo Libertador Simon Bolivar, o primeiro movimento para encontra, no terreno dos fatos, a união da América Latina, foi dado pela Argentina e pelo Chile em fevereiro de 1953, por ocasião da visita do presidente argentino ao primeiro mandatário chileno; ainda que em começo, falou-se que "não era suficiente a união econômica, mas sim a união total das nações de San Martin e O'Higgins, união por eles vaticinada em 1817". Talvez o procedimento significasse a formação de um eixo central, circunstância que ofuscou a amplitude que poderia ter tão grande e útil iniciativa. Contudo, significa o passo inicial para um completo acordo entre todas as nações de Hispano-América.

De imediato, o Brasil não quis permanecer em posição inferior, estendendo um convite ao presidente peruano e nas conferências realizadas pelos chefes das duas nações se estabeleceu a união econômica entre ambos os países, sem desprezar a possibilidade de atrair para este entendimento as restantes nações latino-americanas.

Um segundo movimento foi feito, mais prudente e cauteloso, que porém não deu os resultados que eram de se esperar porque, tanto na Conferência dos presidentes da Argentina e Chile como na do Brasil e Peru, falou-se de "união econômica", abordando aspectos de menor importância, sem estabelecer um plano profundo para alcançar a realidade dessa união.

Por último, na República da Colômbia e em Santa Marta, em 18

de dezembro de 1953, por ocasião do aniversário do Libertador Simon Bolivar, grande líder da união hispano-americana que, com San Martin, deu a liberdade e a independência às pródigas terras sul-americanas; Bolivar, que consagrou até o último dia de sua vida o ideal de organizar uma só Confederação, recebeu a maior e mais eloquente homenagem no transcorrer da reunião que se celebrou com os presidentes da Colômbia e Equador e o representante do governo argentino: Tenente-General Gustavo Rojas Pinilla, José Maria Velasco Ibarra e o chanceler argentino Jeronimo Remorino, respectivamente.

O único e principal tema dos discursos apresentados foi a "União do Hemisfério". Tão importante reunião pesará na história da América Latina, mais ainda quando saibamos que se falou justamente em "união" na Quinta de San Pedro Alejandrino, lugar onde morreu o Libertador e no mesmo salão aonde expirou.

Foram também convidados os presidentes das Repúblicas do Panamá e Venezuela, porém deixaram de comparecer. O Panamá, pela sua posição central, pretendeu Bolivar transformá-lo na capital das nações da Confederação Hispânica e a Venezuela, que foi a pátria do Libertador.

É de um sabor amargo e decepcionante o discurso do grande militar e governante, Tenente-General Gustavo Rojas Pinilla, quando assim assim se expressou: "que deveriam terminar as suscetibilidades e interpretações equivocadas..."

Os grandes ideais e as não menos grandes empresas tropeçam quase sempre nas incompreensões, suscetibilidades e muitas vezes pequenos interesses, isto não deve nos desanimar, porque os propósitos nobres se impõem pela força das circunstâncias. É chegado o momento em que esses pequenos interesses têm que abrir alas aos maiores, para o bem, a paz, felicidade, trabalho e grandeza de todas as nossas nações.

Qual o procedimento e o meio para limar as asperezas, unir as vontades, chegar suave e pacificamente a um entendimento para assim tornar efetiva esta aliança das nações hispânicas?

É uma tarefa ampla, complexa e delicada, cujo perfil se tentou apresentar num livro que tão logo se dará à publicidade e que se intitula: "TERCEIRA FRENTE ENTRE O COMUNISMO E O CAPITALISMO".

A minha pátria, Bolívia, que traz com orgulho o sobrenome de seu

Libertador; Sucre, minha terra natal, como também a do honesto marechal de Ayacucho, foram a causa e o motivo para que me dedicasse — desde os anos de minha mocidade — a profundas meditações sobre o frustado propósito do Libertador Bolívar de concretizar a "confederação".

Ainda que meu país atravesse uma hora difícil em sua infeliz vida interna e internacional, não está e nem estará afastado de um entendimento entre seus irmãos de Hispano-América.

VENDA DE LIVROS

Monumentos Nacionais — autor "Cel. J. B. Mattos":

	Cr\$
Santa Catarina.....	60,00
Piauí.....	40,00
Guaporé.....	30,00
Estado do Rio de Janeiro.....	80,00
Espírito Santo.....	40,00
Lei do Serviço Militar Atualizada.....	30,00
Lei Movimento e Quadros.....	20,00
Estatuto dos Militares.....	20,00
Brasilêi "Lucas da Silveira".....	45,00



ONDE FICARIA O CÉLEBRE PUERTO DE LOS REYES, NO RIO PARAGUAI!

Pelo General SILVEIRA DE MELLO

O primeiro expedicionário que, sabidamente, navegou o rio Paraguai acima do pórtio de Candelária foi Domingos Martínez de Irala, quando, a mando de Alvar Nuñez, partiu de Assunção, em outubro de 1542, para reconhecer um sítio, de onde se tornasse mais fácil iniciar marcha para o Ocidente, em busca do Peru. A 6 de janeiro de 1543, Irala descobriu um ancoradouro que lhe pareceu corresponder aos desejos de adelantado. Chamou-o *Puerto de los Reyes*, nome que, no calendário, correspondia à festa da Epifania ou dos Reis Magos.

Onde estaria esse pórtio? É em "Comentários" (6) que vamos buscar elementos para localizá-lo. Alvar Nuñez deixou registrada a latitude do pórtio de Candelária, mas deste novo pórtio, que ele atingiu a 9 ou 10 de outubro de 1543, não anotou a altura tomada pelos pi-

lotos. Por falta dessa coordenada, temos que recorrer a outros dados fornecidos pelo cronista da expedição. Embora imprecisos, estes elementos, como veremos, são de tal modo corroborados pelos acidentes e aspectos do rio, que se torna possível situar o histórico pórtio com precisão satisfatória.

Se o Pórtio dos Reis e o de Candelária houvessem conservado em uso seus nomes, ou deixassem vestígios inequívocos, não teríamos mais que transportá-los para o mapa. Mas assim não aconteceu. Os topônimos desse tempo, no geral, perderam-se no olvido e os sinais que os deveriam distinguir raramente puderam ser identificados. Depois da morte de Nuñez, último expedicionário que se interessou pelo célebre pórtio, não se fez mais menção dele, porque aquela região deixou de ser objeto de cogitação

(6) *Comentários*, crônicas da expedição de Cabeza de Vaca ao Paraguai.

Consulte-se a versão portuguesa em Rev. do I.H., tomo 56, ou o texto original em *Coleccion da Lib. y Doc., referentes à la Hist. de América*, tomo I.

dos castelhanos do Paraguai e de Chiquitos.

Pelo fim do Seiscentos, os jesuítas de Chiquitos tentaram fazer do rio Paraguai sua linha de comunicações com Assunção e o Prata. Passavam da via terrestre, em Chiquitos, para a fluvial, e vice-versa, num pórtio da laguna que eles chamavam *Manioré* (sic). Também nessa época os paulistas, em suas incursões pelas missões de S. Rafael, faziam pórtio e estadia de canoas em mais de uma laguna daquela região.

Pela descrição de "Comentários", cap. 34, verifica-se que Alvar Nunes, a 25 de agosto, chegou a três braços de um rio, ao principal dos quais os índios chamavam rio Negro; os outros dois reuniam-se mais ao norte. Na parte oeste havia grandes lagoas e correntes de água que dificultavam o reconhecimento dos itinerários.

Quem não vê nesse trecho do rio a lagoa Mandioré, com seu canal de entrada, que Alvar Nunes tomou por um rio, e que deu o nome de Agatu?

Três dias depois, rio acima, entraram por dois canais que vinham de uma lagoa. A 8 de novembro bateram em pedras e nesse dia ou no seguinte desembarcaram, finalmente no Pórtio dos Reis, onde havia várias aldeias de índios. O adelantado teve notícias que a cinco dias dali se achava o território dos Xaraies. A descrição de "Comentários" é longa e imprecisa. Dá impressão que haviam navegado por muitas lagoas e canais. Nessa época do ano realmente as chuvas são abundantes no Paraguai superior e no Jauru, e já deveriam ter inundado esse trecho do Pantanal, de sorte que as enseadas e baías do rio davam a idéia de lagunas.

Os "Comentários" não registram a latitude do Pórtio dos Reis. Pelos dias transcorridos acima da boca do Rio Negro, de 25 de outubro a 8 de novembro, conclui-se que teriam ultrapassado a lagoa Mandioré. Navegaram, a seguir, por canais de lagoas ou de baías, de que é fértil esse trecho do rio, e, somente depois, entraram numa la-

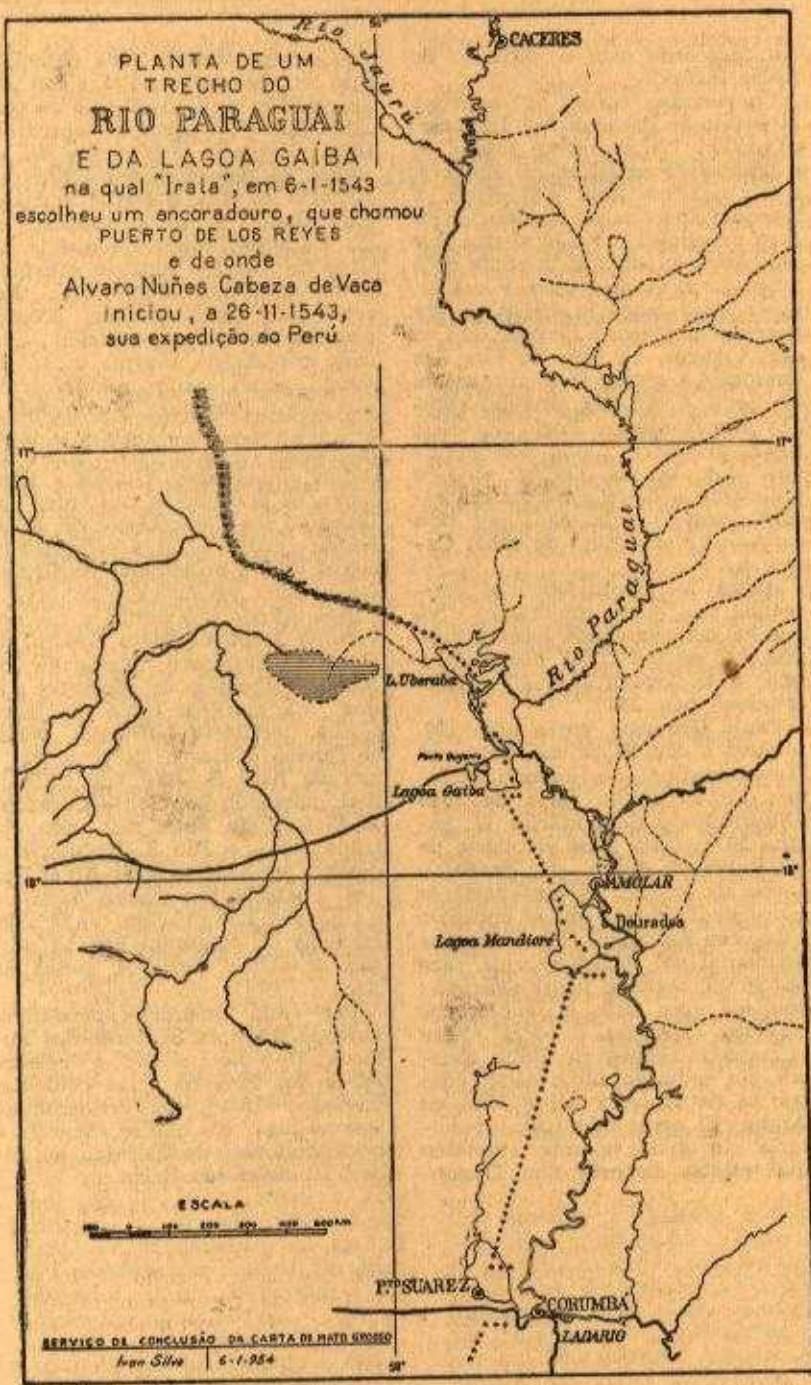
goa, a oeste, onde tomaram pé. Era o Pórtio dos Reis. O lugar era seco e encontraram ali quatro aldeias de índios agricultores. Essa lagoa seria a Gaíba ou a Uberaba? Vejamos como decidir. Três circunstâncias militam contra Uberaba e a favor de Gaíba. Uberaba fica mais afastada do rio; seus contornos são baixos e úmidos, ao passo que Gaíba está mais próxima. A saída desta para o ocidente é de "terra firme" e povoada, enquanto a parte oeste da Uberaba, formada de baixos, é desabitável. Ainda mais: a lagoa onde fez pórtio a expedição ficava a cinco dias ao sul do território dos Xaraies. Ora, Uberaba está em pleno Xaraies, enquanto Gaíba fica ao sul. Bastam, pois, estas razões para se concluir por Gaíba e não por Uberaba, como sede do Pórtio dos Reis.

Não obstante estas primeiras razões decidirem pró Gaíba, precisamos valer-nos de outros elementos concordantes para poder afirmar que a posição exata do Pórtio dos Reis estaria à margem ocidental da referida lagoa, em território hoje boliviano.

Schmidel acompanhou o adelantado naquela expedição, mas nada esclarece da posição do Pórtio dos Reis. Guzman, que teria sido informado pelo pai, o Capitão Riquelme, oficial de Alvar Nunes, diz em "La Argentina", Liv. II, cap. II, que Irala subiu o rio 250 léguas e deixando mais de 100 para trás a lagoa de Ayolas, chegou aos índios *orejones*, cujo pórtio chamou de *los Reyes*. Como os castelhanos usavam comumente a légua de 20 ao grau, isto é de 5.555 m, o Pórtio dos Reis estaria no quilômetro 1.388, a contar de Assunção, ou no $1.388 + 390 = 1.790$, relativo ao zero da contagem, na foz do Paraguai. Esta avaliação impirica de Guzman está muito perto da realidade, pois a Lagoa Gaíba acha-se no quilômetro 1.803, apenas 25 km a mais daquela apreciação. Se a légua fôsse de 17 ao grau (6.600), adotada pelos portugueses, neste caso, dar-se-ia o disparate de situar o Pórtio dos Reis em pleno Xaraies, região de inundações, o que está

PLANTA DE UM
TRECHO DO
RIO PARAGUAI

E DA LAGOA GAÍBA
na qual "Irala", em 6-I-1543
escolheu um ancoradouro, que chamou
PUERTO DE LOS REYES
e de onde
Alvaro Nuñez Cabeza de Vaca
iniciou, a 26-11-1543,
sua expedição ao Perú



em desacôrdo com a narração de Alvar Nuñez.

Charlevoix, assim se exprime (História do Paraguai, ed. francesa, pág. 83): "Ni ce même auteur (o p. Patricio Fernandez) ni Herrera, n'ont pas eu plus d'attention à marquer exactement la situation du Port des Rois; & ce n'est que par induction, en suivant la route qu'a tenue Dom Alvare pour y entrer, qu'on peut, sans craindre de s'y tromper, le placer à l'entrée du Lac des Xarayez, en face de l'île des Orejones, & sur la rive occidentale du Lac..." Al está uma informação importante: o Porto dos Reis ficava fronteiro à ilha dos Orejones. A laguna Gaiba acha-se realmente a oeste e na mesma altura dessa ilha, formada por dois cotovels e um braço do canal Caracará.

Azara diz lacônicamente, consoante seu modo imperativo, "yo por los conocimientos locales, creo que esté en los 17°57' de latitud, y que es la laguna Ibaibá" ("Description" pág. 284).

Paulo Groussac, em a nota 103, relativa à pág. 95 de sua edição de "La Argentina" de Guzman, escreve: En su citada carta de 1545 (*Naufrágios y Comentaríos*, II, página 391), Irala situa el puerto de los Reyes en diez y seis grados y medio de latitud. A ser exacta la coordenada, parece que se aplicaria a la boca del Jaurú, gran afluente occidental del Paraguay, que yace por 16°25' según el padre Quiroga; coincide com este el explorador moderno Leverger, o 16°32' según el mapa de Homem de Mello. Existen, sin embargo, otros dados contrários de Irala, y sobre todo de Azara. El error (de Irala) resultaria sin duda enorme (también qué pilotos llevaria don Domin-

go?), pero levanta otra objeción más seria y que ya no reza con una apreciación de latitud, sino de realidad física difícilmente controvertible. Respecto del puerto de los Reyes, el dato más constante que subsiste, es el de hallarse "un poco más abajo" o sea al sudoeste de los Xarayez: condición que la latitud de Azara o Aguirre satisface, y no por cierto la de Irala. Parece, pues, que se deba aceptar provisionalmente la posición indicada por Azara, aunque dicha laguna apenas tenga comunicación con el río Paraguay, y conveniera más la boca del Jaurú con otros incidentes de la entrada. Sobre los indios comarcanos, Guatós y Orejones, se encuentran bastantes detalles en los *Comentaríos* de Alvar Nuñez (capítulo III y siguientes), cuyos rasgos principales confirman las noticias de Azara y Aguirre".

Nos mapas bolivianos é no novíssimo Mapa de Mato Grosso, do General Francisco Jaguaribe de Matos, colhem-se os seguintes dados: na margem oeste da lagoa Gaiba, território boliviano, acha-se Puerto Quijarro, de onde sai a estrada para S. José (de Chiquitos), passando por Santo Corazon. A 45 km, em linha reta, esta estrada cruza o Rio S. Miguel, que deveria ser o Caliente de Alvar Nuñez. Partindo das lagoas Mandioré e Uberaba, não existem, ainda hoje, estradas ou caminhos que se possam transitar todos os meses do ano.

Por tudo quanto expendemos, baseado na opinião geral dos autores, podemos situar o célebre Porto dos Reis na costa ocidental da lagoa Gaiba, possivelmente no mesmo lugar em que se encontra o porto boliviano de Quijarro, em face à fronteira brasileira.

GEOGRAFIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

A REGIÃO DO ALTO URUGUAI

Pelo Ten.-Cel. AMYR BORGES FORTES

Muito temos andado pelo Rio Grande do Sul, em oportunidades várias, anotando, para futuros estudos mais detalhados, os aspectos que mais nos impressionam na diversificada paisagem sulina. Modificando-se de maneira sensível, segundo as regiões apreciadas, os rincões rio-grandenses revestem aspectos característicos de notória influência na geografia humana regional.

A região do Alto Uruguai foi uma das que mais impressionou, por sua majestosa beleza, notável valor econômico de seu soberbo potencial natural e, ainda, pelo interessantíssimo trabalho social que aí se vem processando naturalmente.

Ainda outro aspecto nos atraiu a atenção — o grande isolamento a que está relegada região tão rica e que deveria ter mais acentuado papel na economia rio-grandense.

Localizada no longínquo Noroeste do Estado, destituída de meios de comunicações adequados é, mesmo assim, uma região que ocupará, imperativamente, o lugar que lhe cabe no conjunto econômico do Estado.

Região de vastas matas pôde, por isso mesmo, resguardar a fertilidade de seu solo contra a ação oriunda do aproveitamento desordenado e desorientado da agricultura primária que domina, em grande parte e larga proporção, a utilização do solo nacional.

Embora submetida ultimamente, a uma desmatção intensa e feroz, ainda constitui a região em aprêço,

uma zona de grandes, imensas possibilidades, sobretudo se os poderes públicos conduzirem, de maneira adequada, seu aproveitamento, prestando assistência elucidativa ao elemento humano que aí se radica e busca, na exploração da terra, o sustento de cada dia.

Se assim proceder, poderá o Rio Grande contar com uma notável reserva econômica, num solo por assim dizer ainda virgem e que, por isso mesmo, oferece inapreciável exuberância.

I — LIMITES GERAIS

A região que vamos estudar apresenta, como limites gerais, ao Norte, a grande calha do rio Uruguai, curso d'água majestoso, ainda que não oferecendo condições de navegabilidade apreciáveis. Pelo Leste a região fica limitada pela linha Passos dos Índios, Nonoai, Fortaleza, Palmeira das Missões. Ao Sul limita-a a linha geral Fortaleza, Tenente Portela, Três Passos, Santa Terezinha. Pelo Oeste alcança o rio Buricá, afluente do Uruguai.

II — ASPECTOS FISIográficos

A) OROGRAFIA REGIONAL

É bastante acidentada a região que estamos apreciando. Sem atingir grandes altitudes, suas terras são frequentes, desdobrando-se ininterruptamente, em altura uniforme que, "grosso-modo", poderemos avaliar em 500 metros. A localidade situada em maior altitude é Te-

nente Portela, que registra 500 metros. É aí que se localiza uma das raras matas de pinheiros da região, possivelmente por ter essa araucária encontrado, aí, ambiente favorável ao seu desenvolvimento.

A orientação geral das serras é — Sueste-Noroeste, sendo interrompido, segundo a direção Leste-Oeste, pelo grande vale do Uruguai, curso d'água cujo valor apreciaremos dentro em pouco.

As vertentes são muito acentuadas e mesmo íngremes, tornando o tráfego penoso, com estradas acidentadas e pedregosas, convergindo, segundo os divisores dos afluentes do Uruguai, para os "portos" desse rio.

Em largo e profundo vale corre, calma e majestosamente, o grande caudal, num largo leito pedregoso, compartimentado, de espaço a espaço, pelas corredeiras. Esse vale é limitado, ao norte, no Estado de Santa Catarina, pelas serras do Capanema, Fartura, Morro das Pederneiras, Morro de São Joaquim e Serra da Taquara Verde.

No território do Rio Grande do Sul, o limite meridional do vale do Uruguai é constituído pela serra do Alto Uruguai, largo e extenso divisor cuja linha de crista corre ao Sul de Palmeira das Missões para dirigir-se, em suaves sinuosidades, pelo Norte de Ramada, rumo a Santa Rosa, passando por Giruá.

Da serra do Alto Uruguai saem, para o Norte, diversos contrafortes cujo aspecto geral se assemelha de um para outro, recobertos por densas matas, derramando-se pelas vertentes, concentrando-se no fundo dos vales, nas grotas, grimando de um e outro lado dos divisores, rareando nos topos em vista da desmatção que se processa nas proximidades dos eixos de penetração e de condução ao Uruguai.

a) Para Nonai, com o nome de serra de Nonoai, sai o primeiro contraforte de Leste, atuando como divisor d'água entre os rios Passo Fundo e Várzea, bem como entre os respectivos afluentes. Dêsse contraforte, na altura de Tóldo dos Índios de Nonai, destaca-se a serra da Farinha, fortemente acidentada

e pedregosa, permitindo um tráfego precário e perigoso, e dividindo as águas do rio do Mel, primeiro, e depois do arroio da Farinha, das do baixo curso do rio da Várzea.

Belíssimo espigão, por cujas terras já se espalham os colonos, particularmente os de origem italiana. As terras são generosas e fartas, compensando largamente o trabalho do homem, com a produção de fumo e trigo. Extensos mandiocaes cobrem grandes áreas.

b) Para Porto Guarita destaca-se a serra da Guarita que, inicialmente, divide as águas formadoras do alto curso do Várzea e as do rio Guarita e, depois, as do baixo Guarita e as caudalosas águas do rio Pardo.

A serra da Guarita, fortemente revestida de densa vegetação, avança até as barrancas do Uruguai, sobre o qual se debruça em forte declive. Pelo seu divisor corre uma estrada razoável, muito acidentada, porém.

c) Do Sul de Palmeira das Missões destaca-se o espigão chamado Serra do Alto Uruguai, nome igual ao da crista do Sul. Esse contraforte divide as águas do rio Guarita, que lhe ficam a Leste, das do Turvo, a Oeste. Pequenos espigões finais, confundidos com frequência, formam os vales onde correm os arroios Calixto, Pari e Parisinho.

d) Finalmente, por Oeste do rio Turvo, parte o grande contraforte denominado serra de Nhocorá, separando as águas dos afluentes da margem esquerda do Turvo e as da margem direita do rio Nhocorá primeiro e, depois, as do Buricá.

Assim, como os dedos de u'a mão, destacam-se as serras da região. Nesse conjunto, Palmeira constitui um nó orográfico de primeira ordem, enquanto que, secundariamente, temos os nós de Tenente Portela e Nonoai.

Serras que se agitam fortemente, em acentuados divisores, debruçam-se, quase repentinamente, sobre a grande calha do Uruguai, criando, logo à saída do rio, fortes rampas a vencer.

Cobertas de densas matas de madeira de lei, enredadas em forte cipóal, revestem-se de extraordinária e luxuriante beleza. A exuberância do solo, resguardada pela mata, imprime rápido desenvolvimento à produção agrícola que se vem processando e cujas lavouras já vão, em muitos trechos, substituindo a mata nas encostas das elevações.

Apesar dos abalos violentos sofridos pelo solo da região, em épocas de sua formação, é possível constatar-se a correspondência entre as cristas das serras rio-grandenses e as de Santa Catarina, como por exemplo o divisor de águas dos rios Peperi-Guassu e Macaco Branco ou Apeteraí, que correspondem ao da serra do Alto Uruguai; a serra do Macaco Branco, cuja crista é continuada, em território sul-riograndese, pela da serra da Guarita, do mesmo modo que o divisor da serra do Pinhal tem o seu correspondente, ao Sul, na serra da Farinha.

B) HIDROGRAFIA

Região tão acidentada conforme acabamos de apreciar, acarreta, como consequência, um grande número de rios e arroios, cujas nascentes são fartamente alimentadas em virtude, mesmo da existência das densas matas.

Os rios são extensos, de pequena profundidade, constituindo os cursos d'água típicos de regiões elevadas e com vertentes acentuadas.

Iniciaremos sua apreciação pelo grande rio Uruguai, considerando-o no trecho fixado pela região em estudo.

a) O rio Uruguai, desde Pôrto Goio-en, ponto mais a Leste, até receber as águas do Buricá, ponto mais a Oeste, apresenta uma largura média de 600 metros. Pouco abaixo da foz do Peperi-Guassu, estreita-se extraordinariamente para formar o Salto Grande ou Mucunan, por onde, numa extensão de uns sete quilômetros, com uma largura máxima de uns 30 metros, a grande caudal se escachôa tumultuosamente para, a seguir, tor-

nar a alargar-se para os quinhentos ou seiscentos metros serenando e voltando ao ritmo preguiçoso de seu curso.

Na extensão considerada, as margens apresentam-se como altas barrancas lamacentas, que se erguem sobre o rio, cobertas de pesada vegetação, de matas de grande porte enredadas de cipós, em impenetrável emaranhado. O acesso só é possível nos chamados "portos", que são os pontos entre os quais navegam as balsas, de margem a margem, e constituindo locais de atracação preparado com adoçamento das margens e permitindo a ligação com as estradas.

Ao longo das margens, tanto ao Norte como ao Sul, localizam-se colonos, com suas pequenas casas de madeira, dominando o rio, e as roças de fumo, milho, mandioca e trigo, grimpam pelas barrancas. Falaremos, adiante, com maiores detalhes, dos moradores da região.

Mesmo fora da época das secas, o rio não se presta à navegação de embarcações de porte médio, pois é de pouca profundidade. Nas secas, tal dificuldade se agrava, pois o rio apresenta seu leito como que dividido em degraus. Realmente, após um trecho de extensão variável chamado "poço", onde há certa profundidade capaz de permitir a navegação de embarcações de porte pequeno, surge a "corredeira", verdadeiro degrau de pedra que, nas secas, aflora à superfície, quase permitindo a travessia do rio a pé enxuto. Esse degrau interrompe a navegação mesmo de pequenas embarcações, obrigando os moradores locais a um deslocamento por vezes extenso, transportando dificultosamente o barco que, por isso mesmo, tem de ser de proporções reduzidas. Os poços alcançam, às vezes, extensões apreciáveis, mas, de modo geral, não ultrapassam de um quilômetro e nêles a profundidade é da ordem de quatro a cinco metros, atingindo, excepcionalmente, profundidade além de dez metros, como no Salto Grande.

Na época das secas essa profundidade alcança valores inexpressi-

vos. Trechos inteiros são vistos como verdadeiras pedreiras, pois, dado o baixo, desprestível nível, o fundo pedregoso do rio aflora em muitos trechos.

A travessia do rio, de lado a lado, feita em balsas, realiza-se, conforme dissemos, nos chamados portos. Entre estes contam-se:

— Porto Goio-en, próximo a No-noai, onde há uma grande balsa rebocada por lancha.

— Porto dos Passarinhos, que conduz do Norte para Irai, onde há, igualmente, uma boa balsa.

— Porto de Mondai, conduzindo às termas de Prado, no RGS, onde navegam duas grandes balsas.

— Porto Rode, conduzindo a Palmitos, pequena localidade rio-grandense.

— Porto Novo, no Sul de Santa Catarina, ligando a Porto Guarita, ligando ao solo gaúcho a pequena localidade catarinense. A estrada que parte desse porto, vai a Tenente Portela.

Na estação hiberna, o vale do rio, em vista da grande superfície líquida e da intensa evaporação, fica coberto, dissimulado por densa cerração. É impossível observar-se a corrente d'água. Tal cerração permanece longas horas do dia.

Constituindo-se no principal veículo transportador da madeira explorada na região, as margens do rio ficam juncadas de grossos troncos de madeira de lei, grupados em grandes balsas. Quando a seca surpeende essas balsas, é comum perder-se a madeira toda, pois as balsas ficam retidas nos poços, impossibilitadas de vencerem o obstáculo das corredeiras. Pela prolongada permanência n'água, deteriora-se a madeira.

b) Rio Turvo — É extremamente sinuoso, correndo por uma verdadeira galeria de mata, em profundo vale. Suas margens são altas, constituindo fortes barrancas e o curso do rio estende-se por uns sessenta e cinco quilômetros, desde sua foz no Uruguai, com uma largura média de setenta metros. A natureza de seu leito, pedregoso e acidentado pelas corredeiras, tal

como no grande rio do qual é tributário, não confere ao Turvo condições adequadas de navegabilidade senão para pequenas embarcações, canoas. Muito sujeito ao regime das secas, seu nível apresenta fortes variações, que lhe permitem descer dos quatro e cinco metros de nível normal, a menos de um metro, nas grandes vazões.

A mata de suas margens tem a predominância do timbó, particularmente no médio Turvo, leguminosa que, em grupo, apresenta copa ampla e fechada, deixando apenas coar-se o sol, sem prejuízo, porém, da vegetação rasteira, que é abundante. Aliás, o timbó é um dos arbustos predominantes no vale do Uruguai, dispersando-se em todas as direções.

Quanto ao pinheiro, como já dissemos, não é abundante nessa região. Essa araucária encontra seu limite Sul no rio Turvo e, para oeste desse rio, não mais encontramos esta árvore.

Segundo Padre Rambe (Fisionomia do Rio Grande do Sul), só entre o Turvo e o Guarita, rio que ocupará nossa atenção a seguir, encontrar-se o pinheiro, em simbiose com a mata virgem.

c) Rio Guarita — Também bastante sinuoso, apresenta as mesmas características do Turvo, correndo em calha que reveste o mesmo aspecto de galeria vegetal, e o mesmo tipo de vegetação marginal. As barrancas são igualmente altas e de difícil acesso. De sua foz até à estrada que conduz a Tenente Portela, onde há uma balsa para travessia do Guarita, o rio apresenta um curso de cerca de vinte e dois quilômetros, com uns setenta metros de largura, em época normal. Tal como o seu antecessor, não se presta à navegação. Mais ou menos a uns cinco quilômetros da foz, situa-se uma queda d'água de dois a três metros de altura; é o Saltinho ao qual se segue, sete quilômetros adiante, o Salto Grande, queda de uns cinco metros de altura.

O Guarita é o transportador, para o vasto leito do Uruguai, da

madeira cortada nas matas interiores adjacentes. Os grandes toros são lançados ao rio, formam-se as balsas que se deslocam para o grande rio. Da mesma maneira que no Uruguai, as sêcas prendem as balsas próximo às corredeiras.

d) Rio Pardo — De menor porte que os anteriores, sua largura média não ultrapassa os vinte metros. Estende-se por cerca de quarenta quilômetros, havendo sobre ele uma ponte. Barrancas altas, margens cobertas de densa vegetação, emprestam-lhe aspecto idêntico aos demais rios regionais.

e) Rio da Várzea — Com um curso de quarenta quilômetros e uma largura de uns quarenta metros, sua profundidade normal é de dois a três metros. Nas grandes cheias seu nível atinge seis a sete metros, tal o volume d'água que lhe vem das nascentes. Nas sêcas, nos pontos mais profundos, seu nível normal atinge um metro. Margens características da região.

Os demais rios, por seu pequeno porte, não merecem descrição especial. São de características semelhantes e muito abundantes.

C) VEGETAÇÃO

A mata virgem do Alto Uruguai é de grande majestade e beleza, cobrindo, cerradamente, a região toda, começando na altura de Ijuí, desenvolvendo-se para o Noroeste do Estado e lançando-se pelas margens e vertentes do grande caudal para o Norte e Nordeste, estendendo-se, a seguir, por Passo Fundo rumo a Vacaria, por Lagoa Vermelha. A vegetação sobre as elevações, desce pelas encostas, exuberante e densa, erguendo-se para os céus em altos troncos de grande elegância, defendidos por intrincada galharia de abundante folhagem que cria enormes e sombrias galerias. As árvores são, em sua maioria, de madeira de lei, com grandes copas em umbela — os ipês, as caneleiras, as cangaranas, as paineiras, os cedros, guatambús, louros, cabriuvás e grápias, todas essas variedades estão

fartamente representadas na mata do Alto Uruguai. Os pinheiros estão limitados a pequena região.

Ao longo das estradas há uma larga faixa desmatada, que atinge mais de trezentos metros de largura, para cada lado. Em muitos lugares, entretanto, a estrada corre dentro da própria mata, oferecendo aprazível sombra ao viajante.

Nas faixas de desmatamento vai surgindo a pequena lavoura colonial, com as plantações de milho, fumo, feijão, etc. O fumo apresenta-se como uma das mais extensas culturas, constituindo-se em fonte de riqueza regional. Com as suas largas folhas de um verde característico, cobre amplas áreas. A terra vermelha e úmida, pela intensa evaporação dos inúmeros cursos d'água, é de uma extraordinária fertilidade.

Começam as lavouras de trigo a estender-se pelas encostas das serras. Na época própria, as lours espigas, batidas pelos ventos fortes da serra, agitam-se, na alegre promessa de farta messe.

Devemos ainda aludir à ocorrência dos palmares. São extensos batiçais que se desenvolvem junto à mata virgem, baixos, com o tronco completamente refofagem de verde carregado e agressiva. Na época dos frutos carregam-se de pesados cachos de frutos cor de ouro.

D) POVOAMENTO E COLONIZAÇÃO

Foram os índios guaranis os habitantes primitivos do vale do Uruguai. A proporção que a colonização portuguesa avançava, vinda do litoral, os selvagens recuavam, refugiando-se nos contrafortes da Serra Geral, abrigo natural, cujas matas acolhedoras lhes proporcionavam todos os recursos para a vida.

Ainda hoje, alguns remanescentes existem, desses índios, agrupados em "toldos", como em Guarita, Nonoi e Nhacorá. Nesses toldos eles ficam sob o controle do Serviço de Proteção aos Índios, cultivando pequenas lavouras, habi-

tando casas de madeira, bebendo cauí — bebida feita do milho ou da mandioca fermentada. Ai eles se mantêm em grupos, com seu chefe, ao qual chamam "coronel". Aos visitantes, a quem olham como intrusos, ficou-lhes o vazo, que se propagou de geração em geração, de chamar — portugueses. Para eles somos sempre os portugueses, os adventícios, os conquistadores.

Os afluentes do Uruguai forneceram aos espanhóis as vias naturais de penetração, propiciando a instalação das missões pelos jesuítas. Se estes não alcançaram a região que é objeto do nosso estudo, foi devido ao fato, assinado pelo Padre Rambo, de não terem encontrado boas condições de navegabilidade no rio Uruguai, bem como o obstáculo da mata virgem, agressiva e impenetrável. Por tudo isso, acrescentando-se a presença dos primeiros colonizadores no planalto catarinense, não alcançaram os missionários a parte norte do atual território rio-grandense, não podendo, assim, estender até aí suas atividades.

A invasão dos bandeirantes, deles destacando-se Antônio Raposo Tavares, o inquieto e audacioso paulista que percorreu o Brasil inteiro fêz-se através da mata que separava o Rio Grande de São Pedro do resto do país. Arrazando, destruindo e incendiando, Tavares foi finalmente rechassado, abandonando o solo rio-grandense. Ainda que estivesse agindo contra espanhóis, na época os inimigos dos portugueses, Raposo Tavares destruiu a promissora obra que se realizava nas Missões.

Não alcançaram os colonizadores açorianos a região que estamos apreciando. Detiveram-se ao pé da Serra Geral, detidos pelos obstáculos da própria Serra, da mata virgem e pela presença dos indígenas, acucados e dispostos à luta.

Só pelos séculos XIX e XX é que a corrente imigratória, constituída particularmente por elementos de origem teuta, começou a avançar para o vale do Uruguai, conquistando os vales profundos

dos rios e as terras do Alto Uruguai.

Surge aí uma Colônia Militar, abandonada mais tarde, tendo sido realizados trabalhos de geodésia por engenheiros militares da Colônia.

Subdividindo as terras em colônias, começou o Estado a encaminhar para aí famílias estrangeiras. Começa então a surgir a pequena propriedade, onde se cultiva a terra e faz-se a pequena criação.

Hoje, a região é absolutamente colonial. O loteamento e repartição das terras generosas, está a cargo da Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, que mantém Inspetorias na região. O levantamento planimétrico da região está muito bem feito, existindo excelentes cartas. Também a destinação é controlada pelas Inspetorias, que limitam, até onde lhes é possível, a derrubada indiscriminada das matas.

Em sua maioria, o colono aí radicado é de origem alemã, vindo de municípios próximos — Venâncio Aires, Lajeado, Santa Cruz, etc. Raros elementos italianos são encontrados. Há uma soma apreciável de elementos de origem eslava, vindos de Santa Rosa e que vão, igualmente, estabelecendo-se ao longo dos vales.

Não há grandes densidades demográficas, pois as terras são extensas, afastando os núcleos coloniais. O sistema de vida é o familiar — pais e filhos trabalham nas roças, não havendo quase o assalariado; todos são proprietários e trabalham nas suas próprias terras. Só aqueles que, por motivos vários, não foram felizes ou que sendo descendentes dos colonos já estabelecidos, venham a constituir família, imigram, e vão radicar-se mais adiante, ou do outro lado do rio, em território catarinense ou argentino.

O clima excelente e a boa água, concorrem para um estado sanitário apreciável, coadjuvado por uma alimentação farta e sadia, composta, de maneira geral, de bons legumes, carnes, batatas, pão de

trigo, aves, etc. Mesmo algum vinho é aí produzido, bem como salames e queijos.

Não há epidemias como varíola, tifo e outras. Há porém, grandemente disseminado, o tracoma, contra o qual o governo do Estado vem realizando séria campanha.

E) ASPECTOS ECONÔMICOS

A economia da região é representada pela agricultura e pequena criação. Em ambos os setores, vem se desenvolvendo muito bem e sua produção já representa apreciável parcela na economia rio-grandense.

a) Agricultura — Constitui a verdadeira base produtiva regional, estendendo-se as lavouras ao longo das estradas, cobrindo as vertentes, derramando-se pelos colos das serranias. As principais lavouras são as de milho, fumo, mandioca e, mais recentemente, o trigo. Ainda a batata inglesa é grandemente cultivada, sendo objeto de farta exportação.

Os colonos italianos, fiéis aos tradicionais padrões agrícolas, não deixam de cultivar a videira, de cujos frutos preparam algum vinho para uso apenas local.

A desmatção desordenada tem concorrido para a erosão do solo em alguns lugares mais explorados. A falta de proteção às terras, contra as enxurradas, em face do arrancamento dos troncos que resistem à queimada para as roças, está a exigir a mais séria atenção das Inspetorias de Terras, a fim de salvaguardar um patrimônio que está sendo, até certo ponto, malbaratado pela indiscriminação de seu uso.

A fertilidade da terra vermelha, songoinea, característica da zona em aprêço, tem um limite que só poderá ser dilatado se assistida com os cuidados indispensáveis, ditados pela técnica de conservação de solos, já de regras de aplicação tão comuns hoje em dia. É preciso evitar que as enxurradas lavem os solos, carreando para os rios seu

precioso humo, deixando a descoberto a pedra estéril.

O inadequado uso das terras assim tão mal curadas, reflete-se, desde logo, no aspecto social, pois o colono, empobrecido pelos maus resultados das colheitas, como já dissemos antes, em face do desgaste das terras, começa a vender suas propriedades aos mais afortunados ou previdentes, a preços vis. O empobrecimento surge onde outrora havia a fartura. Isso põe em risco as condições sociais, higiênicas, culturais, etc. Essa ocorrência propicia mesmo as imigrações, por parte dos mais decididos a recomencarem a vida em outras terras. E lá se vão as famílias em busca de novo "el-dorado", nas fronteiras com Santa Catarina, nêsse próprio Estado ou até mesmo na Argentina, na faixa fronteiriça.

Tudo isso está a impor uma ação decidida e orientada por parte das autoridades responsáveis. Instrução aos colonos; fornecimento de adubos, se necessário; organização de pequenas colônias experimentais, onde o colono adquira noções seguras do trato da terra e de sua conservação, bem como orientação quanto às culturas mais indicadas às terras que lhes foram distribuídas.

O desenvolvimento da lavoura tritícola merece uma menção especial. O incremento que essa cultura está recebendo na região do Alto Uruguai é muito apreciável, contribuindo o precioso grão para o crescente valor da balança econômica do Rio Grande.

As lavouras de trigo desdobram-se pelas encostas e a plantação já cobre uma área que corresponde a 9% da área total da região, ou sejam cinquenta e três mil, trezentos e cinquenta hectares. É a terceira área tritícola do Rio Grande do Sul. O valor econômico das terras, para o trigo, pode ser avaliado em face da produção de quase uma tonelada de grãos por hectare cultivado. A produção de trigo, em 1952, atingiu 44.270 toneladas.

CONCLUSÕES

Concluimos aqui este pequeno estudo de uma das mais soberbas regiões rio-grandenses.

Pouco conhecida, em face de sua situação excêntrica quanto aos pontos de interesse imediato do Rio Grande, constitui a mais agradável surpresa para quem a visita.

De incomparável beleza natural, com suas serranias azuladas ao longe; seus majestosos e impressionantes canhões onde, lá embaixo, correm os rios largos e acidentados; suas densas matas, altaneiras, de lentos movimentos das suas pesadas copas, a região do Alto Uruguai constitui reserva de grande valor entre as terras do Rio Grande, reserva que está merecendo especial cuidado das autoridades, no sentido de ser resguardado seu incomparável potencial econômico.

De fácil percurso mercê de razoável rede de estradas, em cada recanto da mata, em cada colônia, em cada casal, tem-se a idéia nítida da fartura, da exuberância da terra e da generosidade das colheitas.

É de difícil acesso, porém, pois está muito mal ligada aos centros de comércio. Não possui estrada

de ferro e as estradas de rodagem são precárias.

Nessa região tem o Rio Grande, certamente, um futuro celeiro de produtos de grande procura que, de maneira sensível, poderão participar de sua balança de trocas.

Companhia Progresso Industrial
do Brasil

FÁBRICA BANGU

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

Elegância, Cores firmes e Durabilidade

Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital

O depoimento do General Klinger sobre a Campanha Militar da Revolução Constitucionalista

CASTILHOS GOYCOCHEA

Em 1949, pelas colunas do "Correio da Manhã", em simples apreciação ao IV volume das "Narrativas Autobiográficas" do General Bertoldo Klinger, externei a esperança de que o volume que destinasse esse autor à Revolução Constitucionalista de 1932 iria ter excepcional interesse, considerando que fora ele o Comandante em Chefe das forças militares do tentamen. E não apenas por isso, mas principalmente porque a formação moral desse ilustre chefe militar era uma garantia segura para a veracidade do que fôsse narrado como tendo ocorrido na imponente manifestação cívica contra o governo ditatorial.

Alegro-me em testemunhar agora que não me enganei no vaticínio, pois que o depoimento do General Klinger, aparecido no ano passado (VII volume das "Narrativas Autobiográficas") é um monumento de dignidade, pois contendo a verdade integral sobre o que foi a campanha militar sustentada pelas forças de São Paulo e de Mato Grosso contra os elementos que defenderam o governo federal.

Longe do Brasil há muito, ignoro qual a reação provocada na opinião pública por esse eloquente depoimento — se é que provocou qualquer reação nesse sentido, o que é duvidoso. O mais certo é que não tenha havido manifestação alguma, isto é, que o silêncio em torno ao livro em questão tenha sido completo, absoluto, inelutável.

É, de resto, regra para a qual não há exceção, de que o silêncio é a única resposta a quem se atreve a comentar, ou simples-

mente narrar, episódios de natureza política — interna ou externa — quando ainda vivos os atores do drama. Assim foi com a Guerra dos Farrapos, embora os seus dez anos de duração e o perigo que acarretou para a unidade nacional; assim foi a Revolução Federalista, apesar dos três anos em que manteve agitados três Estados com grande importância na vida brasileira; igual sorte tiveram os movimentos pernambucanos de 1817 e de 1824, e a Cabanagem do Pará. Isso para só mencionar alguns entre os muitos acontecimentos similares.

A Rebelião de Canudos, embalde sem feição política, porque simples manifestação de uma diátese social restrita a determinada zona do Nordeste, só se conheciam, até faz pouco, os trabalhos de Euclides da Cunha; agora é que surgiu no estrangeiro, em Paris, uma obra de escritor belga Lucien Marchal ("Le-Mage du Sertão") estudando a feição humana do conflito entre os jagunços de Antonio Conselheiro e o Estado brasileiro.

No que diz com o depoimento de Klinger sobre a revolução paulista-matogrossense de 1932, será grande lástima que não tenha provocado outros depoimentos — se é que não os provocou ainda — pois como já foi acentuado, trata-se de trabalho da mais alta relevância e portanto digno da maior consideração.

Não posso dizer que seja a grande obra que merece e há de ter o episódio, mas sem dúvida alguma é a pedra angular da parte dessa obra em que forem estudadas as operações militares, o que vem

a ser o esforço desenvolvido no sentido de impor ao Governo Federal a vontade unânime de São Paulo, de parte de Mato Grosso e de outros Estados mais distantes da sede do mesmo Governo para a constitucionalização do país.

Não se poderá justificar esse silêncio em torno ao livro do General Klinger alegando que é simples histórico das operações de guerra do acontecimento que abalou a nação durante alguns meses quando ela ainda não se havia referido do choque que foi a Revolução de 1930 — quicá a maior transformação ocorrida no Brasil depois da Independência, maior mesmo do que a República — e isso porque o Comandante em Chefe do exército constitucionalista bordou considerações sobre a causa política da reação armada, causa que qualificou de profunda e essencial. São dois tópicos apenas, mas nêles foi sintetizado objetivamente o que lhe pareceu ser a causa primordial do levante, a qual, na realidade, foi a causa imediata, aparente, visível, mas não a mais importante.

Muito embora servido por sólida cultura, o General Klinger não se quis alongar no exame das causas de ordem histórica e sociológica da Revolução em que foi *magna pars*, nelas procurando as razões ocultas, subjetivas, e por isso mesmo mais valiosas.

A rigor, aliás, para o que teve em vista, que foi divulgar e assim resguardar para a posteridade o seu testemunho imprescindível, bastou a causa aparente, aquela que deu a impressão de ser a principal, porque deixando em segundo plano as causas não lembradas na ocasião, ou não confessadas, uma delas o deslocamento do centro de gravidade da política nacional, que deixou de ser no eixo São Paulo-Minas Gerais; outra, o abalo no prestígio do café, com o aparecimento de outros produtos da lavoura e mesmo da indústria. No choque dado à nação, subitamente, por elementos de existência apenas suspeitada até 1930, oriundos dos extremos geográficos e do "hinterland", e que se impuseram desde

logo como fatores elementares da ordem social e econômica, assim subvertendo a organização que vigorava houve uma outra causa digna de estudo, embora na aparência fosse simples corolário da causa primordial, aquela do deslocamento do centro de gravidade.

A Klinger, General em Chefe, só interessou a feição militar que foi gerada pela causa próxima: o adiamento da constitucionalização. Essa parte ele a esgotou nos vários capítulos do seu livro, desde os prodromos da guerra até a rendição, examinando entre um e outro a luta nas diversas frentes, os recursos bélicos de que dispôs, o emprêgo das somas que lhe foram confiadas, concluindo com a descrição do seu próprio exílio e dos outros chefes militares e políticos da revolução.

Ninguém, depois desse depoimento do Comandante em Chefe, poderá criar fantasias épicas ou investir-se em glórias guerreiras, isso de um e outro lado da estacada.

Uma coisa é certa: foi graças a Bertoldo Klinger que a Revolução Constitucionalista de 1932 não descambou em pronunciamento tão do gosto sul-americano; que os chefes militares da mesma não foram caudilhos titulados de generais; que a fortuna pública não foi utilizada senão para o que se tornou imprescindível.

E se não ganhou a paz, como era de o fazer com galhardia, foi porque a Força Pública de São Paulo, subtraindo-se à sua autoridade de Comandante em Chefe já em entendimentos com o Comando em Chefe adverso, isso em posição digna, porque de igual para igual; a Força Pública de São Paulo foi negociar diretamente com o General Gois Monteiro, no seu Quartel-General, o qual, como era lógico, aproveitou-se da circunstância para impor, como impôs, a rendição incondicional de todos os elementos de ação, inclusive à própria Força Pública.

Por isso, um grande livro, um livro que ficará.

Londres, janeiro de 1954.



Ordem do Dia alusiva à transferência para a Reserva do Marechal Milton de Freitas Almeida

Ordem do Dia, em 3 de janeiro de 1954.

“Por imposição de dispositivo legal, deixa hoje o Exército ativo o General de Exército Milton de Freitas Almeida, que é transferido para a Reserva após meio século de efetivo serviço.

Não podia deixar passar em silêncio a despedida de tão ilustre Chefe.

O General Milton de Freitas Almeida construiu uma sólida reputação no Exército e no país, pelas virtudes excelsas de seu caráter ilibado e pela devoção ilimitada no cumprimento do dever.

Na sua longa e brilhante carreira, dos menores aos mais elevados postos da hierarquia militar, nas mais simples e nas mais complexas missões, sempre foi o mesmo homem de ação, de caráter probo, austero, modesto, tolerante e justo, revelando-se desde cedo um soldado de escol e um chefe de qualidades marcantes.

Ainda Coronel destaca-se no Comando da Polícia Militar de São

Paulo, onde trágicas circunstâncias põem-lhe à prova a serenidade e firmeza de caráter jamais desmentidas.

Como General se distingue no comando de grandes unidades e na direção de importantes órgãos e serviços, culminando na chefia do Estado-Maior do Exército, onde teve a oportunidade de exercer a sua magnífica capacidade de orientador e coordenador dos mais importantes e complexos problemas, tudo realizando num ambiente de harmonia, disciplina, entusiasmo e estima, que só sabem infundir os chefes de excepcional valor.

Nomeado Embaixador do Brasil na República Argentina, em quadra difícil para as nossas relações com aquele país amigo, consagrou-se primoroso diplomata, conduzindo com acerto, tato e maestria os nossos interesses junto ao governo da Nação irmã, de forma a manter bem alto as gloriosas tradições da nossa política externa.

Como Inspetor do Exército, cargo de que ora se afasta, foi magnífico

colaborador e prestimoso conselheiro que, com sua experiência, operosidade, cultura e capacidade, muito cooperou para o andamento e solução de importantes problemas deste Ministério.

O General Freitas Almeida é um Chefe em toda a plenitude — dos mais elevados predicados da arte de comandar e seu nome resplandecerá na galeria dos nossos maiores vultos, daqueles que sou-

beram engrandecer e glorificar o Exército.

A sua vida é um exemplo fecundo para as gerações atuais e estou certo que será uma lição para a posteridade pois, são essas existências nobres e devotadas que vivificam o impulso construtivo e a consciência moral dos homens, para que se prolonguem, numa sequência não interrompida, os valores tradicionais da Pátria. — General Cyro Espirito Santo Cardoso, Ministro da Guerra."

PREÇO DOS ANÚNCIOS

PARA TODO O BRASIL

A) Por publicação :

	Cr\$
Capa externa.....	4.000,00
Capa interna.....	3.000,00
Página inteira.....	2.000,00
Mela página.....	1.000,00
Um quarto de página.....	600,00
Rodapé.....	400,00
Assinatura comercial.....	500,00

B) Assinatura anual :

Os anunciantes que derem uma publicação para 12 meses terão um desconto de 10 %.

C) Assinatura alternada :

Gozará do desconto de 5 %.

D) Relatórios, contratos, extratos, reportagens, entrevistas, etc. :

Acresce 40 % ao preço da tabela A.

E) Preferencial :

Acresce 50 % ao preço da tabela A.

F) Clichê por conta do anunciante.

Esta tabela vigorará a partir de 1 de junho do corrente ano, não tendo efeito retroativo.

O MEMORIAL DOS CORONÉIS

CAUSA E CONCLUSÕES A TIRAR DO MESMO

Pelo Gen. Dto. Ref. MIGUEL DE CASTRO
AYRES

O Memorial dos Coronéis, de que tomei conhecimento, pelo que publicou a imprensa diária e pelas informações colhidas entre os camaradas de armas, é vasado na mais alta linguagem, sem citar nomes, mas pondo o dedo na chaga dolorida do momento político e econômico em que vivemos e que traz apreensivos todos os brasileiros amigos do seu país; subscrevo-o sem restrições.

Como se teria processado a gênese do Memorial? Para nós militares é fácil saber, não para os civis. O contacto diário e permanente entre os Sargentos, preciosos auxiliares dos Oficiais, e os Tenentes, estabelece uma intimidade respeitosa entre Tenentes e Sargentos, em que o sentir destes é levado a aqueles. As tremendas dificuldades da vida estão presentes, resultante da falta de uma ação legal para pôr cõbro à ladroeira e à ganância de lucros, que vão a 500 por cento em muitos casos.

Os Tenentes que sentem as mesmas aperturas, em palestra com Capitães, transmitem-as e estes, pelo mesmo processo aos Majores; atingido o círculo dos oficiais superiores, chega assim ao conhecimento dos Coronéis, que melhor do que seus comandados, pela sua maior experiência e mais largos horizontes, melhor vêem e julgam os fatos.

O ex-Ministro Gen. Cyro Cardoso pediu a cooperação dos seus comandados e daí surgiu o "Memorial dos Coronéis", dentro dos princípios disciplinares.

No meio civil em que vivemos, é comum, quando se trata de vencimentos, citarem os civis o Código de Vencimentos e Vantagens, como se o Código tivesse aumentado o padrão de vencimentos e apenas as gratificações para funções, impostas pela sua premente necessidade. Cito aos civis o que se passou comigo, portanto, com todos os demais camaradas. Quando Gen. Cmt. da Infantaria da 3ª D.I. em Santa Maria, R.G. do Sul, de 1939-1941, com vencimentos de Cr\$ 4.300,00, tinham os Generais direito a uma diária de Cr\$ 50,00 nas suas inspeções aos Corpos de seu Comando fora da sede (4 por ano) quando as diárias dos hotéis variavam de 80 a 100 cruzeiros. Tinha o General um automóvel para seu uso, recebendo trimestralmente uma verba para gasolina, óleo, consertos e pneumáticos, que em alguns trimestres era deficitária, usando o auto apenas dentro da cidade. Verba para representação, não existia.

O Código sanou aquelas faltas e criou o adicional de 15 e 25 p.c. sobre os vencimentos, para os militares que tivessem 15 e mais de 25 anos de serviço, únicos incorporados aos vencimentos dos que são transferidos para a Reserva ou reformados. Quando foi proposto ao Congresso Nacional a concessão dos adicionais acima para os militares, já se achavam no gozo dos mesmos os funcionários da Justiça e os das duas Casas do Congresso e tinha sido proposto um ano antes, para todos os funcionários civis, elevados a 30 p.c.

O PADRÃO "O" E O SALÁRIO MÍNIMO

Vêm os médicos desde 1950 trabalhando pelo salário-mínimo correspondente ao Padrão "O" de vencimentos, os mais elevados do funcionalismo público federal. Médicos há que tem vencimentos inferiores a contínuos e chefes de portaria e garages, o que não é justo, pois um homem que levou 6 anos em uma academia, mesmo com a obrigação de trabalhar 4 horas por dia, não pode ter tão mesquinhos vencimentos.

Parece-nos que o problema foi inicialmente mal pôsto e as emendas ao projeto em aprêço, estendendo-o aos dentistas, veterinários, técnicos de laboratório, etc., tornou-o ainda pior. Vejamos:

a) Estabelece um padrão de vencimentos inicial igual ao mais elevado do funcionalismo público e mais um acréscimo quinquenal de 20 p.c., o que duplica em 25 anos os vencimentos iniciais de Cr\$ 9.000,00 para Cr\$ 18.000,00.

b) Existindo muitos funcionários diplomados, portanto de formação universitária, não pertencentes aos quadros técnicos, não poderão ser beneficiados.

c) Nas classes armadas o médico candidato a integrar nos seus quadros, é obrigado a fazer um concurso, aprovado, fará um estágio de 1 ano, findo o qual é nomeado 1º Tenente com os vencimentos de Cr\$ 4.500,00.

d) Sem querer meter-me em seara alheia, pois não sou jurista e sim soldado, parece-me que em vista do Art. 31, inciso I, da Constituição de 1946, se não é inconstitucional o projeto dos médicos, pelo menos traz grandes injustiças, que terão de ser sanadas.

Tratando-se do salário-mínimo proposto, Cr\$ 2.400,00, para quem começa a sua vida, comparado com os vencimentos dos Sargentos das Forças Armadas, possuidores de cursos adequados às funções que serão chamados a desempenhar, encontramos os 1º, 2º e 3º Sargentos, respectivamente com os vencimentos de Cr\$ 1.900, 1.720 e 1.580.

Pensando sobre as consequências de tudo isto, os Coronéis concluíram como eu neste momento: Os vencimentos de todo funcionalismo público civil terão que ser aumentados em escala elevada, bem como o dos militares, praças, sargentos e oficiais. Se o 2º Ten. tem hoje os vencimentos de Cr\$ 3.600,00 e os Gen. de Exército Cr\$ 20.000,00, passarão os 2º Tens. a Cr\$ 9.000,00 e mantendo a diferença atual de Cr\$ 16.400,00, entre os postos inicial e final, os Gen. de Exército terão Cr\$ 36.400,00, que com o adicional de 25 p.c. se elevarão a Cr\$ 45.500,00. No caso dos aumentos quinquenais de 20 p.c., que substituirão os atuais de 15 e 25 p.c., os vencimentos dos Gen. de Exército serão duplicados, terão eles Cr\$ 72.800,00 mensais. A Nação poderá pagar tamanhos vencimentos que a mais rica Nação da terra, os Estados Unidos não pagam aos seus servidores? A resposta é NÃO!

AS PROMOÇÕES DOS MILITARES QUANDO TRANSFERIDOS PARA A RESERVA OU REFORMADOS

Comentários são feitos no meio civil e veladamente na imprensa, desprimorosos para os atingidos pelas Leis que os beneficiaram. A guerra do Paraguai que durou mais de 5 anos — dezembro de 1864 a março de 1870 — o Exército mobilizou 138.000 h., dos quais voltaram 38.000; 100.000 ficaram sepultados nos campos da luta.

Terminada a guerra, os que regressaram, tiveram como prêmio as condecorações e o sentimento do dever cumprido. Com a redução dos efetivos do Exército, as promoções tornaram-se morosas e vou citar um fato para comprovar: Meu falecido pai o Gen. Bda. José Joaquim Ayres do Nascimento, foi promovido a Alferes por bravura praticada na batalha de Avahy, em 2 de dezembro de 1868, foi promovido a Tenente em 1880, mais de 2 anos depois.

O Congresso Nacional houve por bem acertado votar a Lei n. 288, garantindo aos que combateram na Itália, uma promoção quando transferidos para a Reserva ou reforma.

dos. Interessados diversos procuraram seus amigos no Congresso e conseguiram as Leis ns. 616 e 1.156 ampliando a muitos outros os favores da Lei n. 288; surgiu depois a Lei n. 1.267 — denominada de repressão ao comunismo — não tendo partido a iniciativa delas, dos órgãos responsáveis pelas Forças Armadas. As Leis elaboradas e sancionadas, estabelecem direitos a promoções, sem prejuízo de outros estabelecidos em Leis anteriores; disto resultou a promoção a 2 postos dos militares por elas atingidos, quando transferidos para a Reserva ou reformados.

Chegamos ao seguinte: Um Sargento amparado por 2 Leis, que ingressou no Quadro Auxiliar de Oficiais como 2º Ten., promovido a 1º Ten., último posto do seu Quadro, passa para a Reserva no posto de Major. Um Ten.-Cel. com o curso de sua arma, ao ser promovido a Cel. passa para a Reserva como Gen. de Div., se o requerer. Se houver uma mobilização, aqueles Majores e esses Generais, não poderão exercer as funções dos seus postos, por não possuírem os requisitos necessários; não se poderá dar aos Majores funções de Tenen-

tes, nem aos Generais, funções de Coronéis. Seria mais acertado que se lhes desse as vantagens pecuniárias do posto, inclusive o montepio e não o posto, a não ser que possuissem os requisitos para a promoção respectiva.

Quero terminar estas linhas com uma ADVERTÊNCIA aos camaradas das Forças Armadas. As Classes Armadas sempre foram, desde 7 de setembro de 1822 até hoje, realmente o Povo em Armas, sacrificando-se pela sua liberdade e independência, com o sacrifício até da própria vida. Seus quadros de oficiais e sargentos, são oriundos das classes média e pobre. Construíram um pedestal de honestidade, sacrifício e renúncias, no qual assentam os seus fundamentos.

As vagas da desordem, desonestidade e ganância são pulverizadas ao embate com o pedestal que nos mantém coesos e fortes; os comunistas têm-nos um ódio de morte por isso mesmo. Os favores excessivos que nos procuram dar como prêmio que não pedimos, trazem em si, em muitos casos, o desejo de abalar o pedestal que nos sustem e destruir a poderosa força moral das Classes Armadas.

EXPLICAÇÃO DOS ESTATUTOS DA PETROBRÁS

CARLOS MEDEIROS SILVA

Extraído, "data vênia", do Digestivo Econômico de fev. 1954

A Lei 2.004, de 3-X-1953, dispõe que a União exercerá o monopólio da pesquisa e lavra das jazidas de petróleo existentes no território nacional, por meio do Conselho Nacional do Petróleo, como órgão de orientação e fiscalização, e da sociedade por ações Petróleo Brasileiro S.A., ou Petrbrás, e das suas subsidiárias, constituídas na forma da mesma lei, como órgão de execução.

E, em seguida, autoriza a União a constituir a sociedade e a designar, por decreto do Presidente da República, o seu representante nos atos constitutivos, entre os quais enumera os estatutos da empresa, que deverão ser publicados para conhecimento geral.

Nos estatutos da sociedade, acrescenta o texto legal, serão observadas, em tudo que lhes for aplicável, as normas da lei de sociedades anônimas.

Há, portanto, dois diplomas a obedecer na elaboração dos estatutos: a Lei 2.004, de 1953, e o Decreto-lei 2.627, de 26-IX-1940. Naquilo em que o primeiro for omissivo se deverá recorrer ao segundo, assim como aos princípios gerais de direito comum.

Mas a lei especial é minuciosa e regula matéria que a lei geral deixa à livre opção dos organizadores das companhias. Assim, a denominação, os fins da sociedade; o seu capital inicial e os aumentos posteriores; a característica das ações, os requisitos para a subscrição; a proporcionalidade entre o capital

público e o privado; a constituição da Diretoria e do Conselho Fiscal são assuntos sobre os quais a lei dispõe, com detalhes.

Nos estatutos da Petrobrás, uma parte decorre, portanto, da estrutura legal dada à empresa, que somente por autorização legislativa poderá ser modificada. Completar este esboço, que abrange todos os órgãos da sociedade e disciplina a sua atividade, com os dispositivos da lei geral e os subsídios da experiência e da prática das empresas de economia mista, em que prepondera o interesse da União, é que constitui a tarefa do redator dos estatutos.

Como a União, é, inicialmente, o único acionista da Petrobrás, subscritor de todo o seu capital, com bens e dinheiros públicos, era natural que o Poder Legislativo antecipasse, na lei, os pontos básicos da organização da empresa e procurasse assegurar a realização de seus objetivos fundamentais.

Com relação ao capital, reservou-se à União o encargo de realizá-lo imediatamente com os recursos indicados na lei. Para os aumentos sucessivos, até 1957, em que o seu montante deverá atingir a vultuosa soma de 10 bilhões de cruzeiros, cuidou também a lei especial de prover os recursos necessários. A participação das entidades públicas, União, Estados e Municípios, far-se-á com o produto de parte da arrecadação do imposto único sobre combustíveis líquidos.

Os particulares concorrerão, para o mesmo fim, com as contribuições devidas pela propriedade e utilização de veículos-automóveis, até o exercício de 1957. Se tais recursos não bastarem, restará o apêlo à subscrição pública ou particular.

Dos estudos feitos se pode concluir, porém, que a integralização do capital e de seus aumentos autorizados far-se-á normalmente, sem vicissitudes. E a Petrobrás será, dentro de 4 anos, a maior empresa brasileira e terá, no plano internacional, uma posição respeitável.

• •

No que toca às ações, a lei teve a preocupação de resguardar não só o princípio nacionalista, como a supremacia do capital público sobre o privado e, no estatuto, tais diretrizes têm ressonância. As ações serão todas nominativas, ordinárias ou preferenciais, estas sem direito a voto e inconvertíveis, mas com prioridade no caso de reembolso do capital e na distribuição do dividendo mínimo de 5%. A União jamais poderá transferir ações de modo a reduzir a menos de 51% a sua participação no capital da sociedade.

As pessoas jurídicas de direito público interno têm preferência para subscrever ou adquirir ações da Petrobrás. Além destas, poderão ser acionistas as sociedades de economia mista, desde que controladas, em virtude de lei, pela União, pelos Estados e Municípios, feita a prova da nacionalidade brasileira de seus acionistas, quando organizadas após a vigência da Lei 2.004. Com relação às pessoas naturais, somente os brasileiros natos, ou naturalizados há mais de 5 anos, residentes no país, exceto quando casados com estrangeiras pelo regime de comunhão de bens ou que permita a comunicação destes na constância do casamento, serão acionistas. As pessoas jurídicas de direito privado, sendo brasileiros os seus membros, também poderão possuir ações da Petrobrás, com certas restrições.

A Direção da Petrobrás, caberá a um Conselho de Administração, que terá inicialmente 7 membros, e a uma Diretoria Executiva. Os membros desta, em número de 4, todos nomeados pelo Presidente da República, fazem parte do Conselho, cujos demais componentes são eleitos pelos vários grupos de acionistas, excluída a União.

No Conselho de Administração, que a lei dotou de funções deliberativas, é que os estatutos concentram os maiores poderes na gestão da empresa.

É sabido que nas sociedades de economia mista, em que o controle é assegurado por lei, a certo acionista, é secundário o papel da assembléia geral, destinada quase sempre a homologar as suas propostas.

No caso da Petrobrás a lei cuidou de remediar a situação, prevendo a existência de um Conselho no qual têm representação obrigatória todos os grupos de acionistas.

Esta circunstância, aliada à experiência colhida aqui e alhures sobre as anônimas, de capital misto, autoriza o reforço das atribuições do Conselho, como miniatura da assembléia geral. Nos estatutos deu-se capital importância à discriminação da competência do Conselho, que será o órgão máximo da sociedade. Assim, será de sua alçada deliberar sobre a organização de empresas subsidiárias, dentro das normas da lei especial, bem como a participação da sociedade, como acionista, em outras empresas de refinação de petróleo no país, ou de sua exploração no estrangeiro; a organização de planos de pesquisa e lavra; pagamento de indenizações por este motivo; desapropriações; especificação dos objetivos industriais e comerciais de sociedade e de suas subsidiárias; expedição de normas gerais sobre contas, pessoal, organização da empresa e outras atribuições de igual relevância.

• •

A Diretoria Executiva será o órgão incumbido do fiel cumprimento

das resoluções do Conselho, ao qual deverá, não só propor medidas, como informar sistematicamente sobre todas as atividades da empresa e de suas subsidiárias.

Os encargos do Presidente serão os comuns de representação, além do direito de veto, assegurado na lei; os demais Diretores terão as atribuições que lhes forem cometidas pelo Conselho, por proposta do Presidente, de acordo com o plano de organização dos serviços básicos da empresa.

No Conselho Fiscal, a União, apesar de acionista majoritário, só terá um representante; os demais em número de 4, serão eleitos pelos demais acionistas, entidades públicas ou privadas.

A assembléia geral, além das atribuições comuns, previstas na lei das sociedades anônimas, caberá deliberar sobre a reforma dos estatutos, o aumento ou redução de capital, a substituição, por ações, dos certificados de pagamentos das contribuições devidas pelos proprietários de veículos-automóveis.

Os empregados da Petrobrás ficarão sujeitos à legislação do trabalho e ao regime de 8 horas de serviço. A sua admissão obedecerá a normas gerais, expedidas pelo Conselho, que se deverão inspirar no sistema do mérito e nos interesses permanentes da empresa.

Participarão eles obrigatoriamente dos lucros da sociedade, de acordo com o plano que o Conselho estabelecer, tendo em vista o salário, o tempo de serviço, a assiduidade, a responsabilidade, os encargos de família, a eficiência, o interesse e o zelo pelo serviço. A preparação de pessoal técnico e de operários qua-

lificados deverá constituir preocupação permanente da Direção da sociedade.

Contém os estatutos disposições gerais, que prevêem a existência de um plano de organização de serviços básicos de sociedade, contendo a estruturação geral e definindo a natureza e as atribuições de cada unidade de execução, as relações de subordinação, coordenação e controle necessários ao funcionamento do sistema. Além do plano de organização, outros assuntos são focalizados nas disposições gerais. Finalmente, atendendo às circunstâncias da Petrobrás começar a funcionar com um só acionista, que é a União, houve necessidade de dispor, em caráter transitório, sobre certas matérias. O Conselho de Administração, por exemplo, só se poderá constituir quando a sociedade tiver novos sócios; enquanto isto não ocorrer, as suas atribuições serão exercidas pela Diretoria Executiva, que se compõe, precisamente, dos representantes do único acionista existente.

Para permitir, porém, a constituição do Conselho, foi aberta desde logo a subscrição para o aumento do capital da sociedade para 6 bilhões de cruzeiros. Os Estados e Municípios, bem como os demais contribuintes, receberão as ações correspondentes às suas contribuições por conta deste aumento. É possível prever que ele seja integralmente coberto dentro de pouco tempo, tendo em vista as arrecadações já feitas.

São estas as principais características da empresa que, em nome da União, vai explorar o petróleo nacional, intensificando a sua pesquisa e lavra, refinação e transporte, obediente à solução estatal e nacionalista que o Congresso Nacional indicou ao Poder Executivo.

O 1º CENTENÁRIO DAS ESTRADAS DE FERRO BRASILEIRAS

NOTA DA REDAÇÃO — Associando-se ao júbilo de todos os bons brasileiros, a propósito do transcurso, a 30 de abril p. passado, do 1º Centenário da implantação das ferrovias no Brasil, a Redação desta Revista faz inserir, abaixo, três artigos referentes ao assunto, homenageando, assim, essa poderosa alavanca do progresso nacional constituída pelas ferrovias e ferroviários brasileiros.

I

CENTENÁRIO DAS ESTRADAS DE FERRO BRASILEIRAS

Eng. Flávio Vieira, D.N.E.F.

É, sem dúvida, uma data gratíssima ao ferroviarismo brasileiro a que a nossa engenharia vai comemorar a 30 de abril do corrente ano.

Assinala ela o primeiro centenário do tráfego ferroviário em nosso país. Nêsse último dia de abril de 1854, prontos os primeiros 14 quilômetros e 500 metros da Estrada de Ferro de Petrópolis, com início no porto de Mauá, no interior da Guanabara, e em direção à raiz da Serra dos Órgãos, procedeu-se a inauguração festiva do caminho de ferro com o qual introduziu-se em nosso país o transporte pelos trilhos.

A solenidade havia sido marcada para 23 do referido mês de abril, mas, devido o mau tempo foi a mesma transferida para o dia 30 daquêle mês, por ordem do Imperador D. Pedro II, que fez questão de estar presente a tão importante ato, o que se verificou, conforme registram as notícias e crônicas da época.

Desde então começou a formar-se a nossa rede ferroviária, com o aparecimento de outras estradas de ferro, que crescendo, progredindo e se expandindo pelo território pá-

trio a dentro, passou a servir, com o aparelhamento que foi possível dar-lhes até hoje, ao desenvolvimento econômico, político e social de nossa nacionalidade.

Assim, as nossas vias férreas chegam ao seu primeiro centenário com um crescimento da ordem de 37.019 quilômetros.

Em entrevista que concedemos à Imprensa, dissemos que para a extensão do Brasil e o tempo consumido na formação de sua rede de caminhos de ferro, aquela quilometragem não era muita coisa, pois, dentro dêste primeiro século de sua existência, tem-se um crescimento médio de 370 quilômetros anuais.

Todavia, o papel dêsses caminhos de ferro, como desbravadores de nosso interior, fomentadores da riqueza brasileira, criadores de cidades e de núcleos de trabalho, disseminadores, enfim, de civilização e de progresso em múltiplos rincões de nosso território, tem sido importante e incontestável.

O nosso sistema ferroviário conta hoje com grandes redes, sendo de notar que nada menos de oito delas têm mais de 2.000 quilômetros de

extensão, como mostramos a seguir:

Rêdes	Quilômetros
1 — Rêde Mineira de Viação	3.988,913
2 — E. F. Central do Brasil	3.749,278
3 — Viação F. Rio Grande do Sul	3.449,345
4 — E. F. Leopoldina	3.056,633
5 — Rêde Paraná-Santa Catarina	2.593,945
6 — Viação Férrea Leste Brasileiro	2.544,965
7 — E. F. Sorocabana	2.213,431
8 — Companhia Paulista	2.134,594

E não se acham muito longe desses desenvolvimentos a Mogiana (1.958,829 km), a Rêde do Nordeste (1.831,453 km), a Noroeste do Brasil (1.685,980 km) e a Rêde Cearense (1.596,056 km).

É interessante assinalar que, quanto à extensão total, os 37.019 quilômetros de nossas linhas férreas situam, atualmente, o Brasil em 9º lugar no mundo (abaixo dos Estados Unidos, Rússia, Canadá, Índias Britânicas, Alemanha, França, Argentina e Austrália); em 4º lugar nas Américas (abaixo dos Estados Unidos, Canadá e Argentina); e em 2º lugar na América do Sul, onde a Argentina ocupa o primeiro lugar.

Do ponto de vista técnico, nossas estradas de ferro representam um esforço brilhante da engenharia brasileira, que, para levá-las do litoral para o interior, teve de vencer a dificuldades inúmeras oferecidas pela Cordilheira Marítima.

E, com técnica própria, e por vezes audaciosas, nossos colegas construíram notáveis ferrovias como essa obra prima que é a E. F. do Paraná, no trecho em que galga a temível montanha do Marumbi; como a linha da Serra da Central do Brasil, a subida de Santos para o planalto de Piratininga por arrojado funicular, a modelar Companhia Paulista, a linha de Mairinque a Santos da Sorocabana, as de cremalheira na Serra dos Órgãos, para só citar esses atestados esplêndidos de capacidade da engenharia nacional.

Cabe, também, lembrar que em longínquas paragens da selva amazônica, vencendo mil obstáculos, decorrentes não só da distância em que se encontra, como ainda da hostilidade do ambiente geográfico, construímos e mantemos até hoje em tráfego a E. F. Madeira-Mamoré, com a qual o Brasil cumpriu o compromisso que assumiu no Tratado de Petrópolis.

Digamos que, ainda em pontos afastados e distantes da nossa hinterlândia, com a mesma finalidade da Madeira-Mamoré, construímos vias férreas isoladas para vingar cachoeiras do rio Tocantins e as cataratas de Paulo Afonso e das Sete Quedas.

Levamos a E. F. Noroeste do Brasil, através do Pantanal Mato-grossense e a hostilidade do índio bravo, até Corumbá, no extremo oeste, onde, com os nossos amigos bolivianos, lançamos, como seu prolongamento, a E. F. Brasil-Bolívia, cujos trilhos já chegaram a Santa Cruz de la Sierra, constituindo trecho importante da futura transcontinental interoceânica Santos-Arica.

No progresso da locomoção ferroviária acompanhamos a evolução mundial, vindo da "Baronesa", a histórica locomotiva que tracionou o trem inaugural, em 30 de abril de 1854, em terras fluminenses, até a Diesel-Hidráulica dos dias presentes.

E, hoje, a tração elétrica já substituiu a de vapor ou a óleo em cerca de 1.350 quilômetros de linhas no Brasil.

Ao lançar o seu centenário, o sistema ferroviário nacional vê a sua rede em plena expansão, estando aprovados projetos e providenciando-se os necessários recursos, de acordo com estudos feitos pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, para melhoria das vias permanentes e aparelhamento de material rodante, de maneira a torná-la moderna e satisfatoriamente eficiente.

Esse sistema, excetuados o Amazonas e três Territórios, se expande por todos os Estados e o Guaporé,

seja em conjuntos articulados, seja em linhas isoladas.

As ligações já realizadas permitem que, presentemente, se viaje no Nordeste até o Extremo Sul sobre trilhos, sem solução de continuidade, havendo apenas as baldeações motivadas pela mudança de estrada ou diferença de bitolas.

Das regiões fisiográficas do país unicamente a do Norte não se acha interligada aos demais caminhos de ferro brasileiros.

As do Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste comunicam-se entre si pelos veículos das paralelas de aço.

Assinalemos que das capitânicas dos Estados apenas as do Amazonas, Santa Catarina e Mato Grosso não são servidas por vias férreas. E quanto aos Territórios Federais,

só a do Guaporé dispõe de estrada de ferro, estando o do Amapá iniciando a construção de uma, entre a sua capital (porto de Santana, a montante de Macapá) e as jazidas de manganês da Serra do Navio.

Atualmente, os 37.019 quilômetros de nossas linhas férreas estão assim distribuídos pelas cinco grandes regiões do Brasil: Norte, 777 km; Nordeste, 4.958 km; Leste, 15.030 km; Sul, 14.638 km; e Centro-Oeste, 1.616 km.

Por tudo quanto acima, sucintamente, deixamos dito, temos motivos, nós engenheiros, assim como todos os brasileiros, de nos ufanarmos da obra ferroviária realizada até agora em nossa pátria, bem como para festejarmos, jubilosamente, a passagem da primeira centúria de nossos caminhos de ferro.

II

INDÚSTRIA DO MATERIAL RODANTE NO BRASIL

O "Observador Econômica e Financeiro", num recente trabalho que, sob o título "O Brasil nos trilhos", publicou em seu n. 211, ocupou-se do desenvolvimento da indústria nacional do material rodante, fazendo-lhe um ligeiro histórico e reunindo informações que devem ser divulgadas para conhecimento dos estudiosos.

A indústria de vagões implantou-se no Brasil — afirmou — à entrada do século atual, tendo fracassado algumas das primeiras iniciativas, sobrevivendo outras de forma precária.

Faltava a eles base econômica para que se desenvolvessem, pois viviam exclusivamente de pequenas e esporádicas encomendas. As grandes compras eram sempre feitas em firmas estrangeiras, mais pelas facilidades de crédito concedidas do que pela qualidade ou preço dos materiais.

Foi uma luta insana pela sobrevivência, procurando vencer uma incompreensão absurda até 1939, quando deflagrou a II guerra mundial. As indústrias que consegui-

ram, bem ou mal, resistir, dedicando-se quase exclusivamente à reparações de vagões, na década seguinte, 1940-1950, com a impossibilidade de importação de material alienígena, viverem em clima mais favorável. O estudo da adaptação das especificações americanas levado a efeito pelos nossos técnicos ferroviários nos anos anteriores, serviram para a adoção definitiva do moderno vagão de estrutura metálica, possibilitando a adoção do método de produção em série. Daquela data para cá, a indústria nacional de vagões vem se notabilizando pela adoção de métodos de produção, altamente eficientes, com baixa incidência de mão-de-obra, apresentando desenhos e especificações modernas que nada ficam a dever aos vagões de outros países. A íntima colaboração entre os engenheiros de nossas estradas e os técnicos industriais vem se consistindo no fator mais importante dos desenvolvimentos atingidos. Frequentes visitas e estágios no estrangeiro, por outro lado, têm mantido os encarregados da

produção das nossas fábricas, a par das últimas conquistas dos técnicos dos outros países.

O maior passo para a adoção dos tipos modernos de vagões de aço, pelas nossas indústrias, foi a montagem da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, produzindo chapas e perfis de tôdas as bitolas.

A par do desenvolvimento da indústria brasileira de vagões, organizaram-se aqui inúmeras fábricas de materiais ferroviários auxiliares e a indústria de peças especializadas. No momento atual, a indústria de vagões depende unicamente de dois tipos de material estrangeiro: eixos forjados e freios de ar comprimido. O mais é produzido no Brasil, e compreende:

- 1 — Chapas e perfis (Volta Redonda);
- 2 — Truques, engates, fundidos de aço em geral;
- 3 — Rodas de ferro fundido coquilhado;
- 4 — Aparelhos de freio a vácuo;
- 5 — Materiais diversos (madeira, tirantes, parafusos, etc.).

Já ficou dito que os eixos e freios a ar comprimido são ainda importados. Foi visto também que os materiais diversos têm suprimento fácil no nosso mercado interno.

É conveniente, portanto, examinar com que suprimento poderão contar as fábricas de vagões, para os três primeiros grupos, os quais constituem aliás a parte mais importante, correspondendo a cerca de 90 % do peso de cada vagão.

CHAPAS E PERFIS

As quatro fábricas de vagões brasileiras constituem grandes clientes da Cia. Siderúrgica Nacional, consumindo atualmente cerca de 1.000 toneladas mensais dos produtos daquela Usina.

No início do estudo do atual programa de melhoramentos das estradas, em reunião havida no Ministério da Fazenda, com a parti-

cipação de membros da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, a Companhia Siderúrgica Nacional foi perguntada sobre a sua capacidade de fornecimento dos materiais necessários para um programa de 6.000 vagões anuais. Depois de demorado estudo, a Siderúrgica respondeu que a Usina de Volta Redonda estava em condições de atender ao programa previsto. Este contava com um suprimento mensal médio de 3.000 toneladas, entre chapas e perfis. O estudo, efetuado pelos técnicos da C.S.N., na ocasião, foi minucioso e levou em conta não só o total mensal a ser fornecido, como também a discriminação das quantidades necessárias em cada um dos seguintes subgrupos: perfis pesados; chapas grossas; chapas finas e quente e chapas galvanizadas.

TRUQUES E ENGATES

A principal fornecedora dessas especialidades é a Companhia Brasileira de Material Ferroviário — Cobrasma — com usina localizada em Osasco, São Paulo.

Essa companhia tem uma moderna Fundação de Aço — a maior da América Latina — especializada na produção das peças em aprêço. A fim de poder pôr à disposição do mercado brasileiro peças que pudessem competir em qualidade com as americanas, a Cobrasma firmou com a maior organização mundial no gênero — a American Steel Foundries — um contrato de assistência à base de "royalties". Técnicos americanos colaboraram com os engenheiros brasileiros nos estudos, projetos, montagem e início de funcionamento da Fundação de Osasco.

A Fundação da Cobrasma tem uma capacidade efetiva diária de 55.000 kg de peças de aço. Como um vagão médio emprega 2.100 kg de peças de aço, aí compreendidos os truques, engates e aparelhos de choque e tração, a Cobrasma poderá suprir conjuntos correspondentes a 26 vagões diários.

Portanto, a capacidade de produção fundidos de aço corresponde a

um programa de equipamento de 7.800 vagões por ano.

Cumpra notar que semelhante produção anual, em peças para vagões nunca foi atingida, devido à falta de encomendas que caracteriza o mercado de material ferroviário.

Apesar de ter entrado em funcionamento há somente quatro anos, a Fundação da Cobrasma já despachou cerca de 10.000 truques integrais de aço e 15.000 engates automáticos, peças estas que equipam não só vagões novos como reformados, em todas as nossas estradas de ferro.

RODAS DE FERRO

Em 1942, fundou-se em São Paulo, a Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. — Sofunge — tendo como fim principal a produção, segundo a técnica norte-americana, de rodas de ferro fundido coquilhado. A sociedade montou com a assistência técnica de Giffels & Valet, engenheiros especialistas de Detroit, uma importante usina aparelhada para a produção em série dessas rodas, dotada de todos os requisitos necessários para um perfeito controle da qualidade do produto. Técnicos brasileiros foram auxiliados por vários especialistas americanos que aqui estagiaram na solução dos problemas de produção.

Em colaboração com os engenheiros das nossas ferrovias e com as associações técnicas do país, foram desenvolvidas normas e especificações, onde a experiência americana foram incorporadas as peculiaridades do nosso meio.

A usina da Sofunge tem hoje 550 operários, dirigidos por um conjunto de 11 engenheiros e químicos.

A sua capacidade de produção é de 80.000 rodas por ano, ou seja o correspondente a 10.000 vagões. A Sofunge, em 10 anos de vida, já entregou às estradas de ferro e às fábricas de vagões cerca de 250.000 rodas.

A Sofunge produz também aparelhos de freio a vácuo para vagões, sendo a principal fonte de suprimento local desses aparelhos.

Em resumo, portanto, com exceção dos freios a ar comprimido e eixos, até o momento importados, as fábricas brasileiras encontrarão suprimento local para uma produção de 6.000 unidades por ano. As fábricas de peças especializadas, nomeadamente a Sofunge (rodas e cilindros a vácuo) e a Cobrasma (truques e engates) têm capacidade suficiente para alimentarem nos seus ramos esse ritmo de novas construções e atenderem ainda às demandas normais de conservação e reforma das nossas estradas de ferro.

AS QUATRO FABRICAS DE VAGÕES NO BRASIL

São quatro as fábricas de vagões no Brasil:

1 — *Fábrica Nacional de Vagões S. A.* — Com oficinas de montagem, em Cruzeiro, no Estado de São Paulo e outra em Marechal Hermes, no Distrito Federal. As duas juntas empregam cerca de 800 operários. As instalações de Cruzeiro ocupam uma área de 40.000 m², dos quais 15.000 m² cobertos. As de Marechal Hermes estão localizadas num terreno de 90.000 m², com cerca de 10.000 m² de instalações cobertas. A capacidade conjunta das duas oficinas é de cerca de 10 vagões por dia, ou seja 3.000 por ano. A fábrica poderá ainda produzir cerca de 200 carros de passageiros por ano, com prejuízo do programa de vagões.

2 — *Cia. Industrial Santa Matilde* — Constituída em 1937, em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais. As suas oficinas têm capacidade para a produção de 7 vagões por dia, ou seja, cerca de 2.000 vagões anuais. Além dos vagões, a Santa Matilde está aparelhada para produzir cerca de 50 carros de passageiros por ano.

3 — *Companhia Brasileira de Material Ferroviário — Cobrasma*

— A Oficina de Vagões dessa companhia faz parte integrante de conjunto industrial operado pela Cobrasma na sua Usina de Osasco, São Paulo. Esta ocupa uma área de cerca de 300.000 m², servida por extensa rede de desvios. Conta com 1.200 operários, dirigidos por 12 técnicos das várias especialidades. Só a oficina de vagões ocupa cerca de 400 operários.

A capacidade de produção de vagões novos da Cobrasma é de 4 por dia, ou seja, cerca de 1.200 vagões por ano.

4 — *Companhia Sorocabana de Material Ferroviário — Soma* — Fundada em 1929, com amplas instalações em Osasco, São Paulo. Emprega-se na fabricação e manutenção de vagões, particularmente vagões e frigoríficos. No momento, entre reparações e construções novas, atinge o total mensal de 75 unidades. Dada a ampliação efetuada

nas suas instalações, está capacitada para construir, além do seu programa atual, mais 50 vagões novos por mês, ou seja, 600 vagões por ano.

Convém ainda ressaltar que embora os números apresentados nunca tenham sido atingidos, por viverem as fábricas em regime de penúria de encomendas, eles podem ser considerados como conservativos: uma linha de montagem de vagões controla-se em torno de certas máquinas essenciais, cuja capacidade não fica esgotada, pois, geralmente, a produção é delimitada por outros fatores de menor monta. Assim sendo, para as fábricas já constituídas um aumento na sua capacidade é o mais das vezes de realização não complexa, dependendo quase sempre tão somente da expansão de instalações auxiliares.

III

A COLABORAÇÃO DO EXÉRCITO NA CONSTRUÇÃO FERROVIÁRIA

O Exército brasileiro já construiu 891 quilômetros de estradas de ferro, possibilitando o desenvolvimento econômico de importantes regiões do território nacional.

As atividades levadas a efeito pelas nossas forças armadas de terra para ampliação do nosso parque ferroviário, datam do início do século. Em 1901, rumou o 2º Batalhão de Engenharia (hoje 1º Batalhão Ferroviário) da Escola Militar do Rio Pardo para Iranduí, a fim de construir o trecho Cacequi-Inhanduí, integrante da ferrovia Porto Alegre-Uruguaiana.

Os esforços do aludido Batalhão redundaram em benefício não apenas de ordem imediata, como também vieram contribuir para o progresso da rica e fértil região do oeste sul-rio-grandense, atualmente um dos esteios da economia daquela Estado.

Em consequência os trabalhos realizados pela referida unidade do

Exército, foram incorporados à rede de Viação Férrea do Rio Grande do Sul 874 quilômetros de estrada de ferro.

IMPORTANCIA DO TRECHO RIO NEGRO-BARRA DO JACARÉ

Dentre as ferrovias em construção, reveste-se de grande importância o trecho Rio Negro-Barra do Jacaré, ligando os Estados do Paraná e Rio Grande do Sul, que apresenta uma extensão de 648 quilômetros e que vem requerendo um trabalho pertinaz, de vez que se desenvolve em terreno acidentado e rochoso, exigindo a execução de elevado número de viadutos, pontes e túneis.

FERROVIAS CONSTRUÍDAS

Além da ferrovia Cacequi-Inhanduí, foram construídas diversas outras como as de Cruz Alta — Giruá, Passo do Barbosa — Jaguarão, Jaguari — São Borja, D. Pedrito

— Santana do Livramento, Santiago — São Luis, e Pelotas — Canguçu, todas no Estado do Rio Grande do Sul, e o ramal Lorena — Piquete, em São Paulo.

Nessas ferrovias foram dispendidos Cr\$ 188.639.012,96, ficando o país beneficiado com cerca de 900 mil quilômetros de linhas férreas.

NOVOS EMPREENDIMENTOS

Mas o Batalhão Ferroviário não parou com a construção dessas vias de comunicação em suas atividades em vários Estados da União. Outras estradas vêem suas obras em andamento, estando programada a execução de mais 859 quilômetros

Todo o trabalho tem se desenvolvido quase sem interrupção, desde os tempos em que eram insuficientes os recursos técnicos até nossos dias, quando as equipes de especialistas são cuidadosamente preparadas.

Dentre em breve, estarão concluídos os trechos do Rio Negro — Lages e Vacaria — Bento Gonçalves, assim como a ferrovia Santiago — São Luis — Cêrro Largo, no Rio Grande do Sul.

Esses trabalhos recebem a orientação superior da Diretoria de Obras e Fortificações do Exército.

(Da "Revista Ferroviária", de março)

RETRATO ROMANCEADO DO BRASIL

O Major LUCAS DA SILVEIRA lançou este ano *BRA-SILÉIA*, dando-lhe a classificação *romance*, embora não desenvolva um enredo à maneira dos clássicos da ficção. Trata-se, como diz o autor, de um retrato romanceado do Brasil, um longo cavaco cívico pontado de chistes, um mergulho no oceano dos problemas nacionais. Os pensamentos dos personagens volitam no passado, no presente e no futuro do Brasil.

O tema fundamental do livro, examinado especialmente no 16º capítulo, é a MUDANÇA DA CAPITAL da União para o planalto central do País. Os outros 15 capítulos tratam de assuntos diversos, encadeados naquele sentido. Destacamos NACIONALISMO (profissão de fé contra as idéias exóticas), O HOMEM E A TERRA (advertência aos fazedores de desertos), O ESTADO (conceituação e crítica ao grande número de nossos partidos políticos), ORGANIZAÇÃO CIENTÍFICA (princípios de técnica de administração), COMPLEXO ECONÔMICO (produção, repartição, circulação e consumo da riqueza), BRASIL (organização estatal), EXÓDO RURAL (tributário das favelas) e REFORMA AGRÁRIA (fixação do homem à terra). São 330 páginas de debate sobre assuntos brasileiros.

BRA-SILÉIA está à venda nesta Revista e custa Cr\$ 45,00.

Pedido pelo Reembolso Postal para o Diretor-Gerente — Caixa Postal, 17 — Agência do Ministério da Guerra.

NOTÍCIAS DIVERSAS

Combatamos sem descanso o pessimismo. Não vejamos apenas os nossos defeitos, que também outros povos igualmente possuem; fortaleçamos a fé em nossa capacidade de realização, repetindo a cada passo o muito que já conseguimos produzir e que as estatísticas proclamam; criemos a consciência nacional de que já somos uma grande nação e de que seremos incomparavelmente maiores em próximo futuro, graças ao trabalho e aos imensos recursos de que poderemos dispor.

WALDEMIRO POTSCHE

● Um milhão de toneladas de trigo em 1954

Segundo comunicação oficial feita pela Comissão Técnica de Trigo ao Presidente da República, o Brasil produzirá, em 1954, um milhão de toneladas de trigo. Têm sido tão grandes, afirmou aquela Comissão, o êxito dos trabalhos técnicos e científicos e dos serviços de expansão do trigo que se pode prever aquela quantidade como a produção do corrente ano.

● Reorganização dos serviços da nossa marinha mercante

Uma Comissão Especial instituída por decreto do Presidente Getúlio Vargas deverá apresentar dentro de noventa dias, um relatório propondo a reorganização dos serviços da nossa Marinha Mercante. A medida complementa uma série de outras providências adotadas pelo Governo no setor de navegação marítima, como o reequipamento da frota de cabotagem, expansão da navegação de longo curso e reativação da construção naval e visa a melhorar o rendimento da nossa frota mercante. Conforme o Presidente da República assinalou em sua recente mensagem ao Congresso, novos investimentos nesse importante setor da vida nacional tornar-se-ão impro-

ductivos, se o problema da operação adequada dos nossos navios não for resolvido, pois que o mesmo ultrapassa a própria questão de eficiência do equipamento, tornando-se imperiosa a reorganização básica dos serviços para que se possa eliminar os déficits e mesmo enfrentar a concorrência internacional.

A Comissão Especial terá a incumbência de realizar um estudo metódico no mecanismo de nossas empresas federais de navegação e, como fruto de suas observações, sugerir as providências necessárias à melhoria do índice de rendimento de nossa Marinha Mercante.

É pensamento do Governo encarregar a Costeira de todo o serviço de cabotagem, ficando o Lloyd exclusivamente encarregado da navegação para o exterior, eliminando-se, dessa maneira, a concorrência ruinosa que ambas as empresas, pertencentes do patrimônio da Nação, se faziam mutuamente.

Conforme projeto da Comissão Mista, aprovado pelo Governo, serão vendidos 33 velhos navios do Lloyd e 17 da Costeira.

Das frotas obsoletas do Lloyd e da Costeira, que, como se disse acima, serão, em grande parte, vendidas como ferro velho, restarão apenas 21 navios em bom estado. Para substituir os que seguirão para o "cemitério", serão adquiridos 50 novos e modernos navios. A propósito, o projeto recomen-

dou as seguintes unidades: 8 cargueiros de 5 mil toneladas, do tipo dos utilizados pela frota de reserva do "Maritime Administration" dos Estados Unidos; 9 cargueiros de 2 mil toneladas, para atender aos pequenos portos, devendo ser construídos no estrangeiro; 5 cargueiros de 5 mil toneladas a serem construídos no estaleiro brasileiro, que, de acordo com o projeto n. 31, da Comissão Mista, serão construídos no Brasil; 3 navios exclusivamente para passageiros, com capacidade cada um deles, para 200 passageiros de primeira classe e 350 de segunda, a serem construídos no exterior e, por fim, reforma e ampliação de seis navios mistos da Costeira e um do Lloyd. Prevê ainda o projeto a reforma de outras unidades de ambas as empresas.

Além da renovação da frota será adquirida grande quantidade de peças sobressalentes para manutenção dos 12 navios do tipo "Rio Amazonas" do Lloyd, resultando daí grande economia nos reparos futuros.

O estaleiro que, de conformidade com o projeto, deverá ser instalado para garantir a manutenção da nova frota e mesmo a construção dos cinco cargueiros já referidos, será construído na Ilha do Viana.

Os navios mais velhos, mas em condições de prestarem algum ser-

viço, serão postos na reserva e outros serão empregados exclusivamente no transporte de sal.

(Da Imprensa)

● Progressos do problema do petróleo

Foram assinaladas as notas reversais do acordo boliviano-brasileiro pelo qual o Brasil e a Bolívia empregarão a soma de 2.000.000 de dólares — 1.000.000 cada país — na perfuração e exploração do petróleo boliviano no Departamento de Santa Cruz.

O Brasil adiantaria à Bolívia 1.000.000 de dólares que serão reembolsados de conformidade com o tratado boliviano-brasileiro de 1938, o qual estipula que os adiantamentos que o Brasil fizer serão pagos com petróleo da Bolívia exportado para aquele país.

O petróleo da Bolívia, transportado inicialmente pela E.F. Brasil-Bolívia e, futuramente, por um oleoduto a ser construído ao longo desta ferrovia, poderá ser refinado em Corumbá e daí, já sob a forma de produtos derivados, poderá ser distribuído, para as Cidades brasileiras, pela EF Noroeste e pela rede fluvial de Mato Grosso.

Eis aqui um quadro do consumo de petróleo no Brasil, abrangendo o período de 1943 a 1952:

ANOS	VOLUME (1.000 t)	VALOR (*)	
		Em Cr\$ 1.000	Em US\$ 1.000
1943	810	581.064	31.039
1944	783	515.497	27.537
1945	753	550.750	29.420
1946	1.649	828.320	44.248
1947	2.493	1.374.666	73.433
1948	3.165	2.158.396	115.299
1949	3.531	2.114.711	112.965
1950	4.297	2.566.227	137.085
1951	5.231	4.158.845	222.054
1952	6.117	4.807.248	240.772

Q. (*) Valor na moeda do ano em causa.

-17
-89.
-1120

• A produção de açúcar de São Paulo

Apesar da geada que atingiu os seus canaviais, São Paulo produziu, na safra passada, 11.700.000 sacos de açúcar e, neste ano, preve-se uma safra de 14.000.000 de sacos.

• Dados comparativos sobre a situação econômica do Brasil

O Sr. Valentim Bouças, membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças, falando à Imprensa, pintou o seguinte quadro comparativo da situação econômica do Brasil:

Em 1931

Nossas exportações eram da ordem de US\$ 144.000.000.

Os nossos atrasados comerciais orçavam pela casa de..... US\$ 100.000.000, ou seja o equivalente a 70 % de nossas exportações daquela época.

As remessas para o exterior estavam suspensas.

O orçamento federal era da razão de 2 milhões de contos de réis.

O desemprego era assustador.

Nossa população era de 35 milhões de habitantes.

O café armazenado sem comprador, representava cifra em torno de 20 milhões de sacas. Os bancos imobilizados tinham, a agravar suas Caixas, dezenas de milhares de conhecimento de estradas de ferro e warrants representando o valor do café armazenado e depreciado!

Respondíamos por uma dívida externa no montante de..... £ 276.984.962, ouro, cujo serviço anual importava em £ 23.096.581, ouro.

Em 1954

Nossa exportação atinge a US\$ 1.539.322.193, ou seja mais de 10 vezes que em 1931.

Os atrasados comerciais, que, em 30 de junho, chegaram à cifra de 887 milhões de dólares, representavam, a 28 de fevereiro último, menos de 170 milhões de dólares,

ou seja apenas 12 % da nossa exportação anual. Foram eliminados os atrasados comerciais com os Estados Unidos. Com a Inglaterra já concluímos um programa de liquidação em condições satisfatórias para ambos os países.

As remessas para o exterior estão em dia.

O orçamento federal é da ordem de Cr\$ 48.000.000.000.

Hoje há situação de pleno emprego.

Nossa população é de mais de 52 milhões de habitantes.

O café que em 1931 buscava no fogo e no mar os aliados para o seu consumo e restabelecimento estatístico, hoje, em 1954, escasseia e o que existe é disputado a peso de ouro. Naquela época foi a valorização oficial a causadora do mal. Hoje, o que aí está foi determinado pela lei natural da oferta e procura. E os estabelecimentos bancários, ao contrário de 1931, operam, em 1954, normalmente, sem o fardo do café imobilizado.

Nossa dívida externa (remanescente da de 1931) é de US\$ 230.000.000, equivalente a £ 82.670.945, ou seja apenas 29 % do que era, há vinte e três anos. Seu serviço anual é de £ 9.157.257, ou US\$ 25.638.647.

Durante 107 anos, de 1824 a 1931, a totalidade dos nossos empréstimos externos atingiu o equivalente a 412 milhões de libras-ouro. Essa receita durante o mesmo período custou-nos de juros: 266 milhões de libras-ouro e de amortização mais 135 milhões. Tais pagamentos eram efetuados por meio de novos empréstimos ou reformas dos antigos. Com a implantação do esquema Osvaldo Aranha, em 1934, o Brasil aboliu essas práticas. E, assim, nesses últimos 20 anos o Brasil pela primeira vez em sua história financeira, pagou o serviço de sua dívida externa em valor equivalente a 735.426.513 dólares-ouro, milhões que não foram obtidos com o produto de novos empréstimos externos, mas, tão somente, com os nossos próprios recursos.

É necessário, aqui, não confundir a dívida externa fundada da União, Estados e Municípios com a que temos contraído ultimamente com o Export-Import Bank e o International Bank. A época dos chamados empréstimos externos, com liberdade de aplicação, cessou. Hoje, em última análise, o que temos realizado são operações destinadas a financiar equipamentos que são pagos a prestações. Essa modalidade teve, entretanto, um aspecto salutar. Eliminou a prática do passado, quando abusávamos dos créditos externos não para construir mas, muitas vezes, apenas, para cobrir deficits orçamentários.

Ora, uma nação que em 23 anos aumenta sua população de 60 % e que, a despeito disso, exporta hoje por mês o que naquela época exportava por ano, não é uma nação estacionária. Está, antes, em plena marcha. Precisamos, entretanto, com decisão e coragem, observar um maior equilíbrio nos setores econômico-sociais o que evitará futuras crises desse gênero.

Há, a nosso ver, desajustamentos e incompreensões em alguns setores onde a demagogia aliada a um falso nacionalismo, por ignorância ou má fé, se intromete visando provocar confusões que resultem em prejuízo do povo brasileiro.

Reconhecemos que a situação financeira dos Estados e Municípios, tal qual em 1931, não é satisfatória. hoje mais agravada pela má distribuição das rendas, conforme já salientamos.

Há, entretanto, como disse Marcos de Souza Dantas, em sua memorável e patriótica palestra do Clube dos Seguradores e Banqueiros, grande e alentador índice de recuperação, após a implantação do novo Esquema Econômico-Financeiro Osvaldo Aranha. O Estado de São Paulo, centro de nossa vida econômica, recomeça seu ciclo de reerguimento financeiro, arrecadando mensalmente 150 milhões de cruzeiros mais do que a parcela constante do orçamento em vigor. Começa a saldar os recentes compromissos assumidos com o Banco do Brasil, e, antes do vencimento

do acôrdo financeiro, estará São Paulo habilitado, com o trabalho patriótico e construtivo dos seus filhos, a vencer mais uma crise financeira.

Senhores, se a conjuntura atual é realmente difícil, dispomos, entretanto, de maiores e melhores recursos. Necessário é, porém, que haja leal compreensão e cooperação de todos os brasileiros. Tenhamos em 1954 a mesma fé que tivemos em 1931, pois que a atual presidente do nosso Conselho Técnico é o mesmo homem de fibra que, como Ministro da Fazenda, soube enfrentar e vencer a crise de 1931-1934.

● Estabelecimento da indústria automobilística no Brasil

Por ocasião da visita aos Estados Unidos do comandante Lúcio Meira e dos seus colegas da Subcomissão de Veículos, Automotriz da Comissão de Desenvolvimento Industrial, a Ford International preparou relatório acerca das possibilidades de criação de uma indústria de automóveis no Brasil.

Esse relatório, pelas suas conclusões, deve ser avivado no momento, precisamente quando a nossa indústria automobilística procura tomar vulto. Em resumo, contém um estudo acerca dos fatores básicos do desenvolvimento da indústria de automóveis nos Estados Unidos e um balanço das disponibilidades e necessidades brasileiras no mesmo sentido. Em apêndice, a Ford International publicou o projeto que preparou para a instalação de uma indústria de caminhões na Espanha (1939) e analisa a experiência australiana tendente ao estabelecimento progressivo da indústria automobilística no subcontinente.

De acôrdo com o relatório da Ford International, seria impossível ao Brasil tentar a fabricação completa de automóveis antes de se garantir um suprimento adequado de matérias-primas e produtos

industriais básicos e dispor das indústrias auxiliares indispensáveis.

Estimam os técnicos da Ford Internacional que o mercado de automóveis, no Brasil, exige um volume de cerca de 100.000 carros de passageiros e caminhões e 10.000 tratores. A estimativa se baseia nas cifras de nossa importação de veículos automotrizes nos últimos seis anos. Em 1952, a importação de carros americanos e canadenses foi de 19.273; de Ingleses, 7.770; franceses, 1.421; alemães, 2.024 e de outros tipos, 640. Quanto à aquisição de caminhões foram importados, dos tipos: americanos e canadenses, 38.230; dos ingleses, 3.492; Franceses, 824; Alemães, 4.686 e de outros tipos, 3.000.

Importaram-se ainda 3.109 tratores, americanos e canadenses e 1.433 ingleses.

O total de veículos importados (exclusive tratores) foi de 57.503 Americanos e Canadenses, 11.262; Ingleses, 11.262; Franceses, 2.245; 6.710 Alemães e de outro tipos, 3.640, num total geral de 81.360 veículos.

Dêste modo, caminhões e tratores devem ser a primeira preocupação de uma indústria de automóveis que venha a instalar-se no Brasil. A fabricação de carros de passageiros, muito complexa e custosa, deve ficar fora de cogitações até que se resolva o problema da fabricação de caminhões e tratores, de absorção rápida pelo mercado nacional. Calcula a Ford Internacional em 50.000 caminhões e 10.000 tratores as necessidades anuais do Brasil e, no referente a caminhões, considera êsse total de tão pequena monta que será anti-econômico, no futuro, o fabrico de caminhões de todos os tamanhos e capacidades necessários para o transporte de cargas de meia tonelada até 20 toneladas.

Realça ainda o Relatório a economia de divisas que será proporcionada pela substituição do consumo de gasolina por óleo, cujo custo é 50 % inferior, na hipótese de serem fabricados caminhões com motores a óleo. Está poupan-

ça seria da ordem de 33 milhões de dólares por ano.

Os técnicos da Ford Internacional consideram indispensável a existência de bons estoques de matérias-primas e produtos básicos e de indústrias auxiliares, para o fornecimento de peças e equipamentos. Das matérias-primas arroladas no relatório, o nosso país produz suficientemente minério de ferro e manganês e compensa com importações volumosas a incipiente produção nacional de alumínio, cobre, estanho, zinco, carvão, gasolina, óleo Diesel e óleo combustível. Os produtos industriais básicos, sem os quais a fabricação de automóveis não seria possível, incluem barras, chapas, lâminas e forjados de aço, artefatos de alumínio, cobre, latão, chumbo, estanho, níquel, zinco, antimônio, borracha, vidro e papel (papela). Esta simples enumeração indica o vasto campo industrial em que repousa a manufatura de automóveis — um sem número de indústrias auxiliares, de máquinas, de utensílios, de instrumentos e, naturalmente, de peças e equipamentos. Algumas destas indústrias já existem, e inclusive fabricam parte do material considerado básico, como forjados de aço, artefatos de borracha etc., mas grande parte destas indústrias terá de ser instalada no país, antes que seja possível a manufatura completa do automóvel nacional. No intervalo, e certamente em proporção gradativamente menor, teremos de importar os materiais e artigos necessários.

De acordo com o relatório da Ford Internacional, o Brasil está em segundo lugar entre os maiores importadores de automóveis no mundo, depois da Austrália.

Comentário da Redação: apesar do arrazoado da Ford, acima transcrito, nada mais deterá o estabelecimento da indústria automobilística no Brasil. Ela mesma confessa que já importamos, anualmente, 81.360 veículos, isto é, quase os 100.000 indispensáveis para o estabelecimento dessa indústria. Mas é preciso que se diga que os

planos rodoviários federais e estaduais em andamento elevarão de muito, proximamente, aquele limite. Só o Governo de Minas está construindo 3.000 kms de ótimas rodovias. A Rio-Belo Horizonte e a São Paulo-Belo Horizonte, em construção, contribuirão com novos aumentos, a exemplo da Rio-São Paulo, que já está com um tráfego diário de mais de 20.000 veículos.

Temos todos os elementos para o estabelecimento dessa indústria. Nossa produção de aço (inclusive os aços finos da Acesita) alcançará, dentro de 2 a 3 anos, 2.500.000 toneladas e está em plena expansão. Temos já uma desenvolvida indústria subsidiária automobilística, que é uma das de maiores progressos, nos últimos anos. Produzimos pneus, câmaras de ar, baterias, estofamentos, carrocerias de madeira e aço, vidros e faróis e uma infinidade de peças para automóveis. A recente exposição da indústria automobilística do Brasil, realizada pela Comissão de Desenvolvimento Industrial, provou-o exuberantemente.

O interesse com que grande número de velhas indústrias automobilísticas dos Estados-Unidos e da Europa procuram se instalar no Brasil é uma prova de que o nosso mercado tem amplas possibilidades. A General Motors vai começar a produzir caminhões 100 % nacionais, em São Paulo.

A Mercedes-Benz prepara-se para fazer o mesmo. A FNM está nacionalizando o caminhão Alfa-Romeu. E assim por diante.

Talvez a verdade seja esta: a Ford instalou uma usina de montagem em São Paulo que custou-lhe Cr\$ 400.000.000,00. Mas só para montar. Não lhe interessa, portanto, que concorrentes se estabeleçam no Brasil para fabricarem o veículo completo. Pois transformem, Senhores da Ford, a usina de montagem em usina de fabricação, o que, aliás, parece que eles já pretendem fazer, dadas as dificuldades cambiais do país.

Com isso, lucrará o Brasil e é o que nos interessa, por enquanto.

● Veículos Alemães serão produzidos no Brasil

Vindos da Alemanha e passando pelo México e Venezuela, acham-se entre nós os Srs. Fritz Koenecke, presidente da Daimler-Benz de Stuttgart, e Arnold Wychodil, chefe de exportações da mesma firma. Depois da audiência concedida pelo Presidente da República, em Petrópolis, o Sr. Koenecke falou ao "Correio da Manhã" dizendo, inicialmente que o alto nível da industrialização no Brasil e, especialmente, em São Paulo, o surpreendeu. Estudos aprofundados e a sua atual visita confirmavam ainda mais a impressão do ritmo acelerado da industrialização brasileira em geral e do progresso dos próprios planejamentos da fabricação de veículos motorizados, em moldes previstos.

— "A Daimler-Mnz — o mais antigo produtor de automóveis, caminhões e veículos motorizados do mundo — recebeu, depois do reerguimento dos seus estabelecimentos industriais em Stuttgart, de diferentes países, propostas para colocar as experiências que possui ao serviço da instalação de indústrias nacionais da sua especialidade. Foi do Brasil, de onde pariu a primeira sugestão de dicarmos, em colaboração estreita com os nossos amigos e representantes, a esta tarefa sumamente difícil. E assim realizávamos como primeira expansão das nossas atividades industriais o projeto da fabricação de caminhões no Brasil. Conseqüentemente, mandávamos uma equipe selecionada de técnicos e mecânicos ao Brasil e, ao mesmo tempo, providenciávamos o estágio de jovens e especialistas brasileiros nas nossas fábricas, em Stuttgart, para prepará-los para as suas futuras atividades na nossa empresa em São Paulo".

Maquinária pronta para embarque

— "Enquanto terminam as construções das fábricas, temos o parque da maquinaria industrial, o

mais moderno e eficiente, pronto para embarque, em Hamburgo. O problema complexo dos financiamentos estrangeiros foi resolvido de maneira satisfatória. Naturalmente ocupava-nos sobremaneira o abastecimento das nossas fábricas em matérias primas. Estudos evidenciavam que, com o aumento da produção nacional de aço, as nossas necessidades podem ser atendidas tanto quantitativamente como qualitativamente. É este progresso na fabricação nacional brasileira de aço um fator altamente notável. O planejamento da fabricação de veículos motorizados no Brasil por parte de outras empresas contribuiu sensivelmente para fortalecer a nossa convicção de que nossa idéia inicial de iniciar uma indústria neste ramo é acertada. Sendo que a Daimler-Benz só fabricará veículos movidos por motores Diesel, — por enquanto caminhões, porém com a progressão desta fabricação, no futuro, também carros de passeio com motores Diesel, — o nosso empreendimento se baseia numa base diferente de todos os outros similares. Considerávamos de antemão que, para um país que carece de abastecimento auto-suficiente em gasolina, o motor Diesel é a solução ideal significando substancial economia não somente em moeda estrangeira, mas também no próprio combustível. O consumo do motor Diesel assegura economia vulgar, ligada ao robustez.

Otimismo justificado

— “O fato de ter o presidente da República aprovado os nossos planos e assegurado o seu apoio e o do Governo brasileiro, fortalecem ainda mais o nosso otimismo, otimismo esse indispensável quando se trata de empreendimento industrial de tão grande envergadura, — disse-nos o Sr. Koenecke. E frisou: “As relações econômicas entre o Brasil e a República Federal Alemã se encontram em franco progresso, não somente em relação às trocas de mercadorias, mas sim no terreno de uma colaboração sempre mais estreita no

domínio da industrialização brasileira. Estamos convencidos que as atividades da Daimler-Benz no Brasil serão de alta importância para a motorização do país, aprofundando os laços que unem industriais e capitalistas alemães com a economia nacional. Tudo faremos ao nosso alcance, para bem servir o país que nos acolheu com a mais sincera boa vontade. Sentimo-nos orgulhosos em participar desta evolução verdadeiramente notável que o Brasil industrial apresenta, para a admiração do mundo inteiro”.

(Da Imprensa)

● **As jazidas de manganês do Amapá são as mais ricas do Ocidente**

O Sr. William D. Johnson Filho, da United States Geological Survey, declarou que as jazidas de manganês existentes no território brasileiro do Amapá são as mais ricas até agora encontradas no hemisfério ocidental. Predisse, ao mesmo tempo, que os embarques desse mineral para os centros de produção de aço começarão dentro de três anos.

Johnson assinalou que quando os peritos da Geological Survey fizeram sua primeira estimativa sobre a região do Amapá, calcularam que os recursos em mineral de manganês ascenderiam a 7 milhões de toneladas. Esses cálculos foram revistos, uma vez limpos os bosques e efetuadas as experiências de perfuração, situando-se na ordem de 15 milhões de toneladas a quantidade de mineral de manganês existente no Amapá.

A maior parte do mineral está próximo à superfície e pode ser recolhido mediante as operações comuns de mineração. Acredita-se que o minério tem um conteúdo de manganês de 48 por cento. Explicou Johnson que as obras do Amapá estão a cargo da empresa Indústria e Comércio de Minérios Ltda., do Brasil, da qual é associada a Bethlehem Company. A em-

prêsa já deu início à construção de uma estrada de ferro, contratada com uma firma norte-americana Foley Brothers, esperando-se que os trabalhos de construção estejam terminados dentro de 30 meses.

Alguns meses antes da terminação da estrada serão iniciadas as obras de mineração, esperando-se que dentro de cerca de três anos, o Amapá comece a embarcar seu mineral de manganês para os centros de consumo. É provável que mais ou menos a metade da produção seja destinada aos Estados Unidos. O restante será utilizado na indústria siderúrgica do Brasil e de outros países.

(Da Imprensa)

● A Cia. Vale do Rio Doce alcançou novo recorde de produção

O saldo econômico da Cia. Vale do Rio Doce, relativo ao ano de 1953, elevou-se a Cr\$ 223.988.712,10. Esta importância é por demais significativa em face do que ocorria há seis anos. Em 1948, a Empresa acusava o saldo de Cr\$ 4.214.592,43; em 1950, os algarismos passavam para 22.944.457,60. Em 1952, já desenvolvendo intensa atividade pois exportava 1.500.000 toneladas de minérios de ferro, a Cia. apresentava, em balanço, um saldo de Cr\$ 181.875.929,90. Confrontada esta soma com a do ano findo, verifica-se um aumento de Cr\$ 42.112.782,20.

No que concerne à produção, o ano de 1953 estabeleceu o maior "record" da Cia. Vale do Rio Doce — 2.017.355 toneladas, contra 1.794.870 em 1952 e 1.314.133 em 1951.

A exportação de 1953 foi de 1.384.100 toneladas, contra 1.507.013 em 1952. Entretanto, se o volume foi inferior, a receita em dólares foi superior à de 1952. Em cruzeiros, atingiu 67.832.178,80.

Segundo as informações da Cia. Vale do Rio Doce, a diferença favorável em dólares decorreu da circunstância de ter parte do minério vendido em 1953 alcançado

preços excepcionais, ou sejam US\$ 18,00 e US\$ 18,50 por tonelada. Em cruzeiros, a diferença mais acentuada resultou do ágio de Cr\$ 10,00 acima da cotação oficial do dólar.

(Da Imprensa)

● Alargamento da bitola da EFCB entre Joaquim Murtinho e Belo Horizonte

O Presidente Getúlio Vargas aprovou o projeto elaborado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para alargamento da bitola entre Joaquim Murtinho e Belo Horizonte, bem como no sentido de dotar a linha de bitola estreita (Divisão de Minas) da Central de importantes melhoramentos. Na exposição de motivos que, sobre o assunto, lhe foi submetida pelo Ministro da Fazenda, salientou o Chefe do Governo:

"O projeto merece alta prioridade e se enquadra no plano geral do Governo, no sentido do reaparelhamento do sistema nacional de transportes. O mau estado das linhas de bitola estreita da Central e a sua incapacidade para atender à demanda de carga na zona que atravessam obrigam o recurso ao tráfego rodoviário, prejudicam o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais e retardam o progresso da região.

O Governo está disposto a tomar medidas para a obtenção do empréstimo em moeda estrangeira que se verificar indispensável e a promover o financiamento em moeda nacional.

As recomendações da Comissão Mista no tocante à aquisição do material no estrangeiro deverão ser examinadas em vista da política governamental de economia de divisas e de fomento à indústria nacional.

Ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico para apreciar as sugestões da Comissão Mista sobre o financiamento em cruzeiros e para proceder à revisão do projeto que se fizer necessária de acordo com os termos deste despacho".

Recomenda a Comissão Mista a reconstrução da linha, com variantes entre Joaquim Murtinho e Belo Horizonte, com 127 quilômetros de extensão, devendo ser lançado um terceiro trilho a fim de permitir o tráfego tanto de bitola larga quanto de bitola estreita.

Serão adquiridos trilhos de 45 kgs por metro para instalação na linha tronco entre Esperança e Sete Lagoas, numa distância de 153 quilômetros. Os trilhos que forem, conseqüentemente liberados depois de recondicionados, serão aproveitados noutros trechos de leito onde se empregam atualmente trilhos com menos de 30 kg por metro. Para isso serão comprados acessórios de fixação e aparelhos de mudança de via, bem como equipamento para despenar, soldar e serrar trilhos. Serão colocados aproximadamente 173 mil dormentes a fim de elevar o número dos mesmos a 1.700 por quilômetro. Além disso, para completar a substituição, serão colocados 130 mil outros, num período de cinco anos. Da mesma forma será renovado o lastro de pedra, na base de 1.200 metros cúbicos por quilômetro, devendo ser comprado o necessário equipamento para pedreiras.

A fim de serem substituídos os vagões antigos, está prevista a compra de 880 novos vagões, dos quais serão 200 fechados, 350 gondolas para minério, 140 para transporte de gado, 68 para lastro e 122 plataformas. Para passageiros serão adquiridos 83 carros de aço. Será ainda adquirido equipamento de uma oficina de manutenção e reparação.

Os gastos com o programa de reequipamento e remodelação estão orçados em Cr\$ 588.413,00 para as despesas em moeda nacional, e em 1.763.000 dólares para o material a ser adquirido no exterior.

Dentre as vantagens que o projeto de remodelação deverá trazer, cumpre destacar a que decorre da retificação da linha entre Joaquim Murtinho e Belo Horizonte que reduzirá de 35 quilômetros a distância entre esses dois pontos. A

melhoria das condições técnicas permitirá acesso direto a Belo Horizonte do tráfego de bitola larga, por duas linhas separadas, sendo consideravelmente reduzidas as delongas causadas pela baldeação de bitola. Ao mesmo tempo será aumentada a velocidade média, com melhoria de segurança tanto para os trens de passageiros como para os de carga. Será permitido o emprêgo de trens mais pesados e a utilização, com um aumento aproximado de 80 por cento da capacidade geral das linhas.

As linhas de bitola estreita da Central do Brasil em Minas Gerais transportam matérias-primas para as indústrias siderúrgicas e produtos manufaturados fabricados nessas usinas situadas na zona meridional; a produção agrícola, florestal e pecuária da zona da linha e os bens de consumo de centros industriais, como do Rio, São Paulo e Belo Horizonte. Cerca de 60 % do tráfego da Central se processam na linha de bitola estreita. Em 1952 foram transportadas 1.286.000 toneladas. A carga mais importante consiste em ferro e aço produzidos nas usinas do ramal de Nova Era e nas localidades ao sul de Belo Horizonte. Essa carga, que representa cerca de 15 % da tonelage transportada, permaneceu estável durante alguns anos, mas tende a aumentar em ritmo acelerado em virtude da expansão das usinas siderúrgicas que dependem, para isso do aumento da capacidade de transporte da estrada. Deve-se lembrar que a área drenada pela bitola estreita da Central conta com os maiores depósitos minerais do Brasil, incluindo minério de ferro de primeira qualidade, calcáreo, manganês e dolomita. Segue-se, em importância, a madeira, com cerca de 80 mil toneladas anuais. A carência de vagões de carga tem forçado a estrada a recusar embarques de madeira. O transporte de gado tem aumentado, atingindo, em 1952, 270 mil cabeças. Nos últimos anos se vem notando grande incremento da produção pecuária na zona norte do sistema.

Está em construção um grande matadouro industrial na zona norte de Belo Horizonte, tornando-se possível efetuar embarques diretos de carne congelada para o Rio e São Paulo, aliviando, ao mesmo tempo, consideravelmente, o difícil problema dos embarques de gado. Em 1952 a linha de bitola estreita da Central do Brasil transportou..... 2.684.000 passageiros.

A reabilitação da estrada deverá incentivar a produção agrícola entre Belo Horizonte e Corinto, bem como na nova região que tem como centro Montes Claros. O desbravamento das terras virgens do norte e nordeste do Estado deverá proporcionar tráfego intenso e regular, construído primeiramente de madeira e mais tarde de produtos agrícolas e industriais. Há muitas jazidas de calcário na região e com a melhoria do transporte haverá vantagem para a instalação de fábricas de cimento. Da mesma

forma poderão aumentar os embarques de sal, magnesita e gesso, procedentes das jazidas da Bahia e Nordeste do País, através da Viação Férrea Leste Brasileiro.

Para se avaliar a importância do sistema de bitola estreita da Central em Minas Gerais, deve-se assinalar que o mesmo dispõe de 1.513 quilômetros de linha, entroncando com a Rede Mineira de Viação, em Belo Horizonte; com a Vitória a Minas, em Nova Era; com a Leste Brasileiro, em Monte Azul; com a Leopoldina, em Ponte Nova, e com a navegação fluvial do São Francisco em Pirapora, ligando, pois, os sistemas do centro e sul do País aos do norte e nordeste. Servindo a uma região de ilimitados recursos econômicos, poderá esse sistema, devidamente reaparelhado, concorrer, de maneira positiva para o desenvolvimento de uma vasta área de Minas Gerais.

(Do Diário Oficial)

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firms :

NEVES & CIA. LTDA. — Armadores — Enderêço telegráfico: "NEVESCO" — Rua Braz Cubas, 17 — Telefone 2-6235 — Santos — Cuters: Flamengo e Itamaraty — Agentes em: Paranaguá, Antonina, São Francisco, Joinville, Angra dos Reis e Rio de Janeiro.

CASA BANCARIA FAPO & CIA. — Todas as operações bancárias e de câmbio — Sede: Rua 15 de Novembro, 80 — Telegramas "FARO" — Caixa Postal, 558 — Telefones 3218, 7696 e 7531 — Filial: Rua 15 de Novembro, 206 (Esq. Augusto Severo) — Telefones 2822 e 2021 — Santos.

CASA HESPERIA LIMITADA — Bar, Secção de Frios e Confeitaria — Telefone 2-3433 — Restaurante e Salão de Chá — Telefone 2-7610 — Praça Ruy Barbosa, 22-24 — Telegramas: "CONDOR" — Telefone 2-3433 — Santos

COMPANHIA FARMACEUTICA BRASILEIRA — Vicente Amato Sobrinho — Matriz: São Paulo — Filial: Rua Senador Dantas n. 48 — Rio de Janeiro — Telefones 42-0335, 42-1316.

Noticiário de Interesse Militar

Previsões sobre efetivos

Segundo o Coronel Miksche, atual professor de uma Escola militar portuguesa, a Rússia conta atualmente com 193 milhões de habitantes, aos quais, acrescentando-se 80 milhões dos países satélites e 440 milhões da China comunista, totalizam 713 milhões.

Por sua parte, a Europa ocidental, os Estados Unidos e a Comunidade britânica, têm uma população total de 850 milhões.

No primeiro ano da II Guerra Mundial, os russos contavam com 250 divisões normais; 150 divisões motorizadas ou mecanizadas; 10 divisões aerotransportadas (se bem que não todas com os necessários aviões de transporte); 20 divisões de Artilharia e de 18.000 a 25.000 aviões de combate. Isso quer dizer que o total das divisões era de 530.

A União Soviética mobilizou 27 recompletamentos (cerca de 30 milhões de homens e 3 milhões de mulheres), o que dá uma média teórica de 1.200.000 por cada recompletamento.

Se se parte do princípio de que o crescimento anual da população russa é de 3 milhões de seres, isto é, 8.000 por dia, as perdas da guerra passada já estão completamente reparadas.

Por conseguinte, considerando aquelas 530 divisões, às quais se acrescentariam 74 dos satélites europeus e 100 divisões vermelhas da China, o total passa a ser 704, o que supõe uma divisão por cada milhão de habitantes.

São estes dados que induzem à meditação, se bem que convém advertir que os efetivos das divisões soviéticas são de uns 10.300 homens, ao passo que as ocidentais contam, cada uma, com 15.000 a 18.000 homens.

(Da Revista "Ejército")

Progressos na fotografia de aplicação militar: a nova câmara esférica norte-americana

A Força Aérea norte-americana começou a utilizar recentemente uma nova câmara fotográfica de características completamente novas, já que o negativo é um segmento esférico de cristal e o seu campo visual é um cone sólido de 120 graus, servido por lentes em forma de bola.

Esta original máquina fotográfica toma fotografias desde 10.500 metros de altura, distância da qual abarca uma extensão circular de 1.000 quilômetros quadrados (980 exatamente).

A câmara produz uma imagem sem deformações e de claridade uniforme. Ao funcionar, as lentes em forma de bola, alojadas na esfera

inferior, giram a grande velocidade, enquanto que o obturador (outra esfera ôca maior) gira também ao redor da dita esfera inferior na mesma direção, porém a uma velocidade ligeiramente diferente.

Quando as ranhuras das duas esferas coincidem, os obturadores funcionam automaticamente, deixando penetrar a luz e expondo o cristal revestido com a emulsão sensível aos efeitos daquela.

Complemento do conjunto é, enfim, uma lente especial de projeção que transforma a imagem negativa côncava em uma positiva plana como a de qualquer fotografia corrente.

(Da Revista "Ejército")

Refúgios subterrâneos

Recentemente um grupo de jornalistas teve ocasião de visitar um refúgio anti-atômico construído na Suécia, no qual podem defender-se contra um impacto direto de bomba atômica umas 20.000 pessoas.

Este refúgio forma parte de uma numerosa série de élos, muitos dos quais já foram terminados e outros estão em construção.

Na costa fizeram-se também refúgios para submarinos e destroyers, que se pensa ampliar para que possam caber até cruzadores, enquanto que, em outros pontos, escavou-se o suficiente para instalar até um arsenal.

O plano geral responde à idéia de instalar sob a terra tudo aquilo que tenha caráter vital para a defesa. O Exército, a Marinha e a Aviação dispõem já de subterrâneos para instalarem os seus quartéis-generais e a maioria das esquadrilhas de caça já contam com hangares subterrâneos, dos quais se pensa construir o suficiente para um total de 1.500 aviões.

Enfim, pelo que se refere à indústria bélica, sabe-se que tanto a fábrica Bofors como a dos aviões Saab, que fabricam a maioria dos aviões suecos de propulsão a jato, dispõem de instalações subterrâneas.

Interessante é notar que os nossos métodos de arrebentamento de rochas são tão econômicos que fazem com que a construção de um refúgio subterrâneo custe a metade do preço de um refúgio igual de superfície.

(Da Revista "Ejército")

Foguetes

A Inglaterra construiu um foguete que possui uma velocidade de 2.000 milhas por hora, cujo cérebro eletrônico pode atacar qualquer bombardeiro, segundo declarou recentemente o ministro britânico de abastecimentos.

Sabe-se que tal foguete pode alcançar alturas superiores a 12.700 metros.

Está equipado com motores auxiliares que o aceleram rapidamente a velocidades supersônicas.

Muitas dificuldades de engenharia e aerodinâmica foram resolvidas com êxito, neste foguete, alguns dos quais estão preparados para serem lançados de aviões.

(Da Revista "Ejército")

Arma atômica

Segundo os chefes militares britânicos, o projétil dirigido é melhor arma para a guerra atômica do que o canhão atômico norte-americano.

Anunciou-se que a Inglaterra não seguiria o exemplo dos Estados Unidos e não construiria canhões para atirar projéteis atômicos.

(Do Military Review)

ATOS OFICIAIS

Leis, Decretos e Avisos de interesse geral do Ministério da Guerra
publicados no mês de março de 1954

PORTARIA N. 116, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, considerando :

- que o Duque de Caxias é o símbolo da unidade nacional ;
- que o Exército é um dos fatores dessa unidade ;
- que a coesão do Exército é fruto do espírito da ordem, disciplina, camaradagem e elevada compreensão de seus quadros, cujas manifestações e virtudes bem refletem o exemplo de seu insigne Patrono ;
- que nenhuma homenagem a Caxias lhe é mais glorificadora que a de seguir-lhe o exemplo na defesa da ordem, das instituições e da unidade da Pátria ; resolve conceder a Medalha do Pacificador, instituída pela Portaria n. 345, de 25 de agosto de 1953, e cujo uso foi autorizada pelo Decreto n. 34.918, de 9 de janeiro de 1954, a todos oficiais e praças do Exército, da ativa e da Reserva, que contem 15 anos ou mais de serviço, nesta data, e estejam servindo no Exército ou em órgão da segurança nacional.

Afora as medalhas de prata já cunhadas e distribuídas, a Medalha do Pacificador passa a ser cunhada, doravante, em bronze com as mesmas características da medalha de prata.

A medalha será usada pendente de uma fita de seda chamalotada, de 0m,031 de largura e 0m,040 de comprimento, partida de cinco listas, sendo três azuis e duas vermelhas. A barreta é da mesma fita da medalha com 0m,010 de altura.

A Secretaria Geral do Ministério da Guerra se incumbirá de distribuir a medalha concedida na forma da presente Portaria.

Além dessa distribuição, outras poderão ser feitas a militares, civis e instituições que tenham concorrido para o maior brilho de solenidades glorificadoras do excelso Patrono do Exército, a critério de uma Comissão.

("Diário Oficial" de 5-III-54.)

PORTARIA N. 125, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra tendo em vista o que propõe a Diretoria Geral do Ensino e parecer do Estado-Maior do Exército, resolve aprovar as "Normas para designação e dispensa de Monitores dos Estabelecimentos de Ensino do Exército" que com esta baixa :

1. As presentes Normas visam regularizar o recompletamento dos quadros de monitores dos Estabelecimentos de Ensino, permitindo um melhor aproveitamento de capacidade e, como consequência, maior rendimento para a instrução.

2. Para ser designado monitor deverá o Sargento satisfazer as seguintes condições :

a) ter obtido, pelo menos, o conceito "Bem" ou grau equivalente no curso que o habilita ao exercício da função ;

b) ter obtido, na escola ou Curso feito ou ainda, do último Comandante ou chefe, juízo que o considere "apto para monitor", juízo esse que deve também, constar do seu diploma ou documento equivalente;

c) quando 1º Sargento, não estar no quadro de acesso a Subten. ou QAO;

d) estar classificado, pelo menos, no "bom comportamento".

3. As propostas deverão ser feitas pelos Comandantes dos Estabelecimentos de Ensino, de acôrdo com o modelo anexo.

No cômputo das vagas a preencher devem ser incluídas as que por veitura resultem dos monitores que estejam terminado o prazo na função com a declaração do tempo que lhe falta para tal, bem como se convém ou não a sua permanência.

4. Os monitores serão designados por um tempo mínimo de 2 (dois) e máximo de 4 (quatro) anos, findos os quais poderá haver mais um ano de recondução, mediante proposta feita nas mesmas condições que para a designação.

5. Para que, em tempo oportuno, estejam a postos os monitores, deverá ser obedecido o seguinte calendário:

- a) entrada das propostas na DGE — Entre 4 a 3 meses antes do início do ano ou período letivo;
- b) aprovação das propostas e publicação da designação até um mês e meio antes do início dos cursos;
- c) apresentação dos monitores nos estabelecimentos respectivos — 15 dias antes da data marcada para início dos cursos.

6. A dispensa dos monitores deverá ocorrer, em qualquer tempo, nos seguintes casos:

- a) por conveniência da disciplina;
- b) por motivo de doença;
- c) por deficiência no desempenho das funções.

7. Os monitores promovidos no decorrer do ano letivo, serão mantidos nas funções até o término deste.

8. Os atuais monitores, que já tenham completado cinco (5) anos na função, serão substituídos no fim do corrente ano (ou período) letivo.

Modelo de Proposta

M G

E M E

D G E

Proposta de Monitor

Nome

Graduação

Função que exerce atualmente

Função para que é proposto

Preenche as condições da L.S.M. ?

Já foi monitor ?

Curso que habilita à função — Classificação

Conceito final do curso (ou conceito do atual Comandante ou Chefe sobre sua aptidão para monitor)

Comportamento

Quartel em

PORTARIA N. 174, DE 16 DE MARÇO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acôrdo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, resolve:

1) aprovar as "Instruções para o Funcionamento do Curso de Mecânicos de Equipamento de Engenharia";

2) considerar, o Curso de Mecânico de Equipamento de Engenharia, equivalente ao Curso de Comandante de Pelotão ou Secção, incluindo-se entre os constantes do item VII, da letra c), do art. 16, da Portaria n. 333, de 17 de agosto de 1953 (Normas Gerais para a Promoção de Graduados).

("Diário Oficial" de 27-III-54.)

* * *

ORDEM DO MÉRITO MILITAR

DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 1954

O Exmo. Sr. Presidente da República resolve conferir, na qualidade de Grão Mestre da Ordem do Mérito Militar, as "Insignias" dessa Ordem ao Command and General Staff College — Fort Leavenworth.

("Diário Oficial" de 29-III-54.)

* * *

PORTARIA N. 145, DE 4 DE MARÇO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acôrdo com o que propõe a Diretoria Geral do Ensino, resolve alterar a letra b), do n. 6, do inciso B, da Portaria n. 2, de 8 de janeiro de 1954, que passa a ter a seguinte redação:

"b) Curso "B.1":

Infantaria — 17 (dezessete);

Cavalaria — 9 (nove);

Artilharia — 14 (quatorze)".

* * *

PORTARIA N. 145-A, DE 4 DE MARÇO DE 1954

Subordinação do Núcleo da Divisão Aeroterrestre.

1. O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve:

O Núcleo da Divisão Aeroterrestre passa a ser subordinado diretamente ao Comando da Zona Militar Leste.

2. Fica revogada a Portaria n. 256, de 9 de julho de 1953.

("Diário Oficial" de 10-III-54.)

* * *

PORTARIA N. 148, DE 8 DE MARÇO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, aprovando parecer do Estado-Maior do Exército, resolve:

a) dar nova redação à letra d), do Aviso n. 489, de 30 de maio de 1953, que passa a ser a seguinte:

d) "Para o desempenho das funções correspondentes à QMP — Pessoal da Munição da QMC — Blindado, devem os candidatos se habilitar com o Curso de Formação e de Aplicação de Remuniciadores".

b) acrescentar ao citado Aviso a letra e), com a seguinte redação :

e) "Seja incluído nos PP-17-1 e 17-2 o Curso de Formação de Remuniador e centralizado na Cia. ou Esq. de Comando e Serviço, destinado à formação do Pessoal de Munição e Remuniador.

— O currículo de instrução deste Curso, será o constante dos referidos PP, acrescido dos conhecimentos indispensáveis aos graduados, os quais serão formados do mesmo modo como está determinado para os das Comunicações". — Gen. Ex. *Euclydes Zenóbio da Costa*.

* * *

AVISO N. 148, EM 8 DE MARÇO DE 1954

Equivalência de Curso.

1. Aprovando as sugestões apresentadas pelo Estado-Maior do Exército, determino que os Cursos "B1", feitos na Escola de Comunicações e nos Centros de Instrução de Comunicações Regionais, sejam considerados equivalentes ao Curso de Comandante de Pelotão ou Seção.

2. Como consequência, fica alterada a Portaria n. 333, de 17 de agosto de 1953, com a inclusão do Curso "B1" de Comunicações, nos itens V e VI do seu Art. 16.

("Diário Oficial" de 11-III-54.)

* * *

DECRETO N. 35.187, DE 11 DE MARÇO DE 1954

Aprova e manda executar o Regulamento da Escola Superior de Guerra.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição, decreta :

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento da Escola Superior de Guerra, que com este baixa, assinado pelo General de Exército Alvaro Fiuza de Castro, Chefe Interino do Estado-Maior das Forças Armadas.

O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de março de 1954 ; 133º da Independência e 66º da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Guillobel.
Zenóbio da Costa.
Vasco T. Leitão da Cunha.
Nero Moura.

("Diário Oficial" de 12-III-54.)

* * *

PORTARIA N. 150, DE 9 DE MARÇO DE 1954

Revogação de Aviso

Tendo em vista as "Normas Gerais para a Promoção de Graduados", aprovadas pela Portaria n. 333, de 17 de agosto de 1953, e de acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, resolve revogar o Aviso número 535, de 31 de agosto de 1951.

("Diário Oficial" de 12-III-54.)

PORTARIA N. 147, DE 5 DE MARÇO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, aprovando o parecer do Estado-Maior do Exército e de acordo com o art. 59, da Lei do Ensino Militar (Decreto-lei n. 4.130, de 26 de fevereiro de 1942), resolve:

1) o curso operacional de Radar, a que se refere a Portaria n. 170, de 18 de março de 1953, destina-se aos oficiais e praças de Artilharia de Costa;

2) criar cursos semelhantes (operacional de Radar) para funcionarem na Escola de Comunicações e no Centro de Instrução de Defesa Antiaérea; no CIDAAé — para oficiais e praças de Artilharia de Campanha e Antiaérea, e na Escola de Comunicações — para os oficiais e praças das demais Armas;

3) que o programa para o curso operacional de Radar, apresentado pela Escola de Artilharia de Costa, sirva de base à organização dos programas dos cursos referidos no item 2;

4) que sejam criados os seguintes cursos para funcionarem no Centro de Instrução de Defesa Antiaérea:

- Mecânico de manutenção orgânica de Radar (1º e 2º escalões);
- Mecânico de manutenção orgânica de direção de tiro de canhão antiaéreo (1º e 2º escalões);
- Mecânico de manutenção orgânica de Artilharia Antiaérea (1º e 2º escalões).

5) que sejam criados os seguintes cursos de manutenção de Material Bélico:

- Mecânico de manutenção de serviço (3º, 4º e 5º escalões) de Artilharia Antiaérea.

5) que no ensino militar da Academia Militar das Agulhas Negras seja incluído o estudo do emprego do Radar. — Gen. Ex. *Euclydes Zênóbio da Costa*.

(“Diário Oficial” de 13-III-54.)

* * *

AVISO N. 144, DE 4 DE MARÇO DE 1954

Considerando que:

— inúmeros cidadãos, julgados incapazes definitivamente para o serviço militar, e portadores do certificado de isenção, encontram dificuldades na obtenção de empregos, em virtude da má interpretação dada a essa incapacidade;

— a grande maioria das causas de incapacidade não impossibilitam os cidadãos de exercer na vida civil, as habilitações que possuem;

— apesar dos esclarecimentos que possam ser prestados, permanece a dúvida quanto às causas da incapacidade;

— cabe ao Estado, evitar o desamparo em que muitas vezes permanecem os cidadãos julgados isentos do serviço militar em consequência da incapacidade, como prova de solidariedade humana e amparo social.

Resolvo:

1. Nos casos em que a causa de incapacidade para o serviço militar não impossibilitar o exercício de atividades civis, deverão ser acres-

centados no certificado de isenção à máquina ou mediante carimbo, e devidamente autenticados pelo órgão fornecedor do certificado, os seguintes dizeres: "podendo, no entanto, exercer atividades civis".

2. Tal acréscimo deverá ser feito nos certificados já fornecidos mediante requerimento dos interessados.

3. A Diretoria Geral do Serviço Militar deverá elaborar instruções reguladoras do assunto de forma a uniformizar a aplicação deste Aviso pelos órgãos competentes.

4. A Diretoria Geral de Saúde deverá providenciar para que nos pareceres dados nas inspeções de saúde se declare a capacidade ou não de exercer atividade no meio civil.

("Diário Oficial" de 13-III-54.)

* * *

AVISO N. 153, DE 10 DE MARÇO DE 1954

Formação de Artífices Militares (Solução de Consulta).

Em solução à consulta da Diretoria de Armamento e aprovando o parecer do Estado-Maior do Exército, resolve:

— as normas estabelecidas pela Portaria n. 189, de 2 de junho de 1952, tornam defesa e utilização de qualquer outro caminho para o recrutamento de Artífices, de que tratam as categorias de qualificação, referidas no art. 3º da citada Portaria.

* * *

AVISO N. 155, DE 11 DE MARÇO DE 1954

Para fiel cumprimento da Diretoria de Finanças e órgãos que lhe são subordinados e das unidades administrativas que realizam pagamento a inativos e pensionistas, declaro o seguinte:

I — As Instruções para instalação e funcionamento da P.I.P. do Rio, aprovadas pela Portaria n. 8.992-A, de 24 de janeiro de 1946, estão em pleno vigor e por elas deve reger-se a atual Pagadoria Central de Inativos e Pensionistas enquanto não forem modificadas ou revogadas.

II — Para melhor controle dos proventos e pensões não reclamados pelos interessados no decorrer do mês do pagamento, o título *Inativos e Pensionistas* do balancete especial da P.C.I.P. deverá ser desdobrado em dois — *Inativos e Pensionistas*, figurando como anexos do último balancete do mês os seguintes documentos:

a) relação nominal dos inativos que não receberam os seus proventos com indicação das respectivas importâncias, de modo que a soma desta relação adicionada ao saldo do mês anterior totalize exatamente o saldo do título *Inativos* no balancete do último dia de movimento do mês;

b) relação nominal dos pensionistas que não receberam as suas pensões com indicação das respectivas importâncias, de modo que a soma desta relação adicionada ao saldo do mês anterior totalize exatamente o saldo do título *Pensionistas* no balancete do último dia de movimento do mês.

III — A partir desta data, nenhum pensionista será incluído em fôlha de pagamento sem que o órgão pagador tenha recebido a cópia do respectivo título, ou consta da guia expedida pela P.C.I.P. ou pelos E.F.

ou unidades administrativas o número e data do título do órgão que o habilitou.

IV — As Chefias da P.C.I.P. e dos E.R.F. deverão solicitar imediatamente à autoridade que o habilitou as cópias dos respectivos títulos, relativos aos pensionistas que tenham sido incluídos em folha de pagamento sem os requisitos indicados no item anterior.

V — Os inativos cujo cálculo de proventos ou guia de entrada na P.C.I.P., nos E.R.F. ou organizações incumbidas do pagamento depois de encerradas as folhas do mês, não poderão receber os mesmos proventos como adiantamento em cautela, devendo os seus nomes figurar na folha do mês subsequente para saque de todos os direitos. São extensivas aos pensionistas as determinações aqui contidas, sendo irregular qualquer adiantamento a eles feito por conta de saque a realizar.

VI — O não cumprimento das prescrições dos itens III, IV e V deste Aviso importará na imediata suspensão das funções e na responsabilidade pecuniária daqueles que determinem ou realizem tais despesas irregulares.

VII — O Diretor de Finanças deverá prosseguir imediatamente nas inspeções que por ordem ministerial vêm sendo realizadas nos órgãos que lhe são subordinados, apresentando cópia do relatório de cada inspeção diretamente ao Gabinete do Ministro, independentemente do expediente normal dirigido ao escalão superior.

("Diário Oficial" de 15-III-954.)

* * *

PORTARIA N. 159, DE 11 DE MARÇO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra considerando que :

a) os arts. 44 e 45 da Lei do Serviço Militar segundo a redação que lhes deu a Lei n. 1.585, de 28 de março de 1952, estabeleceram o princípio para incorporação e matrícula nas escolas e órgãos de formação de reservistas ;

b) somente com o Plano Geral de Convocação de 1954, foi adotado uniformidade de critérios de julgamento mas, mesmo assim, restritos a incorporação compulsória dos contingentes na Tropa e à matrícula nos Tiros de Guerra ;

c) a seleção vem sendo executada sem um plano de conjunto, à vista de estudos realizados pelo Centro de Aperfeiçoamento de Especialização de Realengo, de regulamentos pertinentes às diversas Escolas, ou de trabalhos de iniciativa das Regiões Militares ;

d) há necessidade de fixação de doutrina e padrões únicos que de modo amplo satisfaçam não só as necessidades da Tropa, como também das diversas Escolas, Centros ou Estabelecimentos, resolve, atendendo as sugestões do Exmo. Sr. General Diretor Geral do Serviço Militar, nomear os seguintes oficiais :

Coronel Iracy Ferreira de Castro, da Arma de Infantaria, da Diretoria Geral do Ensino e Diretor do Curso de Classificação de Pessoal ;

Coronel Saul Freire da Motta Teixeira, da Arma de Artilharia, da Diretoria Geral do Serviço Militar ;

Tenente-Coronel Walkmar Mendes Leal Ferreira, da Arma de Infantaria, do Estado-Maior do Exército ;

Tenente-Coronel Clóvis Gonçalves, da Arma de Artilharia, do Departamento Geral de Administração ; e

Major Moacir Soares Marroig, da Arma de Infantaria, do Curso de Classificação de Pessoal, a fim de, em comissão, estudarem a regulamentação da Aplicação do Princípio de Seleção e respectivos padrões de julgamento para incorporação dos convocados. — *Euclydes Zenóbio da Costa*.

* * *

PORTARIA N. 162, DE 12 DE MARÇO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, resolve baixar a seguinte Portaria para o fornecimento da Carteira de Identidade.

I — O Serviço de Identificação do Exército (Sv. Idt. Ex.), exclusivamente pela sua Chefia ou Gabinetes de Identificação Regionais, é autorizado a fornecer carteiras de identidade:

- a) aos Oficiais da Ativa, da Reserva Remunerada ou reformados;
- b) aos Aspirantes da Ativa, Reserva Remunerada ou reformados;
- c) aos Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras;
- d) aos Subtenentes e Sargentos da Ativa, Reserva Remunerada, reformados ou asilados;
- e) aos funcionários Cíveis do Ministério da Guerra, ativos ou inativos de modo geral;
- f) aos magistrados e pessoal da Justiça Militar;
- g) aos alunos das Escolas Preparatórias quando reformados;
- h) aos cabos e soldados quando na Reserva Remunerada, reformados ou asilados;
- i) aos Oficiais, Subtenentes e Sargentos da Ativa ou Reserva Remunerada e reformados das Polícias Militares do Distrito Federal, Estaduais e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal;
- j) às pensionistas do Ministério da Guerra, ou que percebam pensões no Ministério da Guerra;
- l) aos cabos e soldados motoristas, enquanto estiverem incorporados e exercendo tais funções;
- m) aos jornalistas acreditados junto ao Gabinete Ministerial;
- n) às pessoas da família dos militares e funcionários constantes das letras a), e), f), g), h), i) e j) e letra c), quando da Ativa ou reformados, e b), quando convocados, tudo do item I.

II — Considera-se pessoa para obtenção de carteira de acordo com a letra p), acima:

- a) esposa;
- b) enteados, cunhadas e sobrinhas, desde que solteiras, viúvas ou desquitadas;
- c) filhos, enteados, irmãos, cunhados e sobrinhos menores que ainda não tenham sido convocados para o Serviço Militar;
- d) netos órfãos, menores, na situação da letra anterior;
- e) filhos e netos órfãos incapazes física e mentalmente;
- f) mãe, filhas e irmãs;
- g) sogra desde que viúva, solteira ou desquitada;
- h) avós e o pai, quando inválidos.

III — A carteira de identidade será fornecida, mediante indenização, a requerimento do interessado à Diretoria Geral do Serviço Militar, ou, nos Estados, ao Comandante da respectiva Região Militar e instruído com o documento ou documentos e informações que comprovem a situação do requerente ou de sua família.

IV — Embora falecido o militar ou funcionário civil constantes do item I, as pessoas de suas famílias poderão obter a carteira de identidade de acordo com o que preceitua as presentes Instruções.

("Diário Oficial" de 16-III-1954.)

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Gen. Euclides de Figueiredo.
Gen. Miguel de Castro Ayres.
Gen. Silveira de Mello.
Eng. Flávio Vieira.
Sr. Castilhos Goycochéa.
Sr. Carlos Medeiros Silva.
Sr. Julio Oroza Daza.
Cel. Paulo Enéas Ferreira da Silva.
Ten. Cel. Amyr Borges Fortes.
Ten. Cel. Floriano Möller.
Maj. A. V. Paiva.
Maj. Fernando Allah Moreira Barbosa.
Maj. Ivan de Souza Mendes.
Maj. Luiz F. Silva Wiedmann.
Maj. Newton C. Andrade Mello.
Maj. Rui A. Nogueira.
Maj. Saul Guterres Dias.
Cap. Estevam Meirelles.
Cap. Jonas Correia Neto.
1º Ten. Italo A. Alypio Vieira.



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 15,00